



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Formação de Professores
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia -Mestrado

TÍTULO:

**O lugar do saber-fazer dos pescadores artesanais e a institucionalidade dos
petrechos: análise sobre artes de pesca artesanal e o ordenamento pesqueiro na
Baía de Sepetiba (RJ)**

Mestrando: Rodrigo Corrêa Euzebio

Orientadora: Catia Antonia da Silva

São Gonçalo / 2018

Rodrigo Corrêa Euzebio

O lugar do saber-fazer dos pescadores artesanais e a institucionalidade dos petrechos: análise sobre artes de pesca artesanal e o ordenamento pesqueiro na Baía de Sepetiba (RJ)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Produção Social do Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Catia Antonia da Silva

São Gonçalo
2018

O lugar do saber-fazer dos pescadores artesanais e a institucionalidade dos petrechos: análise sobre artes de pesca artesanal e o fenômeno técnico na baía de Sepetiba (RJ)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Produção Social do Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia.

Aprovado em 10 de setembro de 2018.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Catia Antonia da Silva (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof. Dra. Ana Claudia
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof.^a Dr. João Bodê
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof. Dr. Adrian Ribaric

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à Deus, por me permitir chegar nesse momento tão especial de minha pleno em paz de espírito.

Agradeço a minha amada Cheles Martins por caminhar ao meu lado com amor e companheirismo nesses nove anos de aventura. Desde o período da graduação, passando pelas angústias e frustrações com os descaminhos na vida acadêmica, me ensinou a perseverar.

Agradeço à minha querida Catia Antônia, sua dedicação comigo e com os pesquisadores do NUTEMC extrapola as relações acadêmicas e alcança o patamar de uma amizade verdadeira. Sua energia e inteligência nos movem e nos incentivam a enfrentar com coragem muitas barreiras colocadas ao longo do caminho.

Agradeço ao meu camarada Luís Júnior, por uma amizade fraternal, com a qual venho contando desde os tempos de ensino médio no Colégio São Gonçalo. Caminhamos juntos no ingresso da turma de geografia da FFP do ano de 2007 e depois nos estudos sobre a pesca artesanal. Suas contribuições em minha existência são indescritíveis.

Agradeço aos amigos do NUTEMC, Felipe Rainha, Pedro Benício, Milaysa Paz, Luis Henrique, Abbul, Carol, e tantos outros queridos companheiros de pesquisa. O trabalho que aqui apresento é uma obra coletiva, que contou com muitos braços, pernas e mentes. Com a minha amiga Milaysa compartilhei momentos de trabalho duro no laboratório da sala 312C da FFP – as risadas compartilhadas foram fundamentais nos momentos decisivos.

Agradeço de todo coração ao povo da pesca artesanal, especialmente meu camarada Isac Alves. Isac sempre nos acolheu em sua casa na Pedra de Guaraíba – em sua casa e em seu barco para as pesquisas no mar. Desde o primeiro dia em que eu e meu amigo Felipe Rainha chegamos à este lugar especial da zona oeste do Rio de Janeiro, Isac nos recebeu com sua amizade.

Agradeço aos colegas da turma 2016 do mestrado em Geografia da FFP, que muito colaboraram para esse trabalho. As aulas e reuniões estudantis nos arredores da FFP foram especiais para a alegria de escrever esse trabalho.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia da FFP, que foram também meus professores na licenciatura em Geografia. Vivemos juntos os dias difíceis que a UERJ vem passando com a conjuntura política do Rio de Janeiro e do Brasil. A UERJ RESISTE!

RESUMO

EUZEBIO, R. C. O lugar do saber-fazer dos pescadores artesanais e a institucionalidade dos petrechos: análise sobre artes de pesca artesanal e o ordenamento pesqueiro na Baía de Sepetiba (RJ)2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

A dissertação aborda a espacialidade dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba (bairro do Rio de Janeiro) diante de um conjunto de normas que regulamentam a atividade pesqueira na baía de Sepetiba. Desse modo, o objetivo geral do trabalho é a compreensão de como os pescadores artesanais do referido bairro se apropriam do espaço da Baía de Sepetiba, fazendo uso de suas técnicas entre saber-fazer e as normas do ordenamento pesqueiro. Os objetivos específicos: o aprofundamento da noção de saber-fazer dos pescadores artesanais da Baía de Sepetiba e seus vínculos com os lugares desses sujeitos; o estudo das trajetórias e vivências dos pescadores artesanais na relação cotidiana com o fenômeno técnico e a modernidade urbana; compreender as repercussões do ordenamento pesqueiro, bem como o papel dos agentes do Estado – CEPSUL, IBAMA e Ministério da Pesca e Aquicultura – nos usos da técnica dos pescadores artesanais no cotidiano. A metodologia do trabalho contou com um total de doze trabalhos de campo em Pedra de Guaratiba, no período de abril de 2016 à maio de 2018, para realização de entrevistas e observação das pescas embarcadas no fundo da Baía de Sepetiba. Os dados sobre as pescarias na entrada da baía foram gerados por meio das entrevistas e da metodologia da cartografia da ação, em que os pescadores apontaram em imagens de satélite da área os significados de diversos lugares da baía. Os dados sobre o ordenamento pesqueiro foram levantadas em entrevistas realizadas no CEPSUL/ICMBIO, na superintendência estadual da SEAP e no Ministério Público Federal do Rio de Janeiro. Verificou-se que a espacialidade dos pescadores artesanais se constitui por um conjunto de trajetórias cotidianas na cidade e na Baía de Sepetiba. A espacialidade é um fator importante na construção do saber-fazer, pois na apropriação do espaço esses sujeitos reproduzem os conhecimentos transmitidos por gerações e compartilhados nas relações de solidariedade tecidas no lugar e nas redescobertas da natureza. O lugar, por sua vez, ao mesmo tempo em que adquire significados para os pescadores devido ao encontro de saberes (saberes de diferentes gerações, saberes de trabalhadores de diversas atividades) é o lócus das normas do ordenamento pesqueiro, se situando entre as práticas espaciais dos sujeitos e o planejamento estratégico do Estado. Assim, a existência dos pescadores artesanais, concretizada nas práticas espaciais, é permeada pelas solidariedades e pelos conflitos que esses sujeitos vivenciam cotidianamente no lugar.

Palavras-chave: Pesca artesanal, espacialidade, técnica, Baía de Sepetiba, Pedra de Guaratiba.

ABSTRACT

EUZEBIO, R. C. The place of know-how of artisanal fishermen and the institutionality of objects: analysis of artisanal fishing gear and the technical phenomenon in Sepetiba Bay (RJ). 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

The dissertation addresses the spatiality of artisanal fishermen of Pedra de Guaratiba (neighborhood of Rio de Janeiro) on a set of rules governing fishing activities in Sepetiba Bay. Thus, the general objective of the work is the understanding of how artisanal fishermen of this neighborhood seize the space of the Sepetiba Bay, making use of their techniques between know-how and the norms of the fishing order. The specific objectives: the deepening of the know-how of the artisanal fishermen of Sepetiba Bay and their links with the places of these subjects; the study of the trajectories and experiences of the artisanal fishermen in the daily relation with the technical phenomenon and the urban modernity; understand the repercussions of fisheries management, as well as the role of state agents - CEPSUL, IBAMA and the Ministry of Fisheries and Aquaculture - in the use of artisanal fishermen's technique in everyday life. The methodology of the work had a total of twelve fieldwork in Pedra de Guaratiba, from April 2016 to May 2018, to conduct interviews and observation of the fisheries on the Sepetiba Bay. Data on the fisheries at the entrance to the bay were generated through interviews and the methodology of the cartography of the action, in which the fishermen pointed out in satellite images of the area the meanings of several places of the bay. Fishery management data were collected in interviews carried out at CEPSUL / ICMBIO, at the state superintendence of SEAP and at the Federal Public Ministry of Rio de Janeiro. It was verified that the spatiality of the artisanal fishermen is constituted by a set of daily trajectories in the city and in the Bay of Sepetiba. The spatiality is an important factor in building know-how, since the appropriation of space these subjects reproduce the knowledge passed down for generations and shared in solidarity relationships woven in place and the rediscovery of nature. The place, meanwhile, at the same time as it acquires meanings for the fishermen due to the encounter of knowledge (knowledge of different generations, knowledge of workers of diverse activities) is the locus of the norms of the fishing order, being placed between the space practices of the subjects and the strategic planning of the State. Thus, the existence of artisanal fishermen, concretized in the space practices, is permeated by the solidarities and the conflicts that these subjects experience daily in the place.

Keywords: Artisanal fishing, spatiality, technique, Sepetiba Bay, Pedra de Guaratiba.

Lista de siglas

ABIPESCA – Associação Brasileira das Indústrias de Pescado

APAPG - Associação dos Pescadores Artesanais de Pedra de Guaratiba

CEPSUL - Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FFP – Faculdade de Formação de Professores

FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente

IPP – Instituto Pereira Passos

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MPF – Ministério Público Federal

MPP – Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

ONU – Organização das Nações Unidas

PPP – Permissão Prévia de Pesca

RGP – Registro Geral da Atividade Pesqueira

SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SINPESQ – Sistema Nacional de Informações da Atividade Pesqueira

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Lista de tabelas e gráfico

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO POR REGIÕES DA CIDADE	36
TABELA 2 - INVESTIMENTOS NO ENTORNO DA BAÍA DE SEPETIBA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINI
GRÁFICO 1 - EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AQUÍCOLA (DÉCADAS DE 1990-2000). FONTE: VIANA, 2013.	97

Lista de figuras

FIGURA 1 - IMAGENS DAS RUAS DA PONTA GROSSA, EM PEDRA DE GUARATIBA.....	51
FIGURA 2- ESQUEMATIZAÇÃO DOS TRAJETOS MARINHOS DOS PESCADORES ARTESANAIS	57
FIGURA 3 - CAICOS DE PEDRA DE GUARATIBA	66
FIGURA 4 - PESCA DE CAICO NO FUNDO DA BAÍA.....	67
FIGURA 5 - EMBARCAÇÕES UTILIADAS EM PESCARIAS MAIS DISTANTES.....	69
FIGURA 6- DETALHE DOS BARCOS DE CABINE	70
FIGURA 7 - PESCADORES AENDO MANUTENÇÃO NAS REDES DE EMALE	77
FIGURA 8 - REPARO DE EMBARCAÇÃO	78
FIGURA 9 - IMAGENS DA PESCARIA NA CERCADA	83
FIGURA 10 - IMAGENS DAS CERCADAS NA BAÍA DE SEPETIBA, POR SATÉLITES	85
FIGURA 11 - DESENHO DA “ESTEIRA” DAS CERCADAS.....	86
FIGURA 12 - REUNIÃO DOS PESCADORES DA APAPG	126
FIGURA 13 - REUNIÃO DO FÓRUM DE PESCADORES EM DEESA DA BAÍA DE SEPETIBA	128

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ORDENAMENTO PESQUEIRO NO BRASIL	101
QUADRO 2 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A PRÁTICA DA PESCA ARTESANAL	105
QUADRO 3 - REGULAÇÃO DAS MODALIDADES DE PESCA	108
QUADRO 4 - REGULAMENTAÇÃO DO USO DA REDE DE EMALHE	110
QUADRO 5 - ORDENAMENTO DA PESCA DA TAINHA E DO CAMARÃO.....	116

Lista de mapas

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DA PEDRA DE GUARATIBA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	35
MAPA 2 PESCA ARTESANAL NO CONTEXTO DA BAÍA DE SEPETIBA.....	39
MAPA 3 - TEXTURA DOS SEDIMENTOS MARINHOS NA BAÍA DE SEPETIBA	41
MAPA 4 CIRCULAÇÃO DAS CORRENTES MARINHAS NA BAÍA DE SEPETIBA	42
MAPA 5–ÁREA DE ESTUDO: ATRACADOUROS, SEDE DE COLONIA E ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS EM PEDRA DE GUARATIBA – CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ	49
MAPA 6 - CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL/RJ: FORNECIMENTO DE PESCADO PARA O COMERCIO PESQUEIROS DA PEDRA DE GUARATIBA.....	53
MAPA 7 - TRAJETOS NO FUNDO DA BAÍA DE SEPETIBA	64
MAPA 8 - ORDENAMENTO DA PESCA DE ARRASTO NO LITORAL SUL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	112
MAPA 9 - ORDENAMENTO DA PESCA DE CERCO NO LITORAL SUL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	113

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1. ESPAÇO E TÉCNICA.....	17
1.1 Geografando a pesca artesanal	17
1.2. Pesca artesanal e o processo técnico	19
1.3 Espacialidade e Saber-fazer	25
2. ESPACIALIZAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS NA BAÍA DE SEPETIBA	34
2.1. Contextos da espacialidade dos Pescadores: baía de Sepetiba, metrópole e o bairro Pedra de Guaratiba	34
2.2. Espacialidade dos pescadores artesanais	45
2.3. Cartografia das práticas espaciais	54
2.4. Trajetos no mar	58
2.4.1 Trajetos no fundo da Baía de Sepetiba	61
2.4.2. Trajetos para a entrada da Baía de Sepetiba	68
2.4.3. Trajetos para outras baías	72
2.5. Técnicas de Pesca	75
2.5.1. Pesca de espera ou emalhe	75
2.5.2. Cercadas	81
3. PESCA ARTESANAL E ORDENAMENTO PESQUEIRO	88
3.1. Arranjo Institucional do Ordenamento Pesqueiro no Brasil	88
3.1.1. Histórico da institucionalidade da gestão pesqueira no Brasil (1962-2018)	89
3.1.2. Estrutura institucional do ordenamento pesqueiro no Brasil	98
3.2. Regulação dos Usos das Técnicas de Pesca Artesanal	103
3.2.1. Documentação exigida aos pescadores artesanais	104
3.2.2. Regulação das Modalidades de Pesca	106
3.2.3. Regras para a pesca da tainha e do camarão	114

3.3. Conflitos entre o ordenamento pesqueiro e a espacialidade dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba	117
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

INTRODUÇÃO

A normatização do trabalho na pesca artesanal pelo Estado brasileiro constitui-se por implicações na territorialidade desses trabalhadores. Normas que restringem os usos da técnica e que também ordenam o território, disputado pelos pescadores com outros agentes econômicos, tencionam o modo como a pesca artesanal é realizada em diversos lugares da costa brasileira.

A dissertação aborda a espacialidade dos pescadores artesanais diante de um conjunto de normas que regulamentam seu trabalho na baía de Sepetiba, situada na região metropolitana do Rio de Janeiro – mais especificamente dos pescadores da Pedra de Guaratiba (bairro do município do Rio de Janeiro). Numa aproximação do objeto de estudo, verifica-se que a espacialidade dos pescadores artesanais na Baía de Sepetiba se realiza em duas dimensões: a primeira, num plano da sociabilidade cotidiana e das práticas do saber-fazer, verificamos que esses trabalhadores estabelecem redes de solidariedades no uso das técnicas, e a apropriação do espaço é fortalecida pelos encontros de saberes e pelo uso coletivo dos objetos; segundo, já num plano da ação política, verifica-se a organização dos pescadores artesanais por meio de associações locais e da construção do Fórum de Pesca da Baía de Sepetiba, de onde partem os enfrentamentos e diálogos com as instituições que regulamentam e fiscalizam a atividade pesqueira.

O uso das técnicas pelos pescadores artesanais só pode ser compreendido quando vinculado às relações desses homens e mulheres com a maré, rios, astros, ventos e fauna, além das relações de amizade, trabalho e familiares tecidas no lugar e no cotidiano. É na espera da passagem de um “mau tempo”, trazido por ventos que sopram, quase sempre, de sudoeste e/ou de sul, ou ainda, mais raramente, à sotavento do Maciço da Pedra Branca e da Serra de Madureira, que se costuram as redes de pesca e as trocas de informações sobre as estratégias para “cercar” as tainhas que chegam com as correntes marinhas do sul.

Na pesca artesanal, a técnica comporta dois elementos distintos e imbricados: primeiro, os artefatos, ou petrechos, cuja propriedade é individual, mas o uso é coletivo – possivelmente o maior motivo para que muitos pescadores consigam trabalhar –, que são oriundos da produção industrial (são os casos dos panos de rede, em material de nylon, e dos motores de popa, comprados em mercados varejistas especializados) e do trabalho artesanal local, responsável pela construção das embarcações de madeira; segundo, a operacionalidade

das técnicas, que é sujeitada, ao mesmo tempo, à domínios do corpo e das emoções dos pescadores e pescadoras, que hora se aliam e hora se tencionam com a natureza, e aos domínios da racionalidade ganha vida na existência, com fortes marcas do acúmulo de experiências coletivas de gerações e de parcerias.

Partindo dessas observações iniciais sobre os usos da técnica, nos indagamos sobre a validade de estudar a técnica para analisarmos as territorialidades dos pescadores e pescadoras artesanais. Quais são os códigos inscritos no território pelos pescadores e pescadoras artesanais, dos quais as técnicas que essas pessoas dominam parecem ser o elemento de coesão? Como que as ações que constituem o fenômeno técnico interferem na territorialidade desse grupo social, representando fatores de instabilidade ou de fortalecimento? Qual é a relevância de disputar com outros atores as decisões políticas acerca dos usos das técnicas para a estratégia de resistência dos/nos territórios pesqueiros?

A pesquisa justifica-se: o debate das técnicas não é novo na Geografia. Estudos sobre as técnicas estão relacionadas aos estudos sobre as teorias de localização industrial, as análises sobre as difusões das inovações e nas teorias de desenvolvimento regional. Neste sentido, (SANTOS, 1996) já analisava a importância dos estudos das técnicas para a compreensão das formas de dominação e do processo de acumulação capitalista, alterando a natureza do espaço geográfico, quer seja na sua indissociação entre o sistema de objetos e o sistema de ações, quer seja na compreensão da periodização do espaço, na sua relação com o tempo e as técnicas.

Assim, analisar as técnicas utilizadas pelos pescadores artesanais, configurando sua economia popular, em confronto com as técnicas e intencionalidades dos agentes econômicos dos grandes empreendimentos que vem atuando na Baía de Sepetiba, é uma possibilidade que irá contribuir quer seja pela sua dimensão temática, pois os temas: pesca artesanal, metrópole e produção social do espaço contribui para aprofundar a reflexão do papel da geografia, na compreensão da dimensão espacial da sociedade e da economia ao compreender a complexidade dos agentes produtores do espaço.

A escolha do objeto, busca melhor aprofundar a análise do tema porque se deve ao estranhamento com a existência de formas criativas de conquista da sobrevivência no cotidiano da metrópole, em meio a uma realidade onde os mais pobres são submetidos a uma condição de espoliação de suas cultura e historicidades. Mas estas pessoas que vivem da pesca parecem não aceitar essa espoliação, resistem no fato de manter a atividade e de reinventar seus modos de vida; e resistem por meio de suas lutas políticas contra os empreendimentos e as ações do Estado que favorecem as grandes empresas. Conhecer os pescadores artesanais

marcou o encontro deste estranhamento com necessidades analíticas urgentes para o entendimento dessa contradição entre ações que dominam e ações que buscam a (re)xistir no contexto da vida urbano-metropolitana.

No que se refere aos objetivos gerais da dissertação, destaca-se a análise da importância do lugar na construção do saber-fazer dos pescadores artesanais da baía de Sepetiba, buscando compreender como que esse grupo social realiza as suas ações diante da modernização técnica e busca identificar ainda os conflitos com as normatizações do Estado no que se refere aos petrechos pesqueiros. Desse modo, foram objetivos específicos: o aprofundamento da noção de saber-fazer dos pescadores artesanais da baía de Sepetiba e seus vínculos com os lugares desses sujeitos; o estudo das principais estratégias dos pescadores artesanais na relação cotidiana com o fenômeno técnico e a modernidade urbana; e a análise das mudanças técnicas chegam à baía de Sepetiba a partir da década de 1990, especialmente no que se refere aos tipos de embarcação, motorização e tipos de rede; compreender o papel dos agentes do Estado – CEPSUL, IBAMA e Ministério da Pesca e Aquicultura – nesse processo.

Os referenciais teóricos tiveram como base a questão central: de que forma é produzido o saber fazer do pescador e quais as suas espacialidades na realidade da Baía de Sepetiba? Como se inscrevem essas ações dos pescadores em contextos dos conflitos fomentado pelo Estado em relação as técnicas pesqueiras?

Quanto a metodologia empregada teve como base os trabalhos de campo, as atividades promovidas pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano Território e Mudanças contemporâneas em que na qualidade de bolsista Proatec, foi possível, por meio dos projetos de pesquisa, elaborar um banco de geoprocessamento de dados, mapeamentos a partir de oficinas com pescadores da Associação dos Pescadores Artesanais da Pedra de Guaratiba - APAPG¹.

Assim, caminho metodológico² seguido na realização deste trabalho possui duas frentes: a primeira diz respeito ao aprofundamento teórico, incorporando textos das disciplinas, bem como os sugeridos pela orientadora junto ao Ciclo de Leituras do NUTEMC;

¹Projetos do NUTEMC que contribuíram para a produção de acervo para a presente dissertação: “Modernização, território e cartografia da ação social: Análise da Cadeia produtiva, das condições de trabalho e das formas de luta dos trabalhadores da Pesca Artesanal no Rio de Janeiro”, “Economia política do Território: análise da cadeia produtiva da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro” e projeto “Memórias e narrativas dos Pescadores artesanais na Cidade do Rio de Janeiro”, todos coordenados pela professora Dra. Catia Antonia da Silva, junto ao NUTEMC.

² Vale ressaltar que desde a monografia de especialização já venho estudando a Pedra de Guaratiba e a problemática da arte de pesca. Ver – (EUZEBIO, 2014)

a segunda frente de trabalho diz respeito a análises a partir dos dados colhidos em campo e da estrutura laboratorial do NUTEMC, onde os dados e mapas foram processados, buscando compreender os sujeitos e atores do tema abordado, neste caso os pescadores artesanais, empresários e agentes do Estado. Seguem os procedimentos metodológicos, de forma mais detalhada. Foi realizado: Levantamento bibliográfico para aprofundar os conceitos de espacialidade, fenômeno técnico e saber-fazer; acompanhamento de pescarias e dos trajetos aquáticos e terrestres, visando uma melhor caracterização das técnicas de pesca artesanal; análise de legislações sobre proibições da pesca em próximo às indústrias, fundeio de navios, portos e canal de tráfego de navios. Acrescenta-se estudo sobre Carta Náutica Oficial da Marinha para a Baía de Sepetiba; acompanhamento de reuniões do Fórum de Pesca da Baía de Sepetiba e de reuniões na APAPG, bem como as articulações desses pescadores com o movimento nacional de defesa dos territórios pesqueiros ("Articulação Sudeste e Sul" do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP); realização de entrevistas e de oficinas com pescadores na Pedra de Guaratiba com elaboração da metodologia da cartografia da ação social e produção de mapas com principais lugares para a realização da pesca na baía de Sepetiba e; foram feitas entrevistas com representantes de instituições responsáveis pela regulamentação e fiscalização da atividade pesqueira na baía de Sepetiba: Capitania dos Portos de Itacuruçá-Mangaratiba; INEA; IBAMA; CEPESUL/ICMBIO; Superintendência de Pesca do MAPA; Ministério Público Federal.

No que refere a estruturação da dissertação, está dividida em três capítulos. O primeiro percorre as referências teóricas e metodológicas que orientam a produção da pesquisa, quer seja no levantamento de dados primários quer seja no levantamento dos dados secundários. Nele apresentamos principais autores e conceitos que dialogam com o objeto da pesquisa. O segundo capítulo busca analisar a espacialidade, por meio dos trajetos dos pescadores artesanais, identificando, contextos espaciais do bairro, da baía de Sepetiba, foram analisadas as principais técnicas utilizadas e de que forma são tecidas as relações de solidariedade nas atividades de trabalho e de organização das atividades. O terceiro capítulo trata da análise da institucionalidade dos petrechos de pesca e da atividade em geral e no quarto capítulo identificamos os conflitos entre o saber-fazer dos pescadores artesanais e as formas institucionalizadas que regulam a pesca artesanal.

1. ESPAÇO E TÉCNICA

1.1 Geografando a pesca artesanal

A pesca artesanal não é um tema novo para a Geografia brasileira, já existindo contribuições em trabalhos publicados na Revista Brasileira de Geografia (RGB) do Conselho Nacional de Geografia (órgão que deu origem ao IBGE) desde 1939, em uma seção especial intitulada “Tipos e Aspectos do Brasil”. Segundo o levantamento realizado por Cardoso (2016), foram publicadas treze seções dedicadas à pesca artesanal brasileira, nas edições de número seis (1956) e dez (1975).

Esses trabalhos publicados na RGB, entre as décadas de 1950, buscavam caracterizar a pesca artesanal quanto aos seus aspectos culturais, sempre no esforço de descrever a diversidade do povo brasileiro. Quintière (1975), ao descrever os pescadores do litoral paulista, destacou a simplicidade e a tranquilidade como elementos característicos do cotidiano dessas pessoas. Já Pereira (1975) faz referência ao conceito de “gênero de vida” para destacar as “funções antropogeográficas” do meio físico na estruturação social das comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco. Para este autor, a grande variedade de embarcações utilizadas ao longo do Rio São Francisco é resultante da combinação entre diversidade étnica – portugueses e tupis – e dos diferentes tipos de comportamento do rio na paisagem.

Bernardes (1958) trata do desenvolvimento técnico da pesca artesanal na baía de Guanabara, destacando as influências dos imigrantes espanhóis e portugueses chegados ao Brasil entre as décadas de 1940-50. Ela faz uma relação entre os aspectos culturais inseridos por pescadores estrangeiros e o contexto de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro para diagnosticar as mudanças técnicas na pesca artesanal. Na linha de estudo dessa autora, os pescadores artesanais são componentes de uma paisagem em constantes mudanças, seja pelos aspectos culturais ou econômicos, o que altera também a relação dessas pessoas com a natureza.

Esses trabalhos contribuem para uma abordagem das pessoas que trabalham na pesca artesanal enquanto componentes antropológicos da paisagem, oferecendo bons subsídios para estudos geográficos que almejem essa linha analítica. Em nosso caso, a abordagem parte de

uma estrutura cognitiva na qual os pescadores e pescadoras artesanais são atores de relações de disputa pelo território, de modo que a teoria que sustenta a pesquisa deva abrir possibilidades para uma leitura do território enquanto elemento inscrito nas relações de poder.

Assim, consideramos mais promissores para a nossa pesquisa os trabalhos que vem compondo um espaço coletivo de debates, troca de informações, cooperações de pesquisa e de realização de eventos, denominado de “*rede de geografias da pesca no Brasil*”. Essa rede de geógrafos que abordam a pesca artesanal em suas pesquisas reúne pesquisadores de 30 instituições de ensino superior no Brasil, entre universidades federais, estaduais e privadas e institutos federais (PAULA, 2016).

Silva (2011; 2014; 2016) vem problematizando *geografias das existências* – a existência em movimento, como ensina a autora – dos pescadores artesanais dentro do debate da economia política do território que organiza um mundo próprio das comunidades pesqueiras tradicionais: seus trajetos, modos de vida, sociabilidade, vínculos sociais e suas referências com os objetos e a natureza, cria uma existência que não é simplesmente subjetiva. É objetiva porque os insere no mundo da modernidade, garante trabalho e renda. A construção cultural e econômica das comunidades tradicionais é muitas vezes menosprezada como ação inferior pelo Estado e pelos atores hegemônicos. Nos trabalhos dessa autora, há um duplo esforço teórico: ela trabalha com os conceitos de lugar e de cotidiano, tendo como referência a compreensão da existência coletiva dos sujeitos pescadores para entender as cosmologias e relações de sentido da pesca para os sujeitos; mas para compreender os impactos da modernização capitalista sobre os pescadores artesanais, é ao conceito de território que ela recorre. Além das orientações para a realização da pesquisa, as reflexões dessa autora desafiam constantemente as ideias para a realização de uma análise geográfica acerca da espacialidade (geograficidade e historicidade) dos pescadores e pescadoras artesanais.

Resende (2014) estuda os primeiros processos de institucionalização da pesca artesanal pelo Estado brasileiro no período da *primeira república* do Brasil, destacando que a normatização da atividade pesqueira já compunha naquele período o conjunto de ações do planejamento estatal para o controle do espaço costeiro. Ele afirma que, desde aquele período, as ações de planejamento territorial do Estado afetam a vida dos pescadores artesanais e considera que o controle da costa brasileira pelos agentes estatais contou com a apropriação dos conhecimentos sobre espaço desses trabalhadores. O trabalho desse autor nos indica caminhos para compreender como o controle da atividade pesqueira se insere na ossatura do Estado brasileiro, sugerindo recortes analíticos para aprofundar a pesquisa.

Paula (2013) vem analisando a experiência do Fórum Delta do Jacuí, na Lagoa dos Patos-RS, no qual os pescadores artesanais assumem vem lutando contra a sua desterritorialização pelos impactos da modernização e construindo novas formas de territorialidade. Ele vem trabalhando a forma como os saberes inscritos nas comunidades pesqueiras do Delta do Jacuí respondem às novas formas de territorialidade construídas pelos pescadores frente aos processos de desterritorialização. As reflexões desse autor nos ajudam a pensar a relação entre a ‘ecologia dos saberes’ (MORIN) com a organização das lutas sociais.

Em uma linha muito parecida, Cruz (2011) analisa o processo de reconfiguração da identidade territorial das comunidades ribeirinhas do Baixo Tocantins, mais precisamente no município de Cametá-PA, como elemento importante na estratégia de reapropriação social do território.

1.2. Pesca artesanal e o processo técnico

Em primeiro lugar, é necessário contextualizar o paradigma atual, em que o capitalismo está centrado na geração de inovações visando à valorização do capital e sua reprodução ampliada, resultando em uma reorganização do território para o funcionamento de técnicas que valorizem a qualidade do trabalho (conhecimento e informação) em vez da quantidade (BERNARDES, 1999). O atual paradigma técnico-científico não significa uma ruptura total com o anterior – fordista – já que não se abandonou as possibilidades de produção em grande volume, mas a novidade é, sobretudo, a reorientação de processos produtivos e de organização priorizando a flexibilidade (GATTO, 1989). Combinam-se no novo paradigma: novos marcos regulatórios institucionais; uso de equipamentos flexíveis (informatizados); e formas organizativas da produção que possibilitam a integração com a economia global (MARTIN, 1996).

Em segundo lugar, se verifica a demanda por novos arranjos espaciais que permitam o funcionamento das técnicas, cada vez mais conectadas com o mundo. Trata-se do espaço das redes, das conexões, descontínuo, integrado por pontos aparelhados para a racionalidade econômica vigente (BERNARDES, 1999). O território é aparelhado por objetos técnicos – fábricas, torres de transmissões, laboratórios, centros de informação, portos integrados às novas formas de transportes, etc. – que influem na ação dos agentes econômicos e conectam a dinâmica regional com as redes globais (BERNARDES, 1999; SANTOS, 2006).

Em terceiro, a materialização da técnica no território provoca alterações no trabalho, exigindo mão-de-obra especializada e acirrando as condições de precariedade daqueles trabalhadores não qualificados. Bernardes (1999) explica que os bens de capital são constituídos de conhecimentos que exigem do trabalhador níveis cada vez mais avançados de qualificação. Silva (1999) explica que o sistema técnico impõe ao trabalho um conjunto de saberes instrumentais, incorporados de princípios tecnocientíficos, que exerce papel fundamental para a realização do processo produtivo e acumulação de riqueza, ao mesmo tempo em subjugam os conhecimentos tradicionais presentes no território (SILVA, 1999: 301-302). As duas autoras destacam que cada vez mais trabalhadores, sem possuírem a qualificação exigida pela técnica, ficam à margem do mercado de trabalho, ocupando cargos com baixas remunerações ou se dedicando aos trabalhos informais.

Quarto, a difusão da técnica no território demanda disponibilidade de crédito. Acerca desse aspecto, alguns autores argumentam que a atuação do Estado fornecendo crédito é fundamental para que as empresas realizem as inovações. Ellul (1968) explica que a inovação em técnica demanda capacidade de mobilizar enormes volumes de capital em curto tempo, de modo que somente o Estado é o único detentor de tal qualidade. Já Castells (1999) destaca que historicamente coube ao Estado os investimentos no desenvolvimento da técnica. Citando exemplos do Japão, China, Estados europeus, dentre outros, este autor explica que os maiores progressos técnicos contaram com atuação fundamental do Estado no financiamento de pesquisas e desenvolvimento e de incorporação de equipamentos modernos nas atividades produtivas (CASTELLS, 1999).

Os aspectos relacionados acima expõem a vinculação entre a técnica e o conjunto de forças presentes no território, configurando o que Bernardes (2009) chama de coerência entre mudança técnica e espaço. Assim, a técnica será melhor analisada com o uso da noção de “fenômeno técnico” (ELLUL, 1968).

Ellul (1968) busca avançar a compreensão de técnica para além de um procedimento operacional, acreditando ser a forma mais adequada de compreender como a técnica se integra na totalidade da vida. Ele percebe um totalitarismo da técnica ao detectar que a sua imposição à sociedade como um meio obrigatório para a realização das atividades – econômicas, culturais, de comunicação, políticas, etc. – altera todo o quadro de vida social. Cabe aqui a precaução de Arruzzo (2004), quando afirma que a técnica sozinha não possui autonomia, pois a sua realização resulta das ações da sociedade, especialmente dos agentes hegemônicos.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar as reflexões do historiador Mumford, que em seus livros “Arte e técnica” (1957) e “Técnica y civilización” (1971),

realiza importante detalhamento histórico e conceitual sobre os conceitos: arte, técnica e processo civilizatório.

Para Mumford(1971), que em alguns momentos critica a elaboração marxista de técnica e modo de produção, a técnica não aparece somente com o advento do capitalismo ou no chão da indústria. A técnica, historicamente, vai aparecer em civilizações anteriores, num contexto de sociedade de classes e que deve ser compreendida nos contextos de outras civilizações.

Analizando de forma histórica, Mumford(1957) define técnica em contraponto com a arte. Para ele a arte relaciona-se com a criatividade e o simbolismo, por ele estudado nas obras dos artistas medievais e do Renascimento Cultural na Europa. Reconhece a arte como um campo de produção de objetos com forte consciência do simbolismo, segundo ele esse simbolismo permite o homem produzir uma comunhão necessariamente referente a um tipo de comunicação específica, mas não capta a imensa necessidade de exercer a prática da vida cotidiana. A arte ganha sentido para quem a faz. Pode parecer inútil aos olhos dos outros, por se tratar de “condensações estéticas de experiências imediatas” (1957.p. 20, tradução nossa.).

Desse modo, o que diferencia a arte da técnica, é que a arte seria a parte da técnica que leva a maior plenitude da “personalidade humana”. A intimidade com o objeto, quer seja como processo criativo, quer seja como sentido existencial produzido na construção da experiência, faz parte do mundo do artista e do artesão. Essa experiência é construída ao longo do tempo pelo grupo. (SILVA e EUZÊBIO, 2018, 230).

Para Mumford, a técnica é objeto industrial, abstrato, desconhecido para quem o manuseia, ou seja, a perda da personalidade humana ocorre para dar conta de impulsionar do processo mecânico, impessoal, que se torna abstrato, por servir a qualquer grupo social e ser vendido no mercado, no mundo das mercadorias, e busca se expandir por meio desse mercado (SILVA e EUZÊBIO, 2018).

Sobre essa concepção de Mumford, acrescentam Silva e Euzêbio (2018):

(...) Na segunda Guerra Mundial, Mumford (1971), faz uma reflexão a respeito da dimensão despersonalizada da técnica. Inscrita na lógica científica dos conhecimentos físico-químicos, matemáticos e da engenharia, a mecanização vai ganhando estrutura de automatização. Essa leitura de técnica, Ribeiro & Silva (2004)reconhecem como instrumento de racionalidade dominante, marcada pela racionalidade instrumental que é acionada e aprimorada pelos mecanismos de poder de mercado e de Estado, conduzidos por impulsos globais (SILVA e EUZÊBIO, 2018).

Conforme analisamos em Silva e Euzêbio (2018):

o mais interessante dessa reflexão de técnica de Mumford, está na distinção entre “*technics* e *techniques*”. A técnica, segundo Mumford tem várias definições. Na definição inglesa o termo

technics, é muito diferente do termo *techniques* (francês). *Technics* aparece atrelada ao conceito de tecnologia (técnica + ciência). No entanto Mumford procura analisar de forma mais ampla, a *technics* considerando como parte da atividade humana no qual, por meio de uma organização e um conjunto de energias do processo de trabalho, o homem controla e dirige as forças da natureza, com objetivo de conseguir seus próprios fins. Ao longo da história, a técnica (*technics*) vai ganhando corpo, mas é com o advento do capitalismo, que ganha a sua dimensão de mecanização – racionalidade instrumental e desse modo, ganha a dimensão de despersonalização humana, ou seja, se torna objeto estranho a quem utiliza por não conhecer seu mecanismo de funcionamento. Essa despersonalização da técnica aparece também no ambiente produtivo, quando a divisão social do trabalho, as especializações das profissões e a inserção cada vez mais de conhecimentos matemáticos abstratos vai produzindo socialmente o processo de perda do saber-fazer, que Mark denomina de alienação do trabalhador e de fetiche da mercadoria. A alienação ocorre no processo produtivo e o fetiche no processo de consumo. Em ambos casos, o desconhecimento é o centro da reflexão crítica. (idem, p. 234)

A *techniques* é expressão da técnica que se relaciona com a arte, o artifício e o artesanato, já que busca não perder o sentido do agir. Está na natureza ontológica do modo do ser-estar do artista/artesão, em que o fazer e os objetos criados guardam a consciência da experiência laborativa e que tem muito haver com a noção de geografias das existências, visto que se trata da leitura geográfica que reconheça a produção espacial dos sujeitos, suas geograficidades e historicidades que permitem ler/conhecer/lidar o mundo de outro modo, com outras referências (SILVA e EUZÊBIO, 2018).

Podemos considerar como pesca artesanal, as atividades de captura de pescados, mariscos, camarões e todos os frutos do mar, são portadores de pouco uso de tecnologias, utiliza mão de obra intensiva, produz em pequena escala e é sazonal. Do ponto de vista social, trabalho em parceira, formas de sociabilidades e vínculos sociais são que garantem a realização do trabalho. Os sujeitos da pesca artesanal, os pescadores e pescadoras, os marisqueiros e marisqueiras, os coletores em geral, detêm dos meios de produção, ainda que aos olhos dos trabalhadores urbanos possam parecer precários. No entanto, garantir os meios de produção, e a territorialidade da pesca, é garantir a existência corpórea desses sujeitos, quer seja na sua dimensão individual, quer seja como sujeito coletivo.

A pesca industrial é marcada pela produção em grande escala, mais de 10 mil toneladas a cada lance de rede, devido a grandes investimentos que, em boa parte, são financiados pelo Estado, em meios de produção: redes de alto nível de resistência (multifilamento), equipamentos de sonda e geo-referência de localização dos cardumes, mão de obra especializada, divisão social do

trabalho, uso intensivo de capitais e tecnologia, organização empresarial e trabalhadores não detém dos meios de produzir. Em relação à forma institucional, esses trabalhadores são considerados pelo Ministério do Trabalho e Emprego como trabalhadores assalariados. A pesca industrial afasta-se da técnica como artifícios (*techniques*) para se aproximar a lógica capitalista e dos avanços tecnológicos nas práticas da embarcação e de captura, com o uso da mecanização de produção em grande escala (*technics*). O mesmo processo ocorre com a aquicultura de grande escala. Mas pelos limites desse trabalho, não abordaremos (SILVA e EUZÊBIO, 2018, p. 232).

A pesca artesanal e a pesca industrial aparecem no Rio de Janeiro. Na área de estudo: a Baía de Sepetiba e as localidades de pesca da Pedra de Guaratiba (Rio de Janeiro) predominam a pesca artesanal, mas os barcos da pesca industrial são conhecidos como atuneiros e traineiras e aparecem na Baía, embora sejam proibidos de pescarem porque realizam "sobrepesca". (SILVA e EUZÊBIO, 2018)

A pesca artesanal, hoje utiliza, processos técnicos (*Technics*) ou processos artesanais (*techniques*)?

De acordo com Marx (1988) e Mumford (1971,1957), o processo técnico é diferente do processo artesanal. O processo artesanal, como artifício de um grupo familiar ou de uma corporação, é construído no âmbito das necessidades, no exercício do ensaio-erro, no domínio de todo processo produtivo. Por isso, relaciona-se com o conceito de saber-fazer de Diegues (1999) ou da arte de fazer de Certeau (2009) porque se relaciona com a consciência de um artifício diante de um desafio. Da mesma forma que a produção dos objetos, a dimensão artesanal relaciona-se com o aprendizado pelas condições existentes no momento da captura do pescado, arte de manusear a rede e o barco, ou de localizar os pesqueiros (SILVA e EUZÊBIO, 2018, p. 233)

No caso do Rio de Janeiro, remetendo ao predomínio da pesca artesanal, utilizavam-se os recursos naturais da restinga e do manguezal. Contavam com a experiência do saber vinculado diretamente as ancestralidades dos saberes dos povos originais pré-colonial na manipulação da madeira, do cipó e na confecção de redes, anzóis e armadilhas. Os currais, conhecidos como cercadas, no Rio de Janeiro, aparece nas baías e têm origens entre os tupinambás e guaranis. Na Pedra de Guaratiba, há vestígios de canoas caiçaras, sob a

responsabilidade de famílias, o que demonstram as historicidades da pesca e significa as rugosidades da pesca ancestral na região. (SILVA e EUZEBIO, 2018).

E mais:

Assim como ensina Diegues (2005), o modo de vida dos caiçaras, tem estreita relação com a natureza, a dinâmica das marés, as fases da lua e os recursos naturais existentes. Seria a fase histórica que Milton Santos (1996) denomina de meio natural e meio técnico, em que as populações humanas deixam de serem nômades para serem sedentárias, permitindo o crescimento da agricultura e o desenvolvimento das artes de pesca (captura e embarcação). Caiçara é termo originário do tupi-guarani, são comunidades que vivem da agricultura e da pesca, com o processo de colonização, o processo de miscigenação indígena-portuguesa, indígena-portuguesa - africana (como o caso de Guaratiba - RJ) vai produzindo um modo de vida complexo baseado nos conhecimentos das plantas e da natureza marinha (idem, 2005). Segundo a antropologia marinha, ensinada por Diegues (2005), as comunidades caiçaras aparecem do sul e sudeste do Brasil e tem como traços socioculturais comuns: linguajar, costumes próprios, desenvolvimentos de técnicas (*techniques*) próprios e diversificados, de acordo com o tipo de pescado ou de espécie marinha a capturar. Desse modo, desenvolveram aos longos dos anos, com influências do período colonial e do império todas as variedades de petrechos adaptados a cada tipo de pesca, de ambiente e de fases da lua, maré, profundidade, que pode ser dividida: 1. Artes de ferrar o peixe: arpão, fisga; 2. Armadilhas: cerco, covo, currais, 3. Arte de malhar (em redes de lanço, rede de espera, arrasto, corrico, tresmalho, puçá, jererê, 4. E ainda a arte do anzol (catueiro, espinhel) (SILVA e EUZÊBIO, 2018, 235).

As relações entre as práticas dos pescadores artesanais e a dinâmica dos espaços costeiros têm suscitado muitos debates no Brasil, nesses últimos anos. São exemplos disso: a organização do MPP e da Articulação dos Pescadores e Pescadoras do Sudeste e Sul – APPSESUL - na luta pelos territórios pesqueiros, que já conta com grande mobilização em estados do nordeste brasileiro e no último ano vem adquirindo maior articulação nas regiões sul e sudeste; os grupos de trabalho promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente para discutir práticas de preservação da fauna marinha; a realização de fóruns de pesca, como os do Delta do Jacuí/RS (PAULA), da bacia do Tocantins (CRUZ, 2011) e da baía de Sepetiba; além de manifestações pontuais de pescadores e conflitos ambientais em áreas de pesca, que ocorrem por toda a costa brasileira.

Em meio a esse contexto, a dissertação busca contribuir por meio de uma explicação de como se dá a espacialização das artes de pesca dos pescadores artesanais. O ponto de partida para a análise é, portanto, a problematização de como se dá a espacialização desses sujeitos na baía de Sepetiba, para compreender os usos da técnica.

1.3 Espacialidade e Saber-fazer

Silva (2014) argumenta que para a ciência geográfica os pescadores artesanais não devem ser tratados como apenas mais um tema de pesquisa, mas como uma problematização do próprio fazer geográfico. Para esta autora, não se trata apenas de fazer um estudo sobre um espaço qualquer onde existe o pescador, mas de elaborar questões sobre o espaço – portanto, ajustar a episteme – a partir da corporificação desses sujeitos no lugar. Assim, o espaço é concebido e empiricizado no estudo, na busca de compreendermos os “sentidos da ação” (RIBEIRO, 2013) dos pescadores artesanais.

Muitas narrativas geográficas podem ser feitas sobre a baía de Sepetiba: como um espaço de ampliação da metrópole fluminense; como um espaço de degradação ambiental da baía, rios e manguezais; como “uma porta de entrada para o desenvolvimento do país” (FIRJAN); dentre muitas outras. A nossa proposta é contribuir para uma teoria geográfica, capaz de explicar a baía de Sepetiba com um conjunto de lugares organizados a partir da apropriação desse espaço pelos pescadores artesanais. Isso significa dizer que: em primeiro lugar, os pescadores produzem o lugar de suas práticas; e, em segundo lugar, a forma como se dá essa produção do lugar pelos pescadores constituem uma narrativa geográfica da baía de Sepetiba a partir de uma lógica diferente do processo de dominação.

Como nos ensina Silva (2014), analisar a espacialização dos pescadores permite a construção de uma abordagem geográfica, na qual o espaço é produzido por muitos sujeitos. Muitos, não só no sentido de quantidade, mas especialmente no sentido de diversidade – que inclui outras lógicas além da “produção capitalista do espaço” (HARVEY). Desse modo, a autora sugere uma leitura do espaço que não se limite a ação dos agentes hegemônicos:

‘Ao analisar o fenômeno da pesca para melhor compreendê-lo significa alterar o entendimento do que é Geografia. Lefebvre, no seu livro *Direito à Cidade* (2001), reconhece a cidade como obra. Esta afirmação muitas vezes passa como uma argumentação conceitual, quando na verdade o autor, enquanto filósofo, estava questionando a leitura dominante que apenas reconhece os grandes agentes da produção social do espaço. O espaço como obra é obra de muitos, de muitas ações, de muitos sentidos das ações.’ (SILVA, 2014, pg. 19)

Silva (2014) segue explicando que a nossa análise se dirige ao *ser pescador*, cuja realização da vida – o trabalho, as amizades, família, relação com a natureza, a produção dos saberes – se expressa por uma espacialidade própria desses sujeitos. Essa espacialidade não

pode ser encontrada em abstrações, como as que produzem o Estado, pois conforme argumenta Sartre () o Ser não se constitui em uma essência e sim na existência. Daí a necessidade de elaborar uma teoria acerca do espaço vivido pelos pescadores por meio da problematização da existência, pois:

Neste contexto, ampliamos a nossa apreensão para a análise do ser pescador como um lugar social, composto por espacialidades próprias que não são demonstradas somente pelas relações de poder – próprias da territorialidade (geografia do poder), mas tecidas na espacialidade como possibilidade de compreender as relações desses pescadores, produtores de saberes por meio do cotidiano praticado. (SILVA, 2014, pg. 19)

Falar da espacialização dos pescadores artesanais significa ressaltar a importância do espaço na ação desses sujeitos, não como mero cenário onde atuam as pessoas, mas como fonte de matéria e de significados para a realização da vida. Santos (1996) explica que o espaço é o resultado da soma e da síntese da paisagem com a sociedade, sempre refeita a partir da espacialização. A espacialização é assim um momento das relações, um movimento da sociedade incidindo sobre um arranjo espacial, de modo que “o espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, avida que palpita conjuntamente com a materialidade” (SANTOS, 1996, pg. 73).

Portanto, trazer a espacialização dos pescadores artesanais para este trabalho resulta em explicar a vida de relações existente na baía de Sepetiba, inserida nas totalizações desse espaço. A vida desses homens e mulheres que trabalham na pesca artesanal é uma realidade não acabada, em processo, assim como o espaço também é uma realidade em processo. Esta noção de realidade em processo – totalização – é que rege o nosso entendimento sobre a espacialização dos pescadores artesanais, nos levando a contribuir para a proposição de uma “geografia das existências” (SILVA, 2014).

A *existência* de homens e mulheres, enquanto pescadores artesanais, depende dos rios e do mar para a navegação com seus caicos, das pontes de madeira ou concreto para desembarcar os peixes no mercado, da orla da praia para costurar as redes, do quintal de casa para transmitir às crianças os ensinamentos, dos bares e padarias para compartilhar as histórias e informações com os seus camaradas. Ao mesmo tempo, não é difícil de ouvir em cada praia e píer dessa baía lamentos de uma pesca precária e que já não traz mais alegrias, algo que acontece porque existem os barulhos e trepidações provocadas pelos navios que atracam nos portos, os poluentes despejados pelas indústrias e o esgoto das residências que se multiplicam nas cidades.

Na visão de Alves (2016) a pesca artesanal se caracteriza por uma organização espacial que tem como elemento central a relação com a natureza por meio do trabalho. Essa é uma compreensão importante para a nossa análise, pois segundo a autora, “o pescador artesanal historiciza, socializa, e cria condições de sua existência material a partir dos usos da natureza” (ALVES, 2016, pg. 153).

Nessa perspectiva, o pescador se espacializa criando vínculos com as dinâmicas dos rios e da maré, com as condições de vento e da temperatura atmosférica, com o ciclo produtivo das espécies de pescado, com as mudanças nas condições ambientais em função da poluição e do assoreamento, dentre outras. Esses sujeitos constroem conhecimentos sobre a natureza ao longo de suas vidas na pesca, que no passar do tempo acumula novas sabedorias em razão das modificações dessa natureza. A partir desses conhecimentos, os pescadores artesanais organizam suas ações: hora de sair para a pescaria, o tipo de rede e de modalidade de pesca, a arrumação do barco, etc.

Em Pedra de Guaratiba, a saídas para as pescarias é sempre uma tensão entre a força e sabedoria dos homens contra a rapidez com que a maré vaza da praia, de modo que o ritmo do trabalho é a percepção coletiva das variações da maré. Seu Vavá, pescador antigo da praia da ponta grossa, nos explica que os pescadores de Pedra de Guaratiba sempre foram exímios remadores, cuja fama corria por toda a baía de Sepetiba, chegando até a Ilha Grande. Para conseguir um bom peixe, o sujeito tinha que ser bom no braço – “ser do ramo” –, tinha que saber usar bem os remos, pois do contrário nem sairia da praia, argumenta o velho e sábio pescador.

Aí nós remamos um sudeste brabo. Cheinha de tainha na cercada. Quando vinha remando arrebentou aquela corda que a gente pôs. Eu bati na proa do barco, senti aquela dor, me deu aquela dor danada e eu queria remar e não podia mais. Aí chegamos aqui atrás da igreja. Aí me carregaram, me trouxeram para a casa da minha avó. Minha irmã botou saião. Santa Maria! Socorro! Botou aqui e amarrou. Aí foi indo e aliviou. Fui andar aqui, isso aqui inchou. (Seu Vavá, 2015)

Outro pescador da mesma praia, conhecido como “papel”, nos fornece um relato em tom de cansaço e desespero com os desafios de ter de remar na “maré baixa”. Ele nos conta que não aguenta mais ter de remar vinte ou trinta metros em cima da lama, sente dores terríveis na coluna, e que muitas vezes volta do mar sem nenhum peixe, tornando todo o esforço inútil. Seu Vavá explica que hoje está realmente mais difícil para o pescador da Pedra de Guaratiba, pois a maré baixa agora fica muito longe da praia e mesmo as marés mais altas não chegam mais aonde chegavam antes (fazendo referência à época em que ele ainda saía ao mar para pescar, algo que parou de fazer com regularidade a cerca de dez anos atrás).

Isso aqui era uma riqueza. Eu nunca vi a maré ir desse jeito, nunca foi isso. A maré, o máximo que ela ia, nem naquele pau ela ia, naquela vaga lá, não ia não, nunca secou assim desse jeito. (Seu Vavá, 2015).

Essa localidade se situa na área de “fundo de baía”, que, devido a fatores hidrológicos – deposição de sedimentos trazidos de toda a baía pelas correntes da maré –, possui batimetrias inferiores em relação ao restante da baía de Sepetiba. No entanto, o aumento do despejo do esgoto sanitário, drenado de diversos municípios da metrópole fluminense pelos rios que deságuam na baía e o possível transporte de sedimentos das operações “bota fora” como parte dos procedimentos de dragagem do canal de acesso aos portos dessa região, tem acentuado o assoreamento das praias de Pedra de Guaratiba.

Com o aumento do assoreamento e da lama na praia, o uso das canoas se tornou inviável nessa praia, sendo substituídas pelos caicos, que são mais leves e tem uma hidrodinâmica mais favorável para enfrentar o fundo lamoso na saída da praia. Esse fato altera toda a dinâmica de trabalho, na qual antes os pescadores produziam as canoas com madeira de jaqueira com alta durabilidade – “duravam a vida inteira”, explica um pescador – e agora precisam utilizar embarcações com materiais comprados de madeireiras e serralherias, necessitando de manutenção constante. Deste modo, a existência da pesca artesanal, com suas sabedorias e disposições, memórias e narrativas, se refazem conforme novas configurações do espaço.

Nessa relação dos pescadores artesanais com a natureza estão inscritos os “saberes tradicionais” (DIEGUES, 1999; 2004) desses sujeitos, o que também coloca desafios à reflexão sobre a espacialização. Os pescadores que entrevistamos ao longo da pesquisa sofrem com a degradação ambiental não apenas por sentirem a perda de seus recursos naturais, mas porque perdem pedaços de suas existências. Os conhecimentos dessa gente da praia e do mar são tão íntimos da natureza que manejam, que depois de horas de conversa você já não consegue mais conceber a lógica dualista homem-natureza como algo generalizável a todos os usos do espaço.

Diegues (2004) detalha a ampla gama de conhecimentos que os pescadores artesanais da costa brasileira possuem e sua importância para a conservação dos ambientes marinhos. Ele explica que a produção desse conhecimento se realiza na apropriação do mar pelo saber-fazer – os conhecimentos herdados e inovados sobre as artes de pesca, a taxonomia dos peixes, a classificação dos habitats, a comercialização de pescados e a organização do trabalho (DIEGUES, 2004). O saber-fazer dos pescadores é o elemento central da forma como

esse grupo social estabelece a divisão social do trabalho ao mesmo tempo em que produz o lugar da ação.

Na baía de Sepetiba, é possível identificar os momentos da ação no saber-fazer dos pescadores artesanais e a realização do lugar enquanto algo que se faz e se refaz: as atividades auxiliares e de suporte à pesca; os momentos de embarque e desembarque; o trabalho nas pescarias; a moradia e o lazer. A identificação desses momentos, que, em conjunto, constituem a ação desses pescadores, é um esforço de abstração das espacializações desses sujeitos na baía, fundamentada na observação de campo e em muitas conversas com os pescadores artesanais. Além disso, é necessário esclarecer que essa definição não é uma tentativa de estabelecer o papel exclusivo de certos lugares para certas etapas do trabalho na pesca, mas de compreender os significados que o lugar adquire para o movimento da ação.

Portanto, no centro da proposição analítica deste trabalho, o conceito de lugar está sendo abordado a partir do saber-fazer dos pescadores artesanais, que é uma força interna desse grupo social em sua espacialidade. A relação com a natureza, a produção de arranjos espaciais, as sociabilidades, são elementos que nos revelam que a espacialidade se dá em relação ao entorno, o que a constitui como “experiência” (TUAN, 1983). Ao mesmo tempo, a solidariedade na organização do trabalho e a construção de conhecimentos coletivos sobre o manejo da natureza demonstram que a espacialidade dos pescadores artesanais produz uma “contiguidade espacial” (SANTOS, 1996).

Segundo Tuan (1983) as pessoas adquirem conhecimento sobre o espaço por meio das experiências, que para o autor representa um conjunto de maneiras através das quais uma pessoa pode conhecer e construir uma realidade. Assim o espaço é conhecido e/ou construído a partir do momento em que as pessoas realizam as ações, combinando sentimentos e pensamentos. Esse não é um processo em que os sujeitos são passivos a um mundo já construído – acabado –, do qual se desejaria apenas obter informações e ativar procedimentos. As experiências são processos ativos, na qual os sujeitos se encontram em permanente estado de aprendizado e criação:

‘Assim, a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructor da experiência, uma criação de sentimento e pensamento’.
(TUAN, 1983, p. 10)

a força dos sentidos – audição, tato, olfato, paladar e visão – como elementos da experiência que “dão aos seres humanos seu mundo familiar de objetos díspares no espaço” (TUAN, 1983, p. 14). Os ruídos dos peixes ou o silêncio noturno da baía, os cheiros indicando presença de cardumes ou a previsão de uma chuva, as percepções visuais ou hápticas das vibrações do mar, toda essa experiencição sensorial, são importantes para que os pescadores tomem uma “consciência de espaço” (TUAN, 1983).

Quando Tuan (1983, p. 12-19) fala em tomar consciência de espaço por meio dos sentidos praticados na experiência, ele se dedica em explicar que as pessoas possuem diferentes capacidades de tomar o espaço objetivamente. O que isso significa? Implica na ideia de que o espaço se constitui como um conjunto de objetos, portanto, como algo exequível à consciência das pessoas. A partir dos sentidos, as pessoas conseguem captar os elementos para classificar, dimensionar e representar o espaço, alternando entre a objetividade e a subjetividade.

Deste modo, a experiência não se resume só ao campo da objetividade, daquilo que se pode sentir, pois também implica na formulação de ideias e esquematizações mentais sobre o espaço. “A mente discrimina desenhos geométricos e princípios de organização espacial no meio ambiente” (TUAN, 1983, p.19). A partir da relação mental dos sujeitos com o espaço se estabelecem representações que, conforme explica Tuan (1983), podem ser de três tipos: mítico, pragmático e abstrato ou teórico

Simultaneamente, a definição desses lugares se dá em esquemas abstratos nos quais os pescadores mentalizam cartografias marinhas bastantes abrangentes dos sentidos do ambiente – da “consciência de espaço” (TUAN, 1983). Alguns pescadores dizem que conseguem precisar a localização de um pesqueiro quando percebem que estão alinhados com referências (árvores, rochas, enseadas, fozes de rios, etc.) situadas em diferentes pontos na terra. Esse tipo de localização é bem semelhante ao da combinação de pares de coordenadas que se realiza na cartografia formal, em que se cruzam latitude e longitude. Há casos de pescadores que circunscrevem esses lugares por meio de características específicas do espelho d’água, por exemplo, lugares que possuem a água mais barrenta pela concentração de sedimentos ou águas mais claras devido a sua renovação constante. Em todos os casos, observa-se que há uma abstração geométrica do lugar como formas parecidas com círculos, de modo que as visitas aos pesqueiros se realizam com movimentos circulatorios seguindo o contra fluxo da maré.

As representações de espaço pelos pescadores artesanais podem ser também do tipo mítica, quando se verifica por parte desses trabalhadores uma associação cognitiva entre as condições ambientais e as ações divinas. Nesse tipo de representação espacial, se verifica certa predominância cristã, especialmente do catolicismo, mas também com referências à umbanda e ao candomblé, ainda que os pescadores não sejam necessariamente praticantes dessas religiões ou frequentadores dos respectivos templos e terreiros³. De modo que as condições ambientais favoráveis à prática pesqueira são interpretadas como uma dádiva divina e o seu oposto, quando as condições não são favoráveis, são interpretadas como um castigo por ações consideradas desrespeitosas com Deus.

Santos (1996) faz uma análise do lugar distinguindo duas tipologias da ação social propostas por Max Weber: “uma atividade racional visando a um fim prático e uma atividade comunicacional, mediada por símbolos” (SANTOS, 1996, p. 213). Na atividade racional acionam-se os elementos da informação, que embutidas nos sistemas técnicos impõem uma “convergência dos momentos”, de modo que os usos das técnicas articulam temporalidades distintas no lugar. Por outro lado, se a atividade racional tem como base um conjunto de informações cujos significados são construídos fora do lugar, a atividade comunicacional se realiza por meio da cultura e da sociabilidade produzidas pelos sujeitos do lugar.

Para Santos (1996), o lugar é onde convergem todas as ações, em que a contiguidade é o mecanismo de articulação das diferentes escalas. Analisando as contribuições desse autor, é possível entender que os sistemas técnicos, segundo os quais se desenvolvem e difundem os motores, as redes de nylon e os compensados navais, têm a sua espacialidade nos lugares a partir de redes complexas de informação –que conforme analisado nesse trabalho, abrange empresas, ONGs e instituições do estado, legislações, etc. Já a espacialidade dos pescados. Enquanto que os pescadores artesanais, por se caracterizarem como “homens-lentos” (SANTOS, 2008), tem a sua espacialidade no lugar realizadas por meio de atividades comunicativas. Essas atividades comunicativas, colocam esses sujeitos em constante negociação com o “prático-inerte” (SANTOS, 1996; 2008), o qual é constituído pela relação necessidade-criatividade, que será analisado no próximo capítulo.

A teoria dos sítios de Zaoual (2006) nos abre o caminho para compreender a simultaneidade do fenômeno técnico no espaço. Este ator contrapõe a economia informal, que

³ Não foi objeto das entrevistas realizadas o levantamento acerca da religiosidade dos pescadores artesanais. A análise se deu pelo tempo de vivência nas localidades e pelo diálogo com os pescadores, de modo que foi possível observar rituais, gestos, preces e falas que expressam certa proximidade com uma ou outra crença religiosa.

se desenvolve em escala microscópica, à economia formal dos grandes agentes globais. Aponta para o fato de que nem todas as atividades econômicas estão subordinadas à economia vigente, existindo diversos modos de garantia da sobrevivência. Entender como funciona essa economia informal, esse contraponto às ações dominantes requer um entendimento que nem tudo segue a lógica do grande capital:

As racionalidades operando nas microssociedades e nas economias informais remetem a imperativos diferentes dos do modelo econômico vigente. Conjugam dados comunitários, históricos e culturais que as tornam incompatíveis com as categorias e as leis econômicas do grande capital. (ZAOUAL, 2006, pág. 60)

Desta forma, o conceito de técnica deve ser trabalhado de modo que seja capaz de compreender distintas formas de realização da vida. Formas que nem sempre obedecem a lógica do desenvolvimento moderno, aplicados por forças alheias a cultura e a história dos lugares. Existe por um lado a produção de meios técnicos numa lógica que deseja incluir o homem como elemento de um sistema. Nesta lógica, o homem é definido como: “homo oeconomicus, um ser individualista, egoísta e calculista” (ZAOUAL, 2006, pág. 62). Trata-se de uma produção da técnica que exclui o homem enquanto ser provido de cultura e história, e o inclui enquanto algo capaz apenas de manipular objetos, o tornando também objeto.

Por outro lado, existem maneiras de se produzir técnicas que derivam da espontaneidade e criatividade dos sujeitos. O pescador artesanal localiza os cardumes de peixes sem para isso utilizar aparelhos GPS e outros tipos de instrumentos para esta finalidade. O único instrumento utilizado é a percepção, que parte de sua experiência de idas e vindas ao mar em busca do peixe de cada dia. A técnica, neste caso, combina elementos da vida cotidiana, que muitas vezes surge da necessidade, da falta de acesso às tecnologias de última geração, mas que revelam processos de grande criatividade.

Santos (2008) explica que essa criatividade decorre do contraste entre a “lentidão dos corpos” e a “celeridade dos espíritos” na qual se encontram os homens simples (p. 80). O convívio com uma materialidade, interpretada apressadamente como precária, faz com que os sujeitos desenvolvam suas técnicas utilizando outros elementos presentes em seu meio (na falta de um GPS, utiliza-se como referências para localizar os cardumes a posição de uma rocha ou uma árvore), elementos inimagináveis aos pensamentos puramente calculista e instrumentalizado por grandes aparatos tecnológicos. Na verdade, a materialidade desses homens não é precária, ela é exatamente aquilo que ele precisa para desenvolver suas práticas num intenso processo de inventividade.

É nos fazeres cotidianos que se encontram os sentidos da produção técnica que combina criação, cultura, história, política, lazer, em fim, as diversas dimensões da vida urbana. É ali que se pode enxergar o espaço como “obra” (LEFEBVRE, 2006), dinâmico filho do casamento da criatividade com a espontaneidade. São espacialidades que se revelam a cada instante da vida em movimento, não é um movimento retilíneo, como sugere o raciocínio lógico, mas sinuoso, repentino, variante em forma e energia, como ondas do mar. Por isso, a imprevisibilidade perturba a análise, mas ao mesmo tempo enriquece as possibilidades de onde chegar, ou até mesmo de não chegar.

Certeau (2012) diferencia estratégias de táticas nos trajetos e nas espacialidades do homem ordinário nas cidades. No primeiro caso – as estratégias – temos o pensamento dominante que tenta impor aos sujeitos a dominação, coloca abaixo de um pensamento calculista as forças da natureza e dos homens. Com isso reprime as possibilidades de invenção, de criatividade, já mencionados acima. Neste sentido, as técnicas são criadas para dominar, com a intencionalidade de formatar a sociedade, de impor ao espaço um “próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro” (CERTEAU, 2012, p. 93).

Com relação às táticas, estas pertencem ao estado de uma suposta fragilidade diante das forças estratégicas, consistem na “arte do fraco” (CERTEAU, 2012, p. 95). A noção de tática empregada pelo autor traz junto à noção de ocasião, ou seja, uma análise das ações no momento em que elas ocorrem. Reside aí a importância de considerar como escala temporal o cotidiano na busca de compreender a produção do espaço pelas ações espontâneas, o que possibilita novos olhares sobre o fenômeno técnico, escapando da lógica calculista e produtivista que impregna este conceito. Amarrado à noção de tática, o conceito de técnica ganha validade para compreender os sujeitos, precisamente os “homens lentos” (SANTOS, 2006) se apropriam dos mecanismos que os marginalizam, e assim criam novas técnicas.

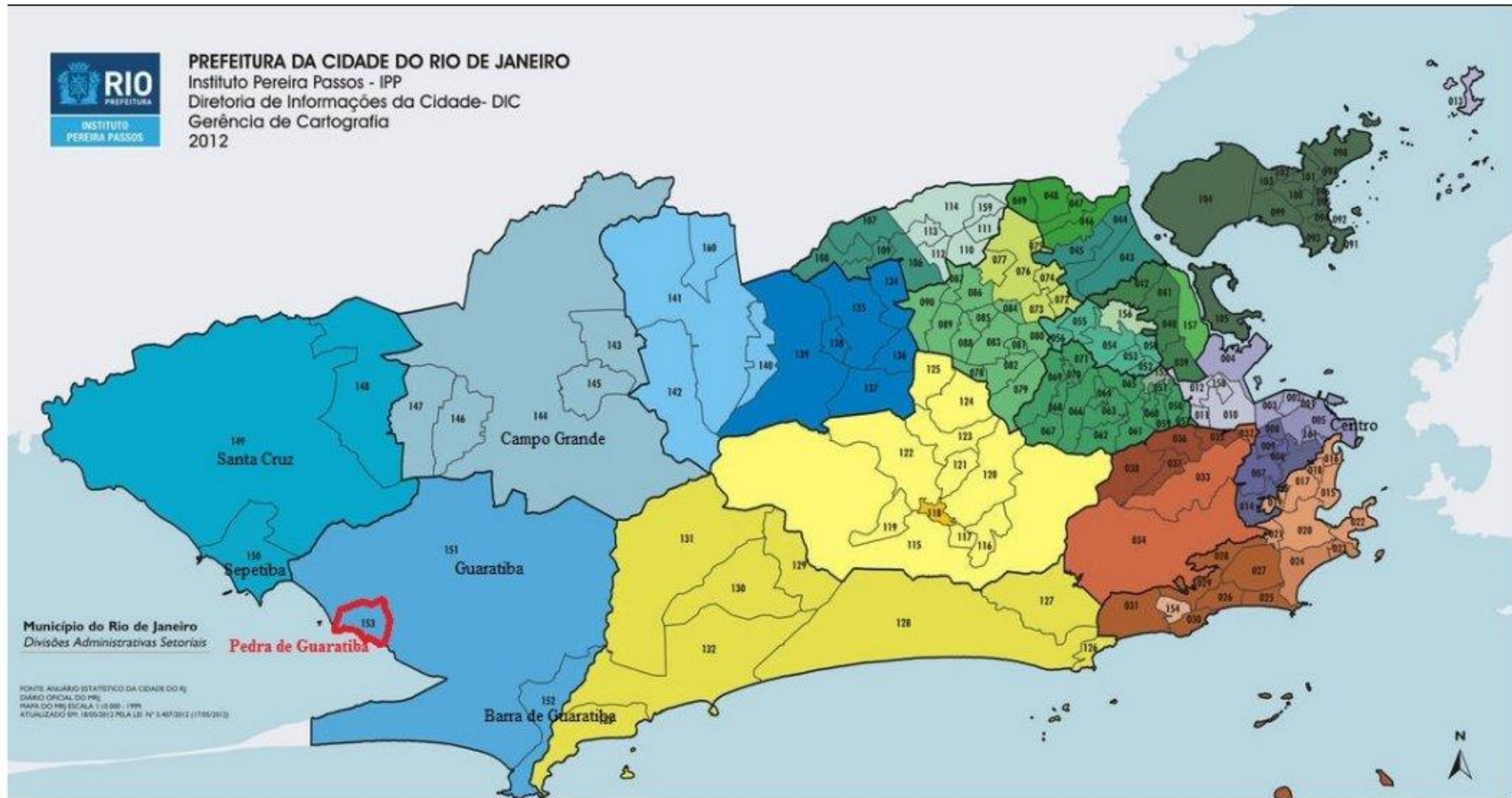
2. ESPACIALIZAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS NA BAÍA DE SEPETIBA

O primeiro argumento que dispomos nesse trabalho é o de que a espacialização dos pescadores artesanais na baía de Sepetiba se dá por meio do saber-fazer, que se corporifica no espaço por meio de uma relação íntima com a natureza e de uma sociabilidade concreta. A relação com a natureza não é algo exterior para os pescadores, distante, pois a própria diversidade ecológica é o desafio para a construção de conhecimentos, ao mesmo tempo em que a diversidade cultural é importante para a conservação da biodiversidade – “etno biodiversidade” (DIEGUES, 2000). Já a sociabilidade concreta corresponde ao conjunto de experiências de solidariedade, convivência e negociação com o reino das necessidades, onde se estabelecem os códigos culturais desse grupo social. Neste sentido, é fundamental a apresentação da área de estudo. Dos contextos espaciais da Pedra de Guaratiba, da Baía de Sepetiba e da Metrópole fluminense, por onde pescadores artesanais estudados vivem, moram, trabalham, construindo trajetos – territorialidades e espacialidades – contribuições às geografias (novos olhares sobre o espaço e os corpos dos sujeitos).

2.1. Contextos da espacialidade dos Pescadores: baía de Sepetiba, metrópole e o bairro Pedra de Guaratiba

A pesquisa foi realizada com os pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba, bairro da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro (ver mapa 1). Esses trabalhadores realizam a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba, uma reentrância na costa sudeste do Brasil, um espaço aquático abrigado do oceano Atlântico por um cordão arenoso denominado Restinga da Marambaia.

Pedra de Guaratiba é um bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, a segunda região mais populosa da cidade, com 2.371.135 pessoas (ver tabela 1). Portanto, a segunda região mais populosas da cidade, especialmente os bairros de Campo Grande (328 mil moradores), Bangú (243 mil) e Santa Cruz (217 mil), conforme dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010).



Mapa 1 - LOCALIZAÇÃO DA PEDRA DE GUARATIBA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Fonte: Adaptado de Mapa da Cidade do Rio de Janeiro (IPP, 2012).

Nota: A área destaca na cor vermelha representa o bairro de Pedra de Guaratiba (onde realizamos o estudo com os pescadores artesanais). As cores do mapa representam as 33 regiões administrativas da cidade, divididas em 5 zonas: Zona Oeste (tons de azul); Zona Norte (tons de verde); Zona Central (tons de roxo); Zona Sul (tons de laranja); e Barra da Tijuca (tons de amarelo). Além de Pedra de Guaratiba, identificamos alguns bairros da Zona Oeste - Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Sepetiba e Barra de Guaratiba - e o centro da cidade, mencionados pelos pescadores entrevistados como sendo os locais onde vivenciam relações cotidianas da pesca (compra de insumos, petrechos, peças de embarcação, madeira, etc.).

	POPULAÇÃO	ÁREA (KM2)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM2)
Estado do RJ	15.989.929	43.780	365
Rio de Janeiro (cidade)	6.320.446	1.225	5.161
Centro e Zona Sul	1.303.785	133	9.794
Zona Norte	2.645.526	260	10.185
Zona Oeste	2.371.135	832	2.851

Tabela 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO POR REGIÕES DA CIDADE
 Fonte: extraído de Painel regional : Rio de Janeiro e bairros (SEBRAE, 2015).

O tamanho populacional da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro tem relação com o projeto desenvolvimentista colocado em prática pelo governo federal entre as décadas de 1970 e 80. Silva (2018) explica a dinâmica populacional da cidade no contexto da implantação dos distritos industriais nos bairros de Campo Grande e Santa Cruz e a construção dos conjuntos habitacionais (COHAB) nessa região da cidade. Á pretexto de alocar as pessoas próximas aos pólos industriais implantados na cidade, colocou-se em prática a remoção de populações residentes em favelas situadas na zona sul (área nobre da cidade) e na Barra da Tijuca (área de expansão do mercado imobiliário de condomínios luxuosos).

Silva (2018) explica que a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro e os outros municípios que margeiam a Baía de Sepetiba, Itaguaí e Mangaratiba, se inserem em um contexto de modernização da metrópole fluminense, no qual a lógica econômica e política fez juntar interesses empresariais e do governo em uma mesma região. Trabalhando com as noções de tecnosfera e psicosfera, a autora identifica um conjunto de ações que impõem formas espaciais, que afetam o cotidiano dos pescadores artesanais, aliados com a construção do discurso modernizador de que a baía de Sepetiba é a porta de entrada para o desenvolvimento do Rio de Janeiro (SILVA, 2018).

Nesse contexto, a Baía de Sepetiba é caracterizado descrita pelo empresários do setor industrial como a porta de entrada dos investimentos no estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2012). Segundo os dados apresentados pela Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2012), somente no distrito da Ilha da Madeira, no município de Itaguaí, os investimentos previstos para o período 2012-2014 somavam 9,1 bilhões de reais (ver tabela 2).

Investimento	Sector	Município	Objetivo	Valor do investimento no período 2012-2014 (R\$ bilhões)
PROSUB	Construção Naval		Itaguaí	5,2
Terminal da Usiminas em Itaguaí	Transporte/ Logística	Itaguaí	Implantação	1,3
Porto de Itaguaí	Transporte/ Logística	Itaguaí	Implantação e Expansão/ Modernização	1,3
Porto do Sudeste	Transporte/ Logística	Itaguaí	Implantação	1,3

Tabela 2 - INVESTIMENTOS NO ENTORNO DA BAÍA DE SEPETIBA

Fonte: Decisão. Investimentos Rio 2012-2014. FIRJAN, fevereiro de 2012.

Nesse contexto, uma das demandas apresentadas pela FIRJAN é a duplicação do canal de acesso aos terminais portuários da Baía de Sepetiba, que segundo as expectativas dobraria o número de atracações de navios na região (FIRJAN, 2015). Segundo Paz (2015), os principais usuários desse canal são as empresas que exploram os terminais do Porto de Itaguaí, como é o caso da Sepetiba Tecon e a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, e empresas que possuem seus próprios terminais portuários na Baía de Sepetiba, como a Porto Sudeste, TyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico - TKCSA e a Vale (terminal da Ilha Guaíba).

Por outro lado, a expansão do canal de navegação da Baía de Sepetiba promove uma série de impactos no trabalho dos pescadores artesanais, em decorrência das dragagens para a abertura do canal, que revolve os sedimentos do fundo da baía impactando a qualidade dos cardumes, e o aumento na circulação dos grandes navios na baía, ampliando as áreas de restrição para a pesca (EUZEBIO; PAZ, 2014). Os pescadores reclamam ainda que no processo de dragagem para duplicação e manutenção do canal de navegação, o sistema conhecido como "bota fora"⁴ apresenta falhas, provocando a dispersão dos sedimentos dentro da baía. As denúncias dos pescadores levaram o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro

⁴ "Bota fora" é um processo no qual, após feita a dragagem do canal marítimo, a embarcação que faz a dragagem transporta os sedimentos para além da linha de base (limite entre as águas interiores e o mar territorial) para fazer o despejo. Os pescadores explicam que muitas vezes os navios que fazem a dragagem liberam os sedimentos ainda dentro da baía, o que provoca impactos na fauna marinha, nas embarcações e petrechos de pesca.

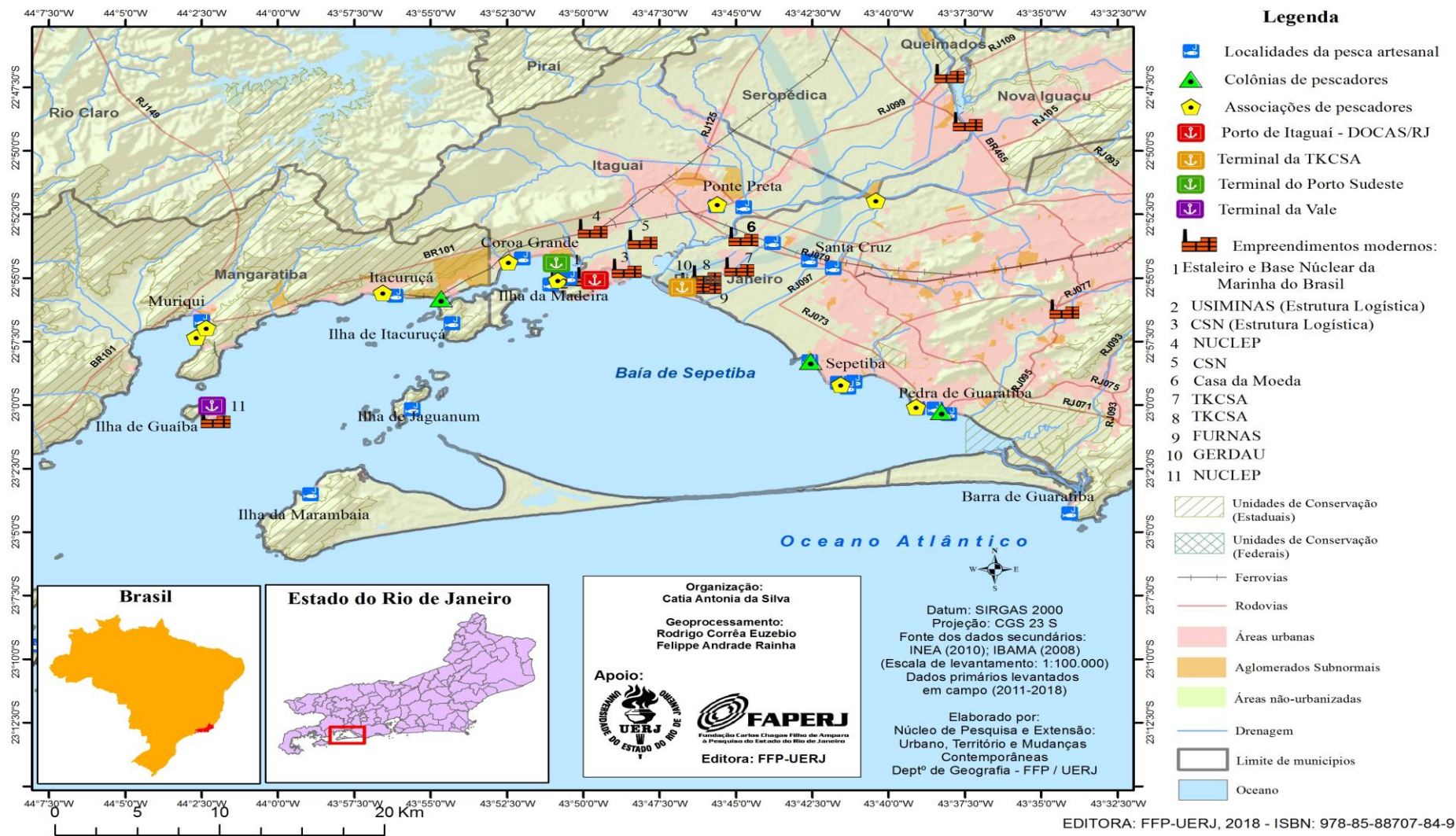
a exigir do Instituto de Meio Ambiente do Rio de Janeiro - INEA a suspensão das dragagens na baía de Sepetiba em janeiro de 2018.

Milaysa de Oliveira Cabral Paz vem aprofundando a história dos impactos ambientais provocados pelos projetos portuários no distrito da Ilha da Madeira, explicitando que desde a década de 1960 a Baía de Sepetiba é alvo de projetos nacionais desenvolvimento⁵. Em trabalho que realizamos juntos (EUZEBIO; PAZ, 2014) já discutíamos que os impactos da exploração logística - modernização e ampliação dos terminais portuários; ampliação da malha ferroviária ligando a Ilha da Madeira aos estados de Minas Gerais e São Paulo; construção do arco rodoviário metropolitano, ligando a Baía de Sepetiba ao município de Itaboraí, onde está sendo construído o Complexo Petroquímico da Petrobras - COMPERJ, passando por diversos municípios da Metrópole Fluminense. Observamos que esse processo se configura como uma ação da dominação capitalista no espaço, resultando em consequências perversas para os pescadores artesanais, como a perda das áreas de pesca e a remoção das moradias nas áreas de interesse do capital (EUZEBIO; PAZ, 2014).

Silva (2018) analisa ainda que a expansão e modernização logística/industrial na baía de Sepetiba implica em riscos para a espacialidade desses trabalhadores, no sentido em que as formas implantadas no espaço altera as condições ambientais para a prática pesqueira. O trabalho na pesca artesanal na Baía de Sepetiba se caracteriza pelo uso de poucas tecnologias, produção em pequena escala e predomínio de embarcação que se limitam a navegação dentro da baía, os caícos de até oito metros (SILVA, 2018). De modo que esses trabalhadores são muito sensíveis aos impactos produzidos pelos terminais portuários e plantas fabris, tais como alteração da temperatura e das taxas de salinidade nas águas dos rios, proliferação de algas marinhas em função do aumento da poluição, os ruídos provocados pela atividade naval espantando os cardumes, dentre outros (SILVA, 2018).

No mapa 2é possível observar a localização de alguns arranjos espaciais produzidos pelos pescadores artesanais na Baía de Sepetiba. Em atividades de pesquisa junto ao Núcleo de Pesquisa e Extensão, Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas - NUTEMC, foi possível mapear doze localidades de pesca.

⁵ Milaysa de Oliveira Cabral Paz é pesquisadora do NUTEMC/FFP/UERJ e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social do Território da UERJ/FFP. Ela vem estudando a história da modernização portuária na Ilha da Madeira (Itaguai) e os impactos na vida dos pescadores artesanais.



Mapa 2 PESCA ARTESANAL NO CONTEXTO DA BAÍA DE SEPETIBA

Fonte: Banco de dados do Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Além do bairro de Pedra de Guaratiba, situado á nordeste da baía de Sepetiba, próximo ao encontro do continente com o cordão arenoso que abriga a baía de Sepetiba do oceano atlântico, foram mapeados lugares onde vivem pescadores artesanais em outros bairros da zona oeste do Rio de Janeiro (Barra de Guaratiba, Sepetiba e Santa Cruz) e em bairros e ilhas dos municípios de Itaguaí e Mangaratiba. Deste modo, os ícones na coloração azul e branco com o peixe fígado representam os arranjos espaciais⁶ dos pescadores artesanais que conhecemos na pesquisa: ranchos de pesca; locais de atracação dos barcos e de reparo dos petrechos; e os locais de comercialização do pescado.

Observa-se uma concentração de empreendimentos entre os bairros de Santa Cruz (cidade do Rio de Janeiro) e Ilha da Madeira (cidade de Itaguaí), área próxima ao Porto de Itaguaí e da TKCSA. Nessa área, além da TKCSA e da ampliação do Porto de Itaguaí, foram implantados os empreendimentos do Porto Sudeste e da USIMINAS, todos relacionados com a exportação do minério de ferro. No mapa é possível observar a presença da malha ferroviária da empresa MRS-logística, que conecta essa região com a região do Quadrilátero Ferrífero (no estado de Minas Gerais, onde se situam as minas do minério de ferro) a região do Vale do Aço (estado do Rio de Janeiro), onde se situa a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN e a região da Baixada Santista (estado de São Paulo).

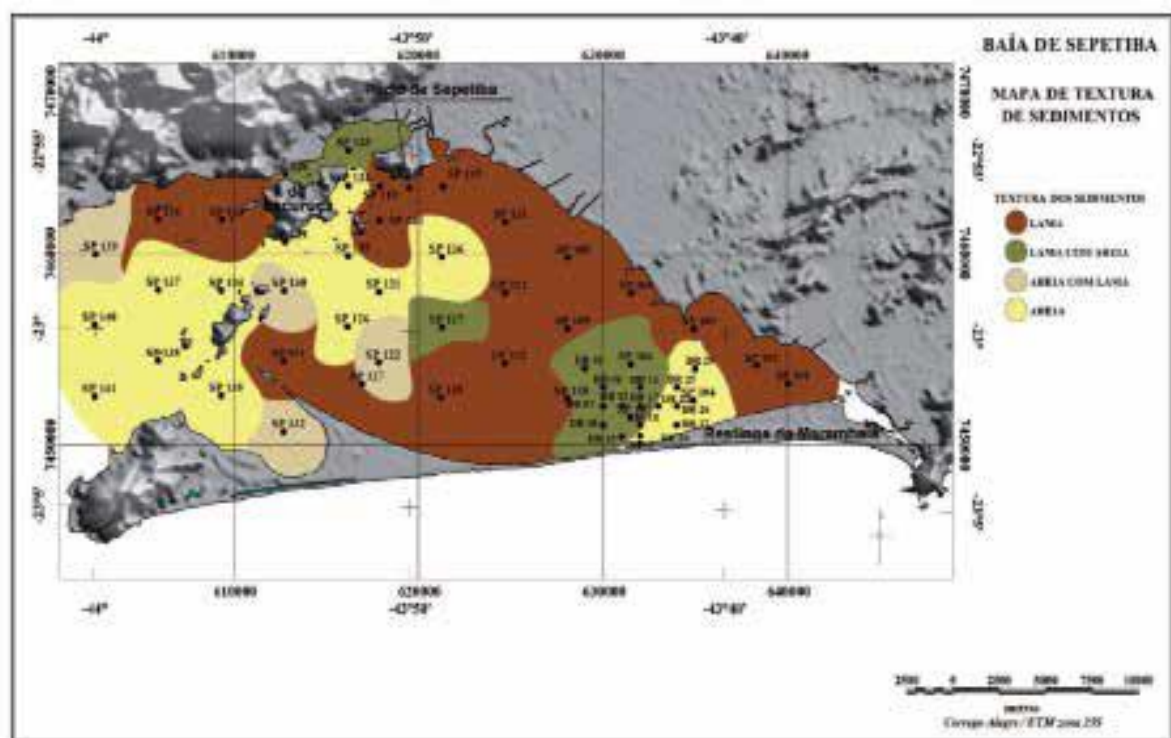
Os ícones com o símbolo de uma ancora representam a localização dos terminais portuários situados na baía de Sepetiba, sendo eles: o conjunto de terminais do Porto de Itaguaí (Companhia Docas do Rio de Janeiro); terminal da Ilha de Guaíba (empresa Vale); terminal da TKCSA, no bairro de Santa Cruz; e, o terminal do Porto Sudeste, no distrito de Ilha da Madeira. O terminais da TKCSA e do Porto Sudeste se inserem em uma nova lógica industrial/logística, na qual a indústria possui o terminal de movimentação de cargas acoplado à planta fabril, formando um "complexo industrial portuário". Cabe destacar que a implantação do Porto Sudeste na Ilha da Madeira provocou a remoção de centenas de famílias das comunidades Vila do Engenho e Ponta da Mariquita, locais de moradia dos pescadores artesanais daquele lugar (PAZ, 2015; RODRIGUEZ, 2016).

A orla da Pedra de Guaratiba se situa em uma área da Baía de Sepetiba denominada de "fundo de baía" (PINTO et al. 218). No mapa 3 é possível observar que essa parte da baía tem

⁶ Por uma questão de ética com os pescadores artesanais, que gentilmente nos permitiram a nossa participação em várias pescarias pela baía de Sepetiba, preferimos não representar no mapa os "pesqueiros" - locais onde realizam a extração do pescado no mar (ver DIEGUES, 2004) - que também constituem importantes arranjos espaciais da atividade pesqueira. Essa informação os pescadores costumam manter em sigilo, somente revelada para a nossa pesquisa por relações de confiança conquistada pela convivência da equipe de pesquisa com esses trabalhadores.

o fundo lamoso, ou seja, com o predomínio de sedimentos depositados no leito marinho de textura lamosa. Em trabalho recente (EUZEBIO, 2016), analisamos as relações entre os usos da técnica pelos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba e as condições ambientais das praias do bairro. Foi observado que o assoreamento das praias, processo em que a profundidade da água é reduzida em função da lama acumulada na frente de praia (zona da praia que permanece submersa nos períodos de maré baixa), interfere na dinâmica de saída e chegada das embarcações de pesca.

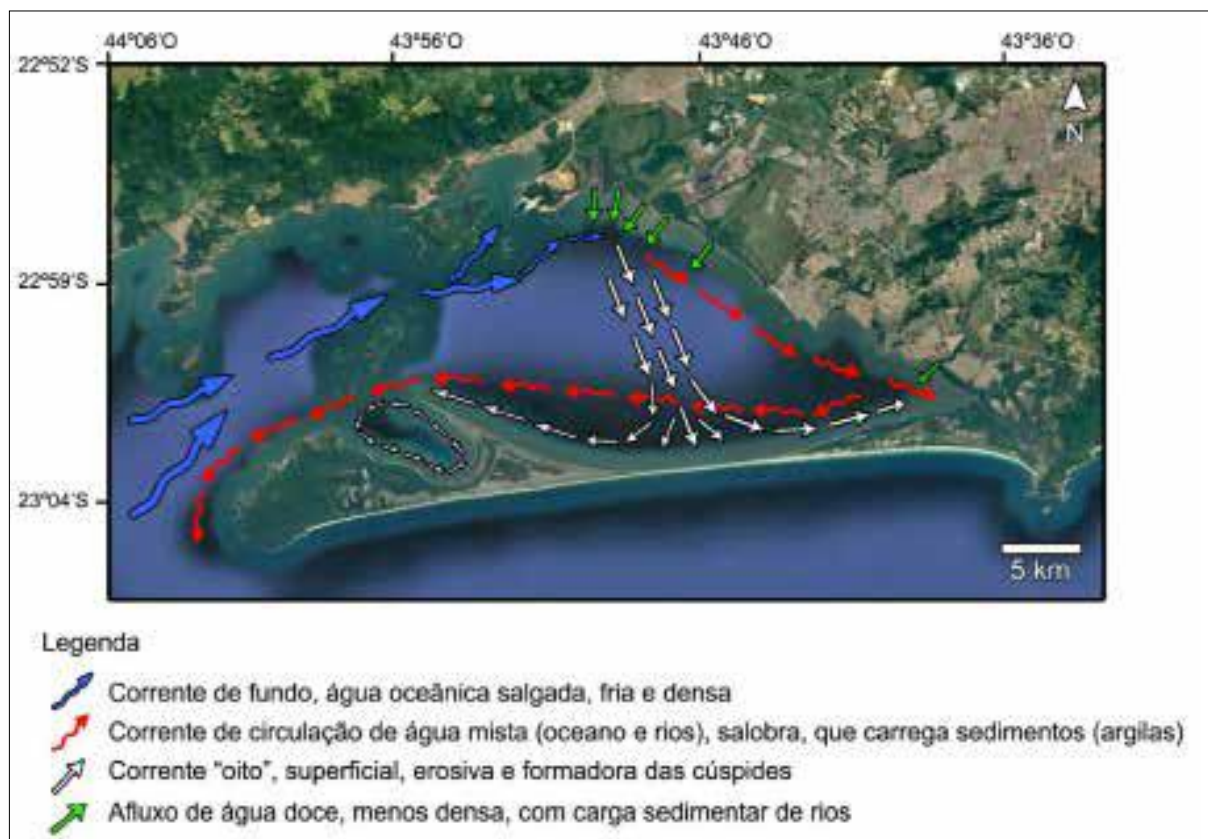
Naquele momento da pesquisa, trabalhávamos com a hipótese de que as condições ambientais seriam as principais causas para algumas mudanças técnicas no trabalho dos pescadores artesanais. O uso das canoas do tipo caiçara e de artes de pesca como o arrasto de praia deixaram de ser praticadas, de modo que as canoas foram substituídas pelos caicos (que com o passar do tempo, foram sendo motorizados) e a extração de pescado na beira da praia se tornou inviável com a presença cada vez mais acentuada da lama (EUZEBIO, 2016).



Mapa 3 - TEXTURA DOS SEDIMENTOS MARINHOS NA BAÍA DE SEPETIBA
Fonte: Pinto et al. (2018)

Os sedimentos situados no fundo da Baía de Sepetiba são oriundos do transporte fluvial da bacia de drenagem do Rio Guandu e demais rios que deságuam na parte norte/nordeste da baía (PINTO et al., 2018). Já a matéria orgânica é resultante da produtividade do manguezal, com destaque para o Manguezal de Guaratiba, situado no

extremo leste da baía. Pinto (2018) explica que o depósito de lama na área de "fundo de baía", onde se situa a orla de Pedra de Guaratiba, está associado à circulação das correntes marinhas de fundo no interior da baía, que entra pelo canal central passando pela desembocadura dos rios e retorna pelo sul contornando a ponta da Pombeba (ver mapa 3, elaborado pelos autores Pinto, et. al.).



Mapa 4 CIRCULAÇÃO DAS CORRENTES MARINHAS NA BAÍA DE SEPETIBA
Fonte: Pinto et al.(2018)

Na busca por compreender a relação entre a moradia e o trabalho no cotidiano dos pescadores artesanais, Rainha (2015)⁷ fez uma interessante análise da Pedra de Guaratiba como um lugar de concretização das ações dos pescadores artesanais. Eles explica que a diversidade de atores que constituem a produção social do espaço em Pedra de Guaratiba, destacando que o bairro reúne um acúmulo de temporalidades distintas: habitações de

⁷O trabalho de Felipe Andrade Rainha, realizado entre os anos de 2013 e 2015, constitui uma importante base para a nossa compreensão acerca da Pedra de Guaratiba como um lócus das ações dos pescadores artesanais. Suas reflexões não fornecem somente uma referência bibliográfica sobre o tema, que aliás deve ser estudada por todos aqueles que desejarem compreender as relações entre o saber-fazer dos pescadores artesanais e o lugar. A construção de suas reflexões foi um momento de aprofundamento da pesquisa na compreensão do papel do lugar na construção da existência concreta dos sujeitos, no qual as conversas em trabalho de campo ou nas reuniões do grupo de pesquisa nos provocou à elaboração do trabalho que estamos apresentando aqui.

pescadores, veranistas e de trabalhadores de outros postos de empregos do bairro (comércio e serviços) e da cidade; restaurantes, bares e pousadas, muito movimentados aos fins de semana no verão e dias de calor; comércio varejista, com predomínio de pequenas empresas; espaços culturais e escolas; e os arranjos espaciais relacionados à atividade pesqueira (píer de embarque e desembarque, ranchos, sede da colônia Z-14 e da Associação dos Pescadores de Pedra de Guaratiba, fábrica de gelo, peixarias, trechos da orla e das praias ocupadas pelos pescadores para confecção das redes, reparos das embarcações e venda do pescado, as oficinas de mecânicos e carpinteiros que prestam serviços aos pescadores).

Algumas ruas do bairro são tomadas pela circulação dos pescadores artesanais, num processo simultâneo em que a dinâmica da atividade pesqueira inclui a relação com as outras atividades, ao mesmo tempo em que essas outras atividades funcionam em interação com o ritmo de trabalho dos pescadores. Esse processo simultâneo, cujo ritmo de acontecimentos é o do cotidiano, envolve solidariedades e conflitos (RAINHA, 2015).

Na análise de Rainha (2015) vemos uma relação dos pescadores com o lugar marcada pela solidariedade de ações entre trabalhadores de diversas atividades. O trabalho de vendedores ambulantes (pessoas que comprem o peixe no momento do desembarque e circulam as ruas do bairro de bicicleta, ofertando o produto de porta em porta), as peixarias, as lojas que vendem gelo e materiais de consumo na atividade pesqueira (isopor, resinas, gelo, óleo lubrificante, etc.), os postos de combustível, os carpinteiros e mecânicos do bairro, dentro outras, compõem um conjunto de atividades que contribuem para o saber-fazer dos pescadores de Pedra de Guaratiba.

O autor mostra também a existências de conflitos travados no cotidiano da Pedra de Guaratiba, dentre eles os desacordos existentes entre os pescadores e a fragmentação em grupos que se dividem entre as praias e as praças do bairro (RAINHA, 2015). Há os pescadores filiados da colônia Z-14 e os pescadores filiados na Associação dos Pescadores de Pedra de Guaratiba. Nesse tecido social, ocorrem cruzamentos de amizades, afinidades e inimizades entre os pescadores filiados nessa ou naquela instituição, que ancoram seus barcos na Praia da Ponta Grossa, na Praia da Capela ou no Píer da Pedra de Guaratiba, que freqüentam esse o aquele bar.

Para além dos conflitos pessoais, existe a coexistência com a dinâmica do mercado imobiliário, que compra os imóveis próximos das praias expulsando dali os pescadores e limitando o uso da orla pela atividade pesqueira. O ritmo de trabalho dos pescadores artesanais é afetado por essa dinâmica instalada no bairro pelas empresas com os seus

negócios imobiliários (venda e aluguel de lojas e casas), com a necessidade de reorganizarem seus arranjos espaciais:

Fator importante e que se faz necessário ressaltar aqui diz respeito aos ranchos. Estes, por sua vez, estão situados próximos aos atracadouros e/ou a alguns pontos de embarque/desembarque, não se fazendo diferente nos pontos destinados a estes fins no bairro de Pedra de Guaratiba. Contudo, na localidade do Píer/Pracinha a especulação imobiliária (sobretudo para fins comerciais) se apresentou como um dos principais vilões das áreas dos ranchos, causando assim a desapropriação e destruição de muitos deles. Para não se deslocarem muito de seus pontos de embarque e desembarque vários pescadores hoje vivem nos ranchos que sobraram na localidade em questão, algo que ao mesmo tempo em que fortalece sua resistência contra o processo de especulação do valor da terra, acaba por expô-los à condições de moradia bastante adversas (RAINHA, 2015, p. 177).

No trabalho realizado por Rainha (2015) aprendemos que o espaço da casa (o quintal, o telhado e os cômodos da residência) é aproveitado para a realização de diversas práticas, como a confecção da rede e a manutenção do barco e do motor, além do armazenamento dos petrechos de pesca (remos, rede, bóias, cordas, lanternas, coletes salva-vidas, isopor, dentre outros). Vimos que a reprodução do saber-fazer se faz também nos momentos de vivência com a família e amigos mais próximos na intimidade do lar. O desenvolvimento dos conhecimentos e de diversos trabalhos envolve as crianças, esposas, mães, pais, avós, vizinhos e visitantes, configurando um trabalho orgânico de produção material e imaterial das condições das quais o pescador depende para a realização da pescaria.

O dado que Rainha (2015) nos apresenta sobre o deslocamento dos pescadores para áreas cada vez mais distantes da orla das praias em decorrência da valorização imobiliária do bairro para o turismo e os empreendimentos comerciais explicita uma nova dinâmica na apropriação do espaço por esses trabalhadores. Se em outros tempos, conforme nos apontaram em muitos relatos, os pescadores se aproveitavam da moradia e dos ranchos de pesca na orla e na beira do Rio Piraquê⁸ para a realização de suas práticas, agora dependem de uma rede de solidariedade com alguns poucos pescadores que ainda moram nessa área, donos de bares e moradores (que não são pescadores) de algumas casas. Essa solidariedade compreende as colaborações mutuas na manutenção dos barcos e das redes, na ajuda para retirar o barco da água na maré baixa e para descarregar o pescado, no zelo com o barco do camarada ancorado

⁸Atualmente, a margem do Rio Piraquê se localiza a "Comunidade do Piraquê". Segundo relatos dos pescadores nas entrevistas, muitos pescadores moravam nessa área do bairro, mas com o crescimento da comunidade os pescadores perderam seu espaço na margem do rio e já não se encontra mais a presença da pesca nesse local. Os limites desse trabalho e o enfoque nas entrevistas com os pescadores das praias de Ponta Grossa, Píer da Pedra de Guaratiba e Praia da Capela inviabilizou um estudo mais detalhado sobre as condições da existência ou não existência de pescadores na margem do rio.

na praia, quando os ventos e a força da maré provocam as colisões e arriscam levar o barco para o fundo, e até mesmo gestos singelos e repletos de significado, como servir um café quente e um pão com manteiga para o amigo que chega cansado do mar.

Em outro trabalho que realizamos juntos (RAINHA; EUZEBIO, 2015) fizemos uma reflexão a partir da espacialidade dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba acerca do lugar se caracterizar por concentrar as formas de existência, que seja no confronto e quer seja na reprodução cotidiana da vida. O lugar é repleto de significados para o grupo social, expressos na forma da materialidade dos objetos, da relação com as pessoas e com o mar e os ventos. Ao mesmo tempo, o lugar é repleto de contradições e disjunções da cotidianidade, as quais são sentidas - sentimento físico e cognitivo - na vivência do espaço.

2.2.Espacialidade dos pescadores artesanais

A relação entre espacialidade e técnica na pesca artesanal configura a questão central desse trabalho, pois é a partir dessa problematização que será possível compreender as formas de existência dos pescadores mediante ao fenômeno técnico. O fenômeno técnico diz respeito ao "sistema de ações" (SANTOS, 2006) mobilizado no espaço e no processo histórico, no qual se desenvolve o uso das tecnologias por esses trabalhadores na atividade pesqueira.

Os pescadores da Baía de Sepetiba fazem uso de um conjunto de artes de pesca para a extração do pescado, cada qual contando com um conjunto de objetos técnicos adquiridos no amplo mercado de insumos da metrópole fluminense. A realização das artes de pesca se constitui de um conjunto de relações de partilha de conhecimentos, ferramentas de trabalho, histórias, angústias, tristezas e encantos – de um conteúdo da apropriação cotidiana do espaço à que Lefebvre denomina de “vivialidade”. As artes de pesca são uma extensão do corpo dos pescadores para a captura dos peixes e crustáceos no mar, mas elas são também expressões concretas do “espaço vivido” (LEFEBVRE).

Durante a pesquisa com os pescadores da Pedra de Guaratiba foram observadas as relações de reprodução de três artes de pesca: o “emalhe” do camarão branco; a arte do “cerco”, também chamada pelos sujeitos estudados de “rede de espera”; e as “cercadas”. Buscou-se compreender como essas artes de pesca se inserem na ação dos pescadores de

“habitar” a baía, apropriando-se desse espaço com/contra/e apesar da lógica de ordenamento, que concebe os recursos naturais como um estoque de mercadorias.

A pesquisa foi realizada com os pescadores artesanais que vivem no bairro Pedra de Guaratiba, localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um grupo de pessoas formado majoritariamente por homens, com faixa etária entre 40 e 60 anos. Possuem uma organização do trabalho que varia conforme o tipo de barco utilizado nas pescarias, de modo que a propriedade da embarcação é um componente importante no estabelecimento das parcerias de pesca.

Trataremos mais a frente às diferenças entre os tipos de embarcação e as diferentes formas de trabalho e de divisão das tarefas, mas o leitor já deve se atentar para a existência de quatro categorias de pescadores: o “dono do barco”, que pode participar das pescarias ou fornecer sua embarcação para outros pescadores por meio de arrendamentos; o “mestre de pesca” (“que manda na pesca” como eles mesmos se expressam entre si), geralmente o pescador mais experiente da equipe de trabalho, que tem como responsabilidade conduzir a embarcação, localizar os cardumes e liderar o processo de extração; o “pescador”, que realiza o trabalho de captura do pescado, cuida dos petrechos e das redes, carrega e descarrega os equipamentos e pescado do barco; e o “ajudante de pesca”, geralmente pescadores mais jovens e aprendizes, que auxiliam nas atividades dos pescadores durante a pescaria ou apenas ajudam no cais. A divisão de tarefas apresentada acima é um esforço de entender as categorias de trabalho que os pescadores foram apresentando durante a pesquisa. Os nomes – “dono do barco”, “mestre de pesca”, “pescador”, “ajudante de pesca” – são termos usados por eles para diferenciar o papel de cada pescador na pescaria. Nas embarcações menores, do tipo caíco, geralmente a equipe de trabalho é composta por dois pescadores: o “dono do barco”, que costuma ser também o “mestre de pesca”, em parceria com um “pescador” ou com um “ajudante”. Nas embarcações maiores, como nos barcos de cerco ou de emalhe, as relações de trabalho já podem ser mais complexas, são comuns os casos em que o “dono do barco” não participa da pescaria, delegando ao pescador mais experiente a função de “mestre de pesca”.

Em todos os casos observados, tanto nas embarcações maiores quanto nas menores, verificou-se que o acordo de trabalho entre os pescadores é informal, ou seja, não tem um contrato ou carteira de trabalho assinada. Os pescadores utilizam o sistema de parceria, em que a equipe de trabalho partilha o barco e as ferramentas de trabalho, seguindo uma tradição de organização social do trabalho na pesca artesanal, conforme explica Diegues, e em conformidade com o que estabelece a lei que regulamenta esse tipo de atividade pesqueira.

Com o sistema de parceria, independente das categorias de pescadores, o lucro obtido com a venda do pescado, já retirando os custos da pescaria, é dividido em partes iguais, em quantidade equivalente ao número de membros da equipe, incluindo o “dono do barco”. Os tipos de custo com as pescarias variam conforme o tipo de embarcação e de pescaria e dos trajetos conforme veremos mais adiante. São considerados custos: combustível, petrechos (anzóis, cordas, chumbo, bóias, dentre outros), gelo e alimentação. Em alguns casos, dependendo dos acordos entre os pescadores, podem ser inclusos os possíveis danos da rede e da embarcação, gastos que geralmente ficam por conta do dono do barco.

O pescado extraído geralmente é vendido para os atravessadores⁹ no momento em que os pescadores atracam na Pedra de Guaratiba. Apesar de a Pedra de Guaratiba possuir muitas peixarias e restaurantes (veremos isso um pouco mais adiante), a comercialização direta para os comerciantes é mais difícil pela ausência de estrutura para os pescadores armazenarem e transportarem o pescado até os comerciantes e pela preferência destes pelas vantagens oferecidas pelos atravessadores. Os peixeiros explicam que os atravessadores garantem o abastecimento do produto toda a semana, trazendo pescado de outras regiões como dos entrepostos dos municípios de Macaé, Niterói e Angra dos Reis, além do CEASA do Rio de Janeiro. Por outro lado, o fornecimento do produto direto pelos pescadores depende da qualidade da safra na Baía de Sepetiba e da capacidade dos pescadores em extrair o pescado (SOUZA JUNIOR, 2015)

Ainda assim, os pescadores de caíco conseguem vender o pescado nas peixarias ou para restaurantes e consumidores. Devido à produção desses pescadores ser relativamente menor, se comparado com as extrações realizadas pelos barcos maiores, eles conseguem transportar a carga de pescado (que raramente ultrapassa cinquenta quilos numa pescaria) em tabuleiros usando bicicletas ou automóveis. De um jeito ou de outro, a venda do pescado tem que ser bem rápida, devido à alta perecibilidade do produto. Em casos de menor demanda pelo pescado, o mesmo é armazenado em caixas de isopor com gelo enquanto um dos pescadores percorre as redondezas em busca de algum comprador. Muito raramente o pescado permanece nessas caixas por muito tempo ou até o dia seguinte. Sempre há procura pelo pescado, principalmente o camarão.

⁹ Os atravessadores que compram a produção dos pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba são pequenas empresas, que possuem caminhão frigorífico para armazenar e transportar os peixes e crustáceos, atuando como intermediários entre os pescadores e os grandes centros de abastecimento de pescado da metrópole fluminense: CEASA da cidade do Rio de Janeiro e o Mercado São Pedro, na cidade de Niterói. Existe ainda outro tipo de atravessador que retira o pescado na hora em que o mesmo é manuseado do barco para a margem da Baía. Esses compradores/atravessadores é que revenderão o pescado aos pequenos mercados de peixe da região ou diretamente para os restaurantes do entorno. Muitas vezes o próprio comprador é dono de pequenas peixarias bem próximas da localidade de onde é descarregado o pescado.

A área de estudo é a Pedra de Guaratiba, com foco nas localidades: Ponta Gossa, Praia da Pedra e Praia da Capela. No mapa 05 é possível observar a existência de três atracadouros na Pedra de Guaratiba: na Ponta Grossa, praia da Pedra e na praia da Capela. Nesses lugares foram realizadas as entrevistas com os pescadores e observadas diversas atividades como a confecção de redes, construção e reforma de barcos, comercialização de pescado, as saídas e chegadas das pescarias, dentre outros momentos e afazeres do cotidiano do trabalho na pesca.



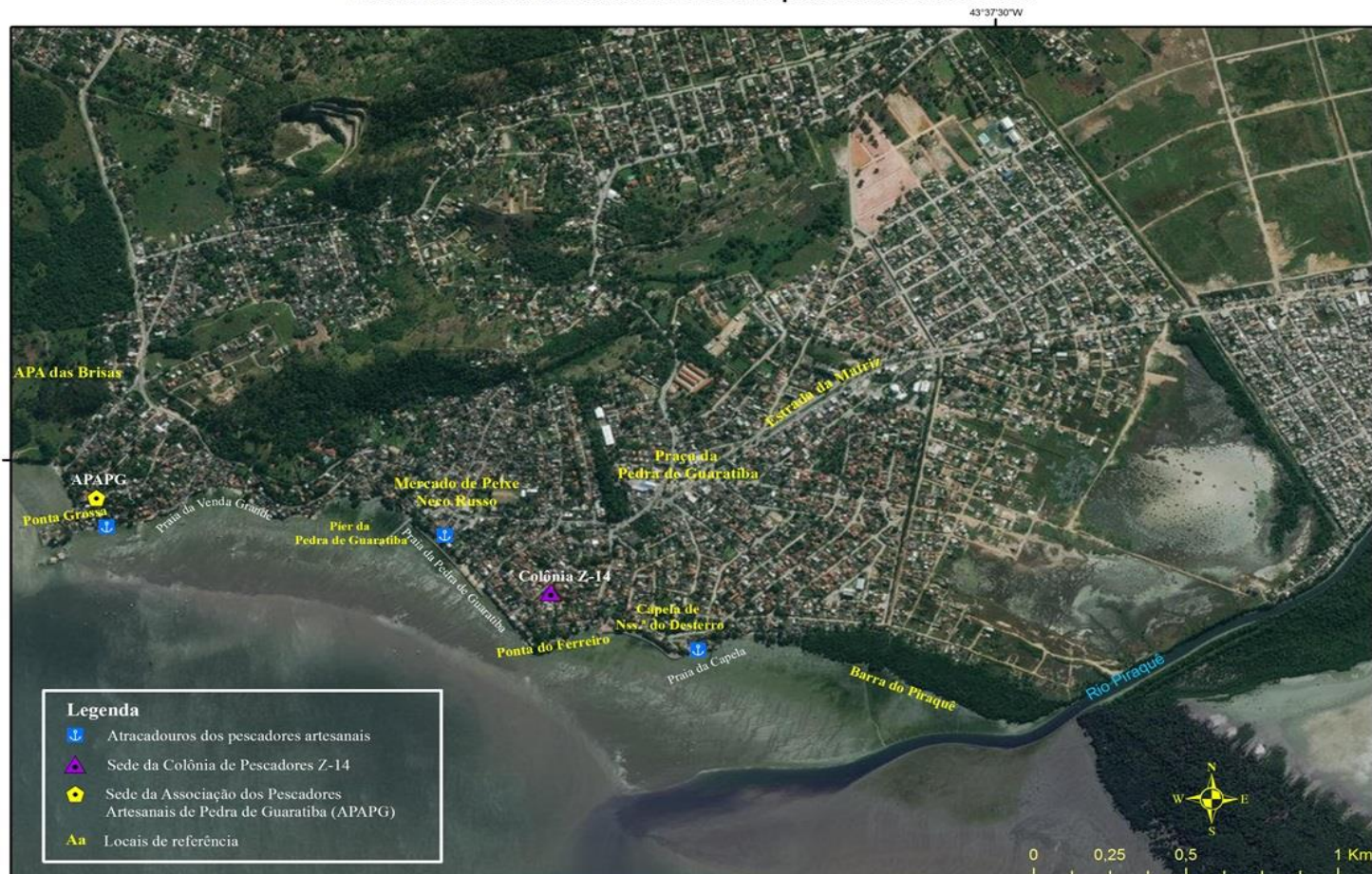
Elaborado por:
Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território
e Mudanças Contemporâneas
Deptº de Geografia - FFP / UERJ

Cordenação:
Catia Antonia da Silva

Geoprocessamento:
Rodrigo Corrêa Euzébio



Pedra de Guaratiba: atracadouros dos pescadores artesanais



Mapa 5—ÁREA DE ESTUDO: ATRACADOUROS, SEDE DE COLÔNIA E ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS EM PEDRA DE GUARATIBA – CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados levantados no Núcleo Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas - NUTEMC da Faculdade de Formação de Professores - FFP da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

A Ponta Grossa é um lugar formado por ruas estreitas que conectam a orla com a estrada da Pedra, principal via de circulação de automóveis e de transporte público (ônibus e Kombi) do bairro, composta de casas de moradores locais ou de veranistas e pequenos comércios (ver figura 1). Assim como em todo o litoral da Pedra de Guaratiba, as estreitas e curtas faixas de areia ficam submersas quando a maré enche e as frentes de praia são assoreadas por sedimentos transportados pela maré e que se depositam nessa parte da Baía. Entre a faixa de areia e a lama acumulada nas frentes de praia ficam espalhadas as embarcações dos pescadores, conforme apresentado fotografia 1 abaixo. Presos por âncoras, amarrados nas bóias submersas ou amarrados no calçadão ou em outras embarcações, esses barcos se movimentam conforme a maré, produzindo um constante som de cascos de madeira batendo-se uns contra os outros, misturados ao som da própria maré cheia batendo nas muretas ou cobrindo a areia da praia.

As noites são escuras e silenciosas¹⁰, com pontos de luz que vez ou outra surgem no horizonte indicando a volta de pescadores do mar, que rapidamente atracam o barco, limpam as redes e vão vender o peixe ou camarão. Ao contrário das noites, as manhãs são agitadas pelo falatório dos pescadores que compartilham suas histórias, costuram as suas redes, consertam, constroem ou reformam seus barcos, e pela movimentação dos barcos que chegam e saem para as pescarias. Quando o vento de sudoeste (em maior escala, pois nem sempre o sudoeste sopra forte na Baía, mas é o mais temido pelos pescadores) sopra no lugar, muitos barcos são danificados pela colisão com as pedras ou com outros barcos e as preocupações com os companheiros que estão no mar toma conta da praia.

Cabe destacar que o vento sudoeste é muito importante para os pescadores porque, junto com o vento norte, remexe as águas do fundo da Baía, o que favorece a pescaria após a passagem desses ventos. Cumpre apontar que o vento norte é perigoso para quem está no mar, pois esse sopra de terra para o mar e não afeta os barcos ancorados. Quando a pescaria está ruim os pescadores lamentam a falta do vento sudoeste e do norte e ficam na expectativa da chegada desses ventos. Esse último quando sopra indica a mudança de tempo e os pescadores já começam a se entusiasmar, pois geralmente o norte sopra por três dias consecutivos e na sequência cai o sudoeste, o mais temido, porém, muito importante para favorecer a pescaria após a passagem dos mesmos.

¹⁰ Silenciosas durante a semana, mas com muita sonoridade aos finais de semana em função de alguns estabelecimentos comerciais a beira mar que realizam shows com música ao vivo ou com própria aparelhagem de som.



Figura 1 - IMAGENS DAS RUAS DA PONTA GROSSA, EM PEDRA DE GUARATIBA

Fonte: Banco de dados do NUTEMC/FFP/UERJ.

Nota: na imagem 1 é possível observar uma das ruas de acesso entre a orla e a estrada da Pedra de Guaratiba, que conecta a Ponta Grossa com o restante do bairro; na imagem 2 consta a rua da praia da Ponta Grossa, onde os pescadores chegam das pescarias e onde costumam fazer a manutenção de barcos e redes; na imagem 3 aparece um dos vários becos existentes na Pedra de Guaratiba, muitos dos quais são caminhos entre a praia e a estrada da Pedra de Guaratiba; na imagem 4 consta a continuação da rua da praia apresentada na imagem 2, a qual tem um trecho interrompido pela faixa de areia e pelas casas que chegam até a praia.

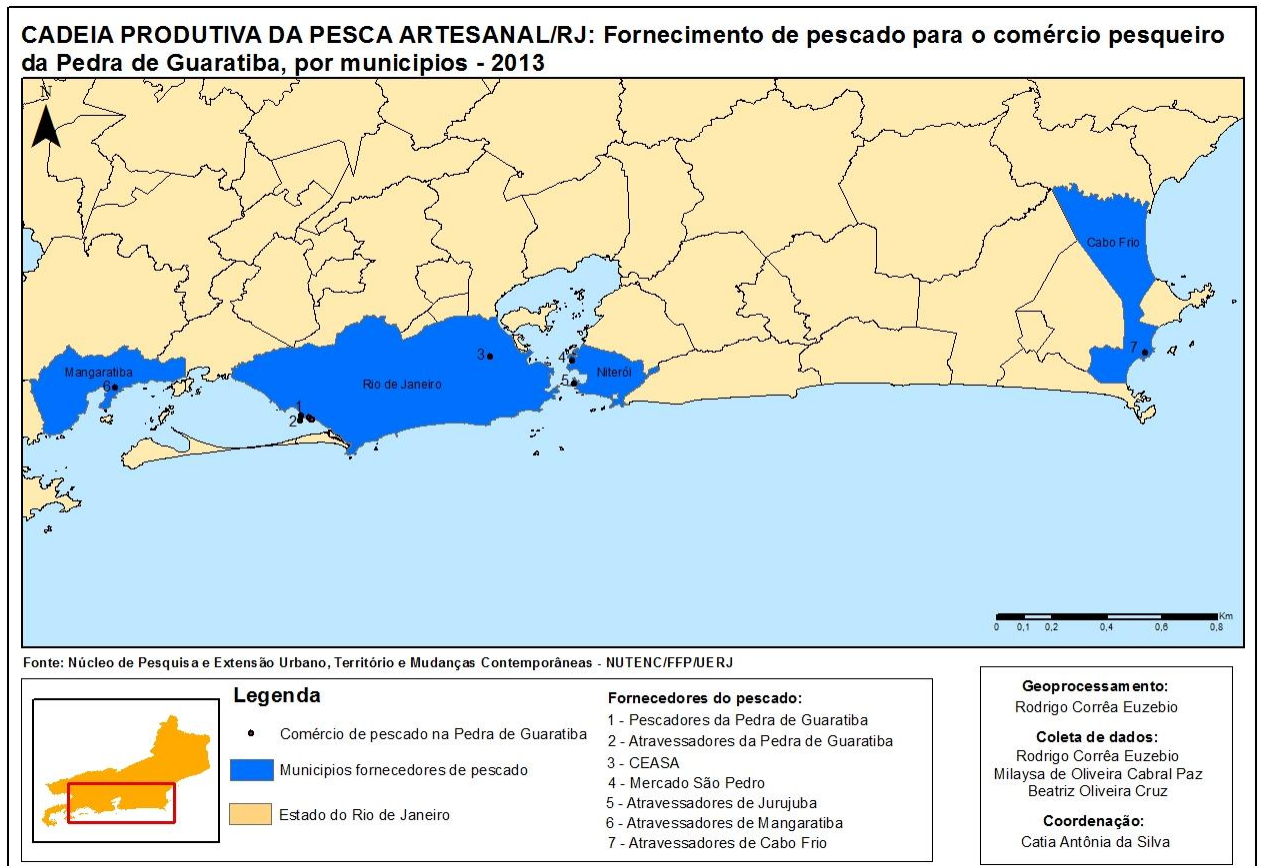
Na Ponta Grossa se situa a Associação dos Pescadores Artesanais da Pedra de Guaratiba (APAPG) ¹¹, cuja sede serve de local de reuniões para os associados discutirem sobre as políticas públicas voltadas ao pescador e as demandas desses trabalhadores referentes a documentações como o Registro Geral de Pesca e a permissão de pesca (abordaremos esse assunto no próximo capítulo do trabalho). Os pescadores da Ponta Grossa, em sua maioria, são associados da APAPG, de modo que o contato com o presidente da mesma, o pescador Isac Alves de Oliveira, foi de grande importância para conseguir proximidade com os pescadores desse lugar.

A praia da Pedra se situa no trecho central da orla do bairro, conforme observado no mapa 1 (acima). Nesse lugar, o movimento dos pescadores ocorre em meio ao movimento de pessoas que circulam ali em busca dos restaurantes especializados em peixes e frutos do mar e das peixarias, cuja principal referência é o Mercado de Peixes Neco Russo.

Acima do espelho d'água, em paralelo à Rua do Mercado Neco Russo até um parque localizado no final da mesma rua, se estende uma ponte de madeira construída pela prefeitura do Rio de Janeiro. Essa ponte é utilizada pelos pescadores para atracar na proximidade do mercado de peixe e das peixarias localizadas, o que facilita o descarregamento do pescado das embarcações para os caminhões-frigoríficos dos atravessadores e para a venda direta às peixarias e consumidores que se concentram no local.

A rua das peixarias e do mercado de peixe se tornou uma referência para a comercialização de pescado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro devido à antiga feira de peixe que acontecia na rua. Ao mesmo tempo, com a redução do Pescado na Baía de Sepetiba. As dezenas de peixarias da Pedra passam a vender pescados que vem de outras regiões fluminenses (Mapa 6).

¹¹ A APAPG foi criada na década de 1990, em função de uma dissidência na colônia de pesca da Pedra de Guaratiba. A criação de associações de pescadores foi uma tendência em diversos lugares do litoral do Rio de Janeiro a partir da década de 1990 devido aos conflitos locais, em que grupos de pescadores começam a questionar a capacidade das colônias em representar as diversas demandas desses trabalhadores. Algo que tem levado à criação das associações de pescadores como alternativa a representação da colônia, como aconteceu em Pedra de Guaratiba e em diversos pontos da Baía de Sepetiba.



Mapa 6 - Cadeia produtiva da pesca artesanal/RJ: fornecimento de pescado para o comércio pesqueiros da Pedra de Guaratiba. Fonte: Banco do Nutemc, 2013.

Até os anos de 1990, os peixeiros vendiam grande variedade de peixes e de crustáceos em barracas montadas na rua, o que tornava a feira um centro de exposição das mais variadas espécies de pescado. Os peixeiros explicam que a feira tinha um caráter cultural, pela curiosidade das pessoas em ver os peixes e os mariscos, ouvir as histórias dos pescadores, negociarem os preços com peixeiros nas bancas, além das músicas e do pastel com caldo de cana ou cerveja.

Em 2008, com as justificativas sanitárias – reduzir os odores produzidos pela comercialização de pescado ao ar livre e garantir maior qualidade de higiene e conservação do produto – a prefeitura do Rio do Janeiro iniciou a construção do Mercado de Peixe da Pedra de Guaratiba Neco Russo. O mercado foi inaugurado em 2009 e passou a substituir a feira de rua, mas sem os mesmos atrativos que, segundo os peixeiros, promoviam a “festa do peixe” em Pedra de Guaratiba. Atualmente os peixeiros pagam uma taxa de condomínio para comercializar o pescado nos boxes construídos no interior do mercado. Além desses, permanecem algumas peixarias (lojas) ao longo da rua, que também possui uma variedade de bares e restaurantes especializados no preparo de peixes e frutos do mar.

Mais adiante da Praia da Pedra, se situa o terceiro lugar de atração de pescadores na Pedra de Guaratiba conforme indicado também no mapa 01. Trata-se da Praia da Capela, que recebe o nome pela proximidade com a Capela de Nossa Senhora do Desterro, local de encontro para as pessoas que moram ou visitam o bairro, devido à existência de um mirante para a Baía de Sepetiba, do pastel de camarão e bebidas geladas vendidos no local e da sombra das amendoeiras.

Na Praia da Capela realizamos entrevistas com pescadores do lugar, dentre eles o senhor Vavá, conhecido pelos pescadores da Pedra de Guaratiba como uma referência de sabedorias da vida na pesca. Também nesse lugar entrevistamos o pescador Ivo, um mestre da arte de “cercadas” e um dos fundadores da APAPG em parceria com o atual presidente. A Praia da Capela é uma faixa de areia bastante estreita e curta, que permanece submersa na maior parte do tempo mesmo na maré baixa, no entanto é um dos principais pontos de saída e chegada de barcos pesqueiros do bairro e se situa próximo às ruas onde residem muitos pescadores desse lugar (diferente do que acontece na Ponta Grossa e na Praia da Pedra, onde a maioria dos pescadores mora mais distante das praias).

Buscou-se compreender como os pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba se apropriam do espaço da Baía de Sepetiba, com o objetivo de analisar a relação entre a espacialidade e os usos da técnica. Partimos da hipótese de que o modo como esses trabalhadores desenvolvem suas “artes de pesca” possui uma relação direta com o modo como eles vivenciam o espaço, num processo dialético com a “produção social do espaço”.

Portanto, nesse capítulo analisaremos a espacialidade dos pescadores na Baía de Sepetiba, relacionando os trajetos dos pescadores para a realização das pescarias e os diferentes tipos de pesca. A metodologia utilizada foi a da “cartografia da ação” (RIBEIRO, 2012; SILVA, 2013), a qual nos oferece um modo de mapear o espaço a partir das ações dos sujeitos, deslocando a análise de um espaço abstrato para a sua apropriação na realização da vida.

2.3. Cartografia das práticas espaciais.

Silva (2013) defende que a cartografia da ação social elaborada por Ana Clara Torres Ribeiro, num diálogo entre sociologia e geografia, oferece potencial metodológico para uma análise do espaço vivido. A autora destaca o papel social ativo da geografia enquanto ciência produtora de interpretação do mundo, podendo servir para legitimar os discursos da dominação, afirmando um espaço reduzido a receptáculo das ações modernizantes, ou fornecendo instrumentos que contribuam com os “homens-lentos” (SANTOS, 1996) em suas práticas espaciais.

O fazer geográfico buscado por Silva (2014) consiste em um fazer ciência dialogando com os sujeitos que a modernidade busca dominar, dentre os quais os pescadores artesanais. Esses são atores do cotidiano, “praticantes do espaço” como explica Certeau (2009), são sujeitos de uma construção de mundo, não um mundo idealizado em abstrações afastadas da realidade sentida, mas o mundo vivido dia após dia. Um cotidiano que também não deve ser idealizado como algo sem as tensões geradas com o processo histórico, portanto, não se trata aqui de um elogio ao cotidiano e ao lugar. Trata-se da construção de uma análise que reconhece os pescadores artesanais a partir de suas narrativas, evitando visões preconceituosas e românticas que dificultam a compreensão dos “sentidos das ações” (RIBEIRO, 2012).

A noção de “praticantes do espaço” trabalhado por Certeau (2009) e compartilhada por Ana Clara Torres Ribeiro em suas proposições para a realização de uma cartografia da ação, é interessante, pois oferecem possibilidades de abordar os pescadores artesanais como sujeitos ativos no lugar. O autor argumenta que aqueles que vivem a cidade no cotidiano, os “praticantes ordinários da cidade”, descobrem meios de reescrever o espaço - de reelaborar as possibilidades de caminhar na cidade (CERTEAU, 2009).

Essa maneira de viver a cidade, reescrevendo-a a cada trajeto, é verdadeiro nas práticas dos pescadores artesanais, como podemos observar na organização que esses sujeitos elaboram da Baía de Sepetiba. Esses trabalhadores nomeiam as enseadas, fozes de rios, trechos das restingas e dos manguezais, as lajes submarinas, as rochas emersas no meio do mar, os ventos e a orientação das marés vazantes e enchentes. O espaço ganha sentidos próprios aos sujeitos da pesca artesanal, se tornando componente imprescindível do ser e estar no mundo desses trabalhadores.

Nos relatos obtidos dos pescadores por meio de entrevistas e conversas, mais a segunda do que a primeira, podemos captar um conjunto rico de expressões para qualificar o espaço e o seu movimento. As expressões “mar à fora”, indica a saída para as pescarias, e “mar à dentro”, indica o retorno do mar para casa, assim como “cá em cima” é uma referência a parte mais sedimentada da Baía, enquanto que “lá em baixo” expressa as áreas da baía com maior profundidade.

Por meio da linguagem os pescadores criam códigos ilegíveis para alguém estranho ao lugar, mas familiares aos sujeitos que compartilham as práticas desse lugar no cotidiano. Certeau (2009) esclarece que essa prática lingüística é própria da arte de reelaborar o espaço - de organizá-lo conforme as práticas dos caminhantes - a partir da qual vão se estabelecendo os “lugares-conjuntivos”. Desse modo, observamos que as referências espaciais utilizadas pelos pescadores - “cá em cima”, “lá embaixo”, “mar à dentro”, “mar à fora” - resultam de conexões internas dessas pessoas com os lugares.

Os pescadores estabelecem com o mar, os rios e os canais, a barra da restinga, o movimento da maré, a circulação dos ventos, uma relação de pertencimento, em que o conteúdo do espaço é apropriado num movimento repleto de solidariedades e de contradições. As solidariedades se manifestam no processo comunicativo em que os pescadores trocam conhecimentos sobre as artes de pesca, os pontos com maior disponibilidade de peixes e os riscos com os ventos e a poluição. As contradições se resultam da pluralidade de percepções sobre as formas de exploração dos recursos naturais existentes entre os pescadores e os desgastes gerados nos acordos tácitos das relações cotidianas de trabalho e de convivência.

Nessa abordagem, o conceito de espaço que nos orienta é o da sua existência como “obra” (Lefebvre, 2001), produzido por muitas ações diferentes, por muitos sentidos das ações. A busca por compreender os sentidos das ações, justifica Silva (2013), desloca a análise de um olhar em que o pescador é passivo às transformações do espaço e das técnicas para uma leitura que compreende esses trabalhadores como sujeitos portadores de um sentido próprio do fazer e ler a natureza e de tecer as relações sociais (SILVA, 2013).

Dessa escolha analítica é tributária uma investigação da ação social praticada no cotidiano, “no aqui e agora” conforme nos ensina Ribeiro (2012), como uma potência de libertação frente aos diversos instrumentos de dominação da modernidade, dentre os quais se situa a técnica. Cartografar a ação no espaço vivido é uma metodologia em busca das elaborações criativas de meios para superar as necessidades que, contraditoriamente o sistema técnico produz – daquilo que Santos identifica como relações inteligentes dos homens-lentos com o prático inerte local.

Os sujeitos que estudamos em nossa pesquisa realizam a pesca artesanal em um contexto social em que a natureza é algo cada vez mais artificializada, em que o trabalho para conseguir um “peixe bom” se insere na totalização do espaço – quer dizer, no espaço se realizando enquanto movimento (SANTOS). Nesse movimento de totalização se inserem os usos dos barcos, redes e petrechos de pesca artesanal, objetos cada vez mais relacionados com a produção industrial e a distribuição e venda de insumos da atividade pesqueira na metrópole. Objetos que os pescadores artesanais fazem uso numa mediação com a natureza da qual já não participam somente esses trabalhadores, mas também: a demanda por consumo de peixes da metrópole, as empresas governamentais e privadas que exploram os recursos hídricos da Baía de Sepetiba e as normatizações sobre a exploração dos recursos pesqueiros na costa brasileira.

A Pedra de Guaratiba é um bairro da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, situado numa parte da Baía de Sepetiba conhecida como “fundo de baía”, também denominado de “setor leste” (MUEHE, 1996). Muehe (1996) explica que o interior da Baía de Sepetiba é protegido das ondas do Oceano Atlântico por um cordão litorâneo (restinga da Marambaia) que se estende no sentido

leste-oeste, da barra de Guaratiba até a ilha da Marambaia. O principal contato da Baía com o oceano se dá pelo “setor oeste”, a partir de dois canais situados entre as ilhas de Itacuruçá, Jaguanum e da Marambaia (MUEHE, 1996).

Essa caracterização geomorfológica da Baía de Sepetiba, que Muehe (1996) nos fornece, nos ajuda a compreender o fato de os pescadores chamarem a parte da Baía onde se localiza a Pedra de Guaratiba de “fundo”. Por outro lado, eles denominam a parte onde se situam as Ilhas da Marambaia, Itacuruçá e de Jaguanum de “entrada”. Essas referências espaciais sobre a Baía de Sepetiba se relacionam ao sentido de movimento da maré na Baía: maré enchente, com as correntes avançando da “entrada” para o “fundo”; maré vazante, com as correntes recuando do “fundo” para a “entrada”. Essas terminologias serão constantes ao longo de todo o trabalho, pois são com essas referências que os pescadores artesanais explicam sua circulação e seus usos das artes de pesca na Baía. Na figura 1 abaixo apresentamos uma esquematização dos trajetos realizados pelos pescadores de Pedra de Guaratiba.

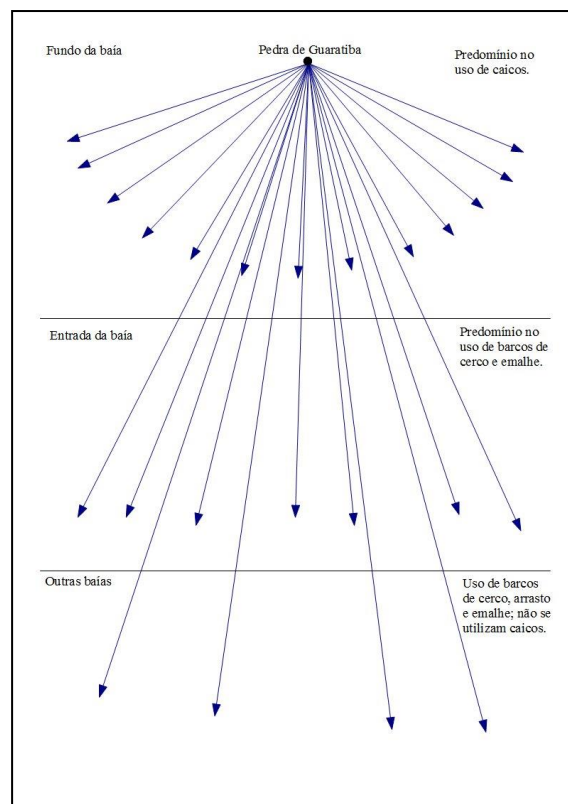


Figura 2- ESQUEMATIZAÇÃO DOS TRAJETOS MARINHOS DOS PESCADORES ARTESANAIS
Fonte: elaborado pelo autor.

Para mapear os trajetos em direção ao mar, foram realizados trabalhos de campo com observação dos embarques e desembarques em horários diferentes, conforme a estação do ano e as safras do camarão e da tainha, principais espécies extraídas pelo grupo analisado. As observações

nos pontos de embarque e desembarque foram importantes para a análise das variações na frequência desse movimento, da dinâmica do mercado atacadista e varejista de pescado em função dessa movimentação e a preparação dos recursos técnicos – barcos, redes, petrechos – para a realização das pescarias.

Foram realizadas também observações embarcadas, acompanhando alguns pescadores em trajetos de curta e média distância até os pesqueiros situados na chamada zona interna da baía. Esses trajetos, geralmente, duram de quatro a doze horas, dependendo da distância dos pesqueiros, da abundância ou escassez do pescado, dos recursos técnicos que o pescador dispõe para se manter no mar e das condições dos ventos e da maré. De modo que vivenciamos experiências das mais variadas na observação das pescarias, incluindo situações de ter que se abrigar na restinga da Marambaia devido à entrada de ventos fortes, de circular por longas distâncias para encontrar os cardumes e de não conseguir atracar na praia ao retornar, tendo que se abrigar do frio da madrugada em embarcações ancoradas na frente da praia.

Os trajetos para os pesqueiros mais distantes da Pedra de Guaratiba, situados na entrada da Baía de Sepetiba e em outras Baías (de Ilha Grande e da Guanabara), foram analisados a partir das entrevistas. Esse levantamento foi lento, cujo procedimento de entrevista se caracterizou por abordagens realizadas em dias diferentes, de modo que os mesmos pescadores foram entrevistados diversas vezes ao longo da pesquisa.

A partir das entrevistas descobrimos que não apenas os trajetos no mar constituem práticas espaciais que implicam nos usos da técnica desse grupo social, mas também os caminhos pela cidade são experiências de apropriação material e de trabalho cognitivo que movimentam as práticas pesqueiras. Os tipos de materiais para equipar revestir e equipar os barcos, as peças, os motores, panos de rede, enfim, todo um conjunto de objetos são adquiridos nos mercados, nas trocas de favores e no reaproveitamento de sucatas existentes no espaço metropolitano. Desses trajetos pela cidade, um conjunto de saberes – de carpinteiros, mecânicos, metalúrgicos, dentre outros – são ligados solidariamente ao trabalho dos pescadores artesanais.

2.4. Trajetos no mar

Os trajetos no mar a partir dos pontos de embarque na Pedra de Guaratiba têm como principal finalidade a prática da pesca, ou seja, são movimentos de saídas de barco em busca dos

locais de extração de pescado - os pesqueiros. Mas antes de conhecer esse movimento dos pescadores "mar a fora", cumpre apontar que é preciso estar atento à localização dos pontos de saída das embarcações dos pescadores analisados nessa pesquisa. Essa localização não é qualquer coisa, não é algo que mereça passar despercebido por quem tem interesse em compreender a espacialidade desses trabalhadores, pois a partir do local de onde parte para o mar, toda uma dinâmica espaço-temporal, que envolve percepção, corporeidade e técnica é mobilizada.

No mapa, é possível observar que a Pedra de Guaratiba se situa numa área denominada de "fundo de Baía", ou seja, onde a dinâmica marinha se caracteriza pelo predomínio de deposição de sedimentos. Na Baía de Sepetiba, as fontes de sedimentos são diversas: do Oceano Atlântico, trazidas pelas correntes de maré; dos rios que deságuam na baía, drenando os resíduos sólidos e líquidos de parte das cidades da região metropolitana e das indústrias; e da atividade de dragagem do canal de navegação para os navios, que realizam a etapa de despejo dos sedimentos (conhecida como "bota fora") próximo a entrada da baía e pelos possíveis vazamentos no transporte dos sedimentos dragados, conforme denunciam os pescadores. A questão é que as praias de Pedra de Guaratiba, Guaratiba e Sepetiba se encontram em processo acentuado de assoreamento, fato que impacta na dinâmica de saída e atracação das embarcações pesqueiras dessa parte da baía.

As praias dessa região acabam recebendo esses sedimentos porque a Baía de Sepetiba tem o seu principal contato com o Oceano Atlântico na extremidade oeste, a partir de um canal entre a Ilha da Marambaia e a Ilha de Jaguanum e outro canal entre a Ilha de Jaguanum e a Ilha de Itacuruçá. O outro contato da Baía com o Oceano Atlântico é pela extremidade leste da restinga da Marambaia, por meio de um canal na Barra de Guaratiba, porém a estreita largura do canal e a presença de ilhas em seu curso fazem com que a energia do mar seja bem atenuada. Desse modo, as correntes de maré adentram a Baía no sentido oeste-leste, caracterizando essa área da baía (onde se situa a Pedra de Guaratiba) como receptora de sedimentos.

A convivência com o processo de assoreamento faz com que os pescadores de Pedra de Guaratiba tenham um rigoroso controle nos momentos de saída e de retorno da pescaria, de modo que os períodos de cheia e vazante da maré ao longo do dia são fatores muito considerados para a definição desse movimento, contribuindo para a construção de um ritmo. Observaremos mais adiante que existem ainda outros fatores que contribuem para a construção do ritmo cotidiano da atividade pesqueira, como o ciclo de vida do pescado, as condições atmosféricas, as sociabilidades de uso dos objetos e de compartilhamento dos saberes? e os eventos que irrompem no cotidiano como vazamentos de óleo da petroquímica e ações de repressão da pesca por órgãos ambientais, por exemplo.

A localização dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba na Baía de Sepetiba é um dado importante também para o leitor compreender a relação que se dá entre o tempo da jornada de trabalho na pescaria e a distância percorrida nos trajetos até os pesqueiros. Dependendo da espécie alvo, da época do ano e das condições ambientais presentes na Baía, alguns pesqueiros são mais produtivos que outros, alterando a relação de distância entre o local de embarque dos pescadores e o local onde de fato se realizará a extração do pescado. Esse fator é tão importante que impacta no tempo de trabalho, no esforço físico, o dispêndio com combustível e mantimentos para jornadas longas, que podem ser até de dias no mar, o tipo de embarcação que deverá ser utilizada, o tipo de rede, e a percepção do pescador se é válido ou não mobilizar tal pescaria.

Essa relação entre os pescadores artesanais e os pesqueiros guarda algumas diferenças em relação ao que acontece em outros lugares da costa brasileira e das águas continentais, onde os pescadores possuem pesqueiros fixos. Silva (2004), por exemplo, ao caracterizar a pesca da tainha na Ilha do Cardoso – situada no litoral sul de São Paulo – descreve um acordo entre os pescadores, a partir do qual se estabelece uma organização do espaço:

Na praia da Vila do Marujá há três equipes de pesca que se alternam pescando nas três tensões ou partes em que se divide a costa. As tensões são localmente chamadas de: Canto, Meio e Beirada (ou Rabada). O Canto é a razão dessa divisão, é a tensão mais cobiçada, é onde se "mata" mais tainha. O Canto é a parte da praia onde se localiza o costão rochoso considerado o local mais propício para a pesca nessa parte da costa, e é por causa dele que se faz o rodízio (SILVA, 2004. p. 125).

A autora explica que essa divisão do espaço para a pesca da tainha é, ao mesmo tempo, uma referência aos pescadores mais velhos com marcações da costa (com nomeações dos lugares, por exemplo: Porto do Pedrinho) e uma forma de partilha realizada a quatro gerações com a finalidade de solucionar os conflitos pelas áreas mais piscosas (SILVA, 2004. p. 126).

No entanto, entre os pescadores da Pedra de Guaratiba não se verificou esse controle quanto aos pesqueiros, exceto no caso das cercadas, em que apenas os pescadores que compartilham a exploração da armadilha construída podem realizar a extração do pescado, nesse caso os donos das cercadas. O que acontece são casos em que o pescador procura manter sigilo quando descobre o pesqueiro que está mais produtivo, procurando evitar que outros pescadores explorem aquela área. Ainda assim, durante a pesquisa, observou-se que o mais comum é que os pescadores que descubrem o pesqueiro momentaneamente piscoso compartilham a descoberta com seus parceiros de pesca. Nesse processo comunicativo, o conhecimento sobre a localização dos cardumes acaba se espalhando nas praias de Pedra de Guaratiba.

Os trajetos entre as praias de Pedra de Guaratiba e os pesqueiros envolvem um movimento que repercutem nos usos da técnica pelos pescadores. Para analisar esse processo, distinguimos os trajetos em três escalas: pescarias no fundo da Baía de Sepetiba; pescarias na entrada da Baía e nas

áreas oceânicas; e, pescarias em outras Baías, principalmente a Baía de Ilha Grande, com alguns casos mais esporádicos para a Baía de Guanabara.

2.4.1 Trajetos no fundo da Baía de Sepetiba

A primeira escala, referente ao deslocamento dos pescadores entre os atracadouros e os pesqueiros mais próximos à Pedra de Guaratiba e, portanto, mais peculiar ao cotidiano dessas pessoas, diz respeito às pescarias realizadas no "fundo da baía". A frequência dos trajetos nessa parte da baía - "cá em cima" - é diária e os pesqueiros ali localizados são as principais fontes de alimentação e renda para esses trabalhadores. São também espaços com grande significado para a memória e sabedorias construídas na vida pesqueira, como foi possível observar nas entrevistas com o seu Vavá, Ivo e Isac.

Seu Vavá é famoso entre os pescadores da Pedra de Guaratiba pela habilidade que desenvolveu de capturar grandes robalos (*centropomusundecimalis*) utilizando caniço, linha de algodão, anzol e isca. Essa pescaria ele realizava entre as décadas de 1950 e 1970, quando, segundo o seu Vavá, era possível realizar a pesca na beira das praias de Ponta Grossa e da Capela e o "Piracão" era um rio que gerava fartura para a mesa dos pescadores do lugar. Seu Vavá nos conta que remava em sua canoa até a "boca do Piracão", amarrava sua canoa num galho de árvore e ficava ali esperando fisgar os robalos. Com orgulho ele nos relatou que naquela época conseguiu fisgar um grande mero (*epinephelusitajara*), peixe que hoje se encontra ameaçado de extinção e cuja pesca é proibida, mas que há trinta ou quarenta anos atrás fazia a alegria dos pescadores quando caía na rede ou era fisgado. Explicou que nesse dia, deixou o grande peixe preso a um anzol amarrado no galho de árvore e remou até a praia da Capela para chamar os parceiros para ajudarem a puxar o grande peixe do rio Piraquê até a Pedra de Guaratiba.

Isac nos explica a importância das pescarias nessa parte da Baía para a formação dos pescadores enquanto sujeitos dotados de sabedorias e habilidades para manejar os recursos marinhos e os petrechos de pesca. As praias e rios locais, os manguezais na praia das Brisas (em direção à Sepetiba) e na APA de Guaratiba são lugares em que as crianças e mulheres aprendem sobre as espécies da fauna e desenvolvem a destreza para usar os barcos, redes, linhas, anzóis, tarrafas, dentre outros petrechos. Num processo educativo entre mães e filhos/filhas, esses lugares são apropriados para a formação dos jovens pescadores:

As crianças maiores, enquanto esperavam chegar o tempo de acompanhar seus pais nas pescarias, utilizavam também a pesca de jererê, tarrafa de praia, puçá e rapina ou puçá com isca. A pesca de jererê era praticada tanto pelas mulheres, quanto pelos jovens e consistia em pequeno puçá com cabo, com o seu pano bem esticado para que o siri não embolasse muito no material. O pescador tinha que ser muito rápido e, ao avistar o siri nas águas claras da restinga, pegava-o e depositava-o no isopor que ficava amarrado à cintura do jovem pescador. Esta pescaria também era praticada com auxílio de pequena embarcação impulsionada a remo e, neste caso, os siris eram jogados ao fundo da mesma, o que muitas vezes ocasionava momentos de muita distração e gargalhadas a todos que lá se encontravam, pois o desafortunado siri se “vingava” do pescador beliscando, inesperadamente, os pés do mesmo (Narrativa do pescador Isac Alves).

O pescador Ivo, mestre de cercadas da Pedra de Guaratiba, explica como ele e outros antigos mestres de cercada desenvolveram essa técnica a partir da observação do movimento das tainhas nadando contra as correntes de maré. Para construir as cercadas, ele escolhe uma determinada área próxima à restinga e com profundidades de no máximo sete ou oito metros. Nessa área, ele e seus parceiros fincam os caules de mangue no fundo do mar, na expectativa de que ali se forme um pesqueiro a partir do surgimento de algas marinhas. O mestre da cercada visita o local freqüentemente durante cerca de seis meses para averiguar se o trabalho foi bem sucedido e cercar o pesqueiro com bambus amarrados em formato labiríntico, de modo que os peixes que entrarem na armadilha, atraídos pelas algas, não consigam mais sair.

Nessa escala geográfica, o ritmo dos trajetos no mar é constante, com os pescadores verificando os pesqueiros diariamente para encontrar os peixes. Nesse movimento contínuo, os pescadores aprendem os locais mais adequados para utilizar cada arte de pesca – a tarrafa, o cerco e a caceia. Cada uma dessas artes contém uma técnica de capturar os pescados, cuja eficácia para a realização da pescaria depende da espécie alvo e do pesqueiro a ser explorado.

As áreas de pesqueiros dessa parte da baía são denominados pelos pescadores como: Ponta do Ipiranga, Piaí, Boca do Piraquê, Boca do Piracão, Ponta da areia, Ponta dos Mangues, dentre outros¹².

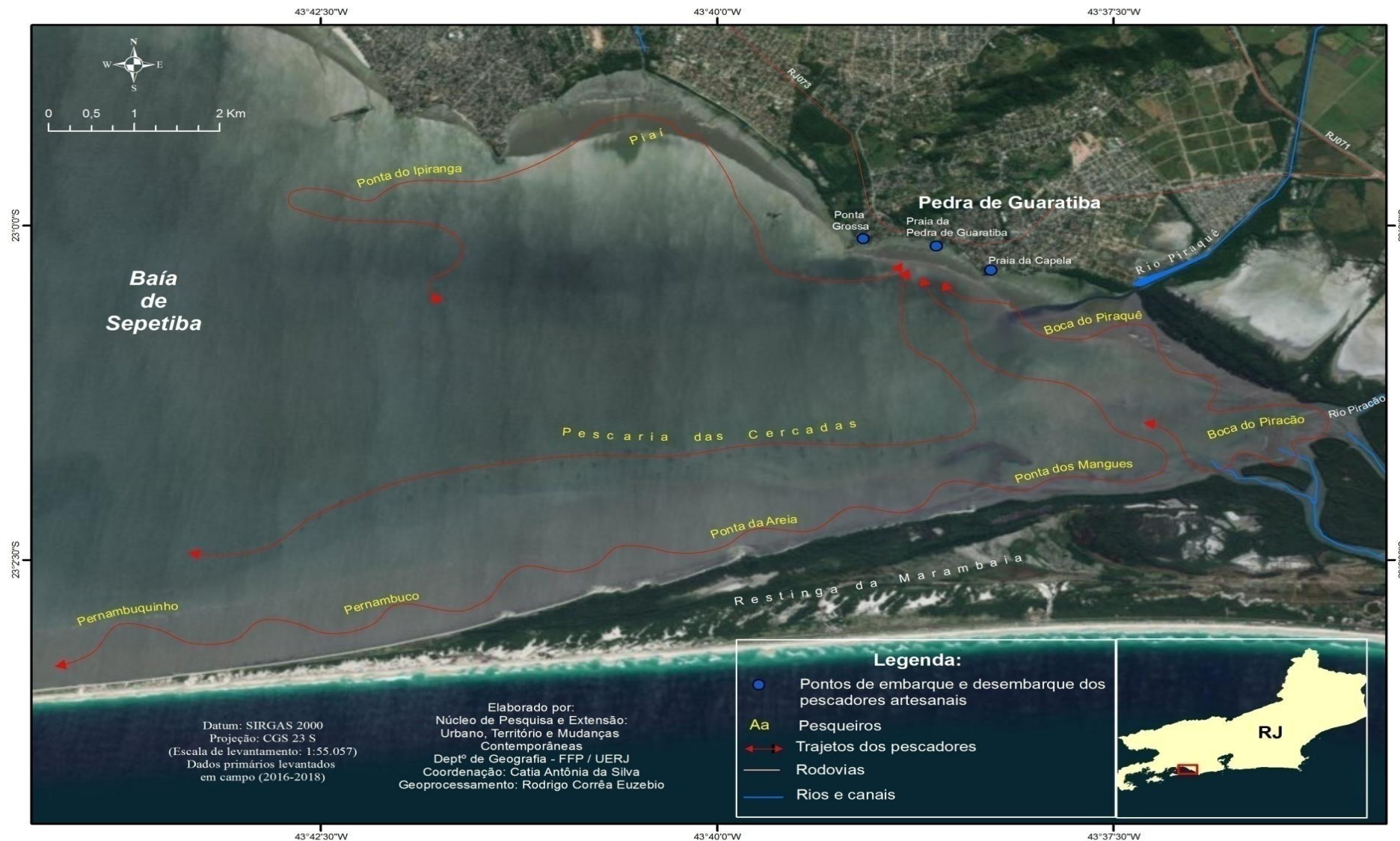
Além das áreas de pesca, as cercadas são armadilhas criadas pelos pescadores para capturar as tainhas, de modo que são pesqueiros históricos, cujo processo de criação envolve conhecimentos sobre a circulação dos peixes o movimento da maré e sobre a manipulação de troncos, bambus e cordas para produzir os nutrientes para os peixes (algas marinhas) e o labirinto de onde os animais não conseguem escapar.

Os demais pesqueiros são definidos conforme a concentração de cardumes em locais que fornecem abrigo e nutrientes para a alimentação, reprodução e maturação de cada espécie. Dentre os

¹² Pelo motivo de considerar os pesqueiros como frutos de saberes tradicionais dos pescadores, na sua construção ancestrais são considerados locais onde encontram os melhores cardumes em determinados períodos do ano. Buscando manter o respeito aos segredos da pesca e ao conhecimento tradicional, optamos por não revelar em mapas e narrativas detalhadas os trajetos aos pesqueiros, assim como afirmar os pesqueiros mais promissores. A revelação científica, pode significar insurgência e libertação, mas pode significar também vulnerabilidades aos processos de dominação econômico e político.

pesqueiros explorados pelos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba foi observado que se trata de embocaduras dos rios Piraquê, Piracão e do Porto, áreas próximos ao manguezal de Guaratiba da restinga da Marambaia e das cercadas (conforme pode ser visto no mapa 7).

Para essas pescarias, os pescadores costumam sair da Pedra de Guaratiba no fim da tarde e retornar na madrugada do dia seguinte. Eles passam a noite no mar esperando os momentos certos de lançar e retirar as redes. Observamos que durante essa jornada de trabalho os pescadores buscam locais para ancorar o barco, que pode ser próximo à algumas rochas emersas ou, preferencialmente, nas cercadas, onde é possível amarrar os caícos e passar os intervalos entre lançar e recolher as redes com relativa segurança. Quando o mar "engrossa", ou seja, quando ocorre uma mudança no comportamento dos ventos deixando o mar mais agitado, os pescadores costumam procurar abrigo na praia da Marambaia (na orla voltada para dentro da Baía), onde é possível passar as horas até que as condições de travessia da Baía se tornem seguras para continuar a atividade de pesca ou retornar à praia.



Mapa 7 - TRAJETOS NO FUNDO DA BAÍA DE SEPETIBA

fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados levantados no NUTEMC/FFP/UERJ.

Nessa escala, as embarcações mais utilizadas são os caícos - um tipo de embarcação sem cabine, medindo entre seis e oito metros de extensão e até dois metros de largura (ver figuras 2 e 3). Os caícos que verificamos durante a pesquisa são todos motorizados, com potência de propulsão entre um e cinco cavalos de potência, dependendo dos recursos financeiros que os pescadores possuem.

Esse tipo de embarcação é menos dispendiosa, se comparada com outros tipos de embarcações utilizadas no lugar. Em geral os pescadores encomendam a construção do seu caíco com alguns barqueiros que vivem na Pedra de Guaratiba, pois conseguem fazer o barco do jeito que gostam em termos de aparência, capacidade de carga e de navegabilidade.

Verificamos também que muitos pescadores não possuem barco, nem mesmo os caícos, algo que resulta em uma organização social do trabalho bastante complexa. Há casos em que o pescador não possui barco próprio e trabalha em parceria com outros que são proprietários. “Nesses casos, o pescador “dono do barco” costuma ser o mestre de pesca”, ou seja, é ele quem comanda as pescarias e detém maiores conhecimentos sobre a pesca devido à sua experiência. Cabe destacar que a qualidade de "mestre da embarcação" ou "mestre da pesca" não está vinculada somente à propriedade da embarcação, mas também a uma relação hierárquica de conhecimentos entre os pescadores.

Outra situação observada na pesquisa é quando nenhum dos parceiros possui embarcação. Nesse caso, os pescadores fazem um arrendamento do barco e do motor e, em alguns casos, também da rede de pesca. No arrendamento, a divisão dos valores adquiridos com a pescaria passa a incluir uma parte para pagar o "dono do barco".



Figura 3 - CAICOS DE PEDRA DE GUARATIBA

Fonte: Banco de dados do NUTEMC/FFP/UERJ.

Nota: os pescadores mantêm os caicos atracados na praia quando não estão na pescaria, amarrando-os no caladão ou nas pedras, conforme se ver na imagem 1; na imagem 2, é possível observar o caíco equipado de motor de popa (motor instalado na parte trazeira do barco); na imagem 3 consta um caíco posicionado ao lado de um dos poucos rancos de pesca remanescentes na Pedra de Guaratiba, mantido ali para fazer reparos; na imagem 4, o caíco havia chegado da pescaria, sendo possível observá-lo equipado com os petrechos de pesca.

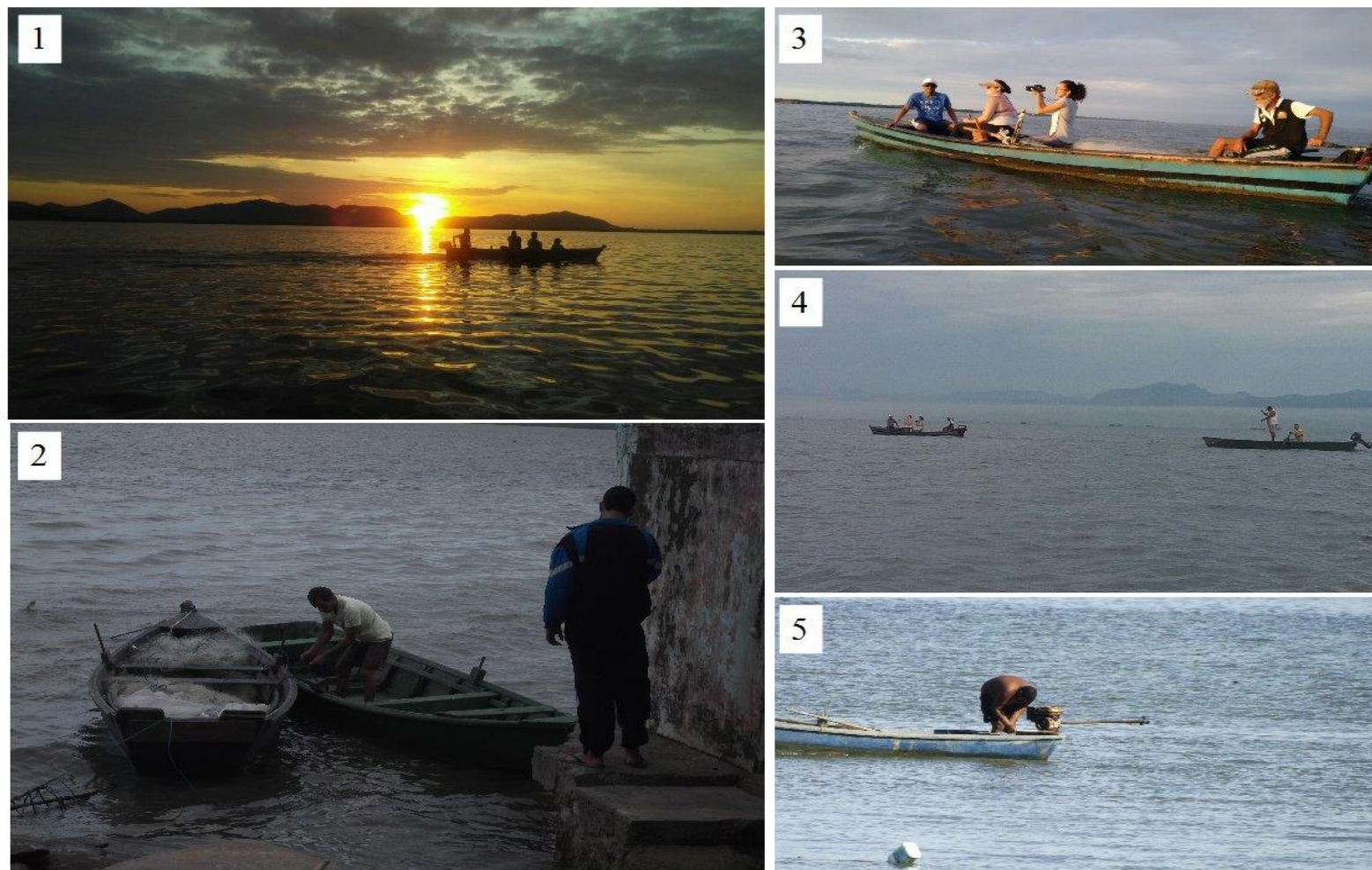


Figura 4 - PESCA DE CAICO NO FUNDO DA BAÍA

Fonte: Banco de dados do NUTEMC/FFP/UERJ

.Nota: na imagem 1 é possível observar um caíco com três pescadores (a quarta pessoa é um membro da nossa equipe de pesquisa); na imagem 2, o pescador está preparando o caíco para a saída ao mar (nesse momento é instalado o motor, que nos casos dos caícos de Pedra de Guaratiba são sempre de popa, e são posicionados no barco os petrechos de pesca); na imagem 3 aparece parte da nossa equipe de pesquisa acompanhando a pescaria no mar; na imagem 4, é possível observar um barco com dois pescadores (à direita da imagem) na pescaria do camarão; na imagem 5, o pescador está preparando o motor para seguir viagem (é um “motor de rabeta”, em que a hélice se situa na extremidade de uma haste de madeira, difere dos motores vistos nas outras imagens por ser menos potente e ter uma operacionalidade mais trabalhosa).

Outro tipo de embarcação utilizada na Pedra de Guaratiba são os barcos equipados de casario (que compreende a cabine de comando da embarcação, podendo ou não possuir dormitório anexo), uma casa de máquina e porão para carregar o pescado. Os pescadores entrevistados denominam esse tipo de embarcação por "barco de rede" ou "barco de motor". A denominação "barco de rede" é uma referência ao tipo de rede e, conseqüentemente, de pesca praticada com a embarcação. Conforme veremos no próximo capítulo, no ordenamento da atividade pesqueira essas embarcações são classificadas conforme a modalidade de pesca com a qual operam: linha, cerco, arrasto e espera ¹³. Já a denominação "barco de motor" é uma referência ao fato de que no passado as embarcações utilizadas na Pedra de Guaratiba eram a canoa de remo e os "barcos de motor", porém as canoas de remo foram substituídas aos poucos pelos caícos - que a princípio eram utilizados com remos, mas depois também passaram a ser motorizados.

2.4.2. Trajetos para a entrada da Baía de Sepetiba

Os pesqueiros situados na entrada da Baía, próximos a orla dos municípios de Itaguaí e Mangaratiba ou próximos às Ilhas de Jaguanum, Itacuruçá e Marambaia demanda dos pescadores da Pedra de Guaratiba o que estamos chamando aqui de trajetos longos dentro da Baía de Sepetiba. Esses trajetos se diferenciam muito dos dois primeiros quanto ao tempo de deslocamento da Pedra de Guaratiba até os pesqueiros, geralmente entre duas e quatro horas, dependendo do tipo de embarcação e de motor que o pescador usa. Pelo deslocamento e pelos recursos utilizados para essas pescarias mais distantes, a jornada de trabalho também costuma ser mais longas, podendo demorar vários dias.

Essas pescarias, apesar de serem realizadas dentro da baía ou na orla oceânica da restinga e da Ilha da Marambaia, configuram uma escala de espacialização diferente das pescarias realizadas no fundo da baía. Nessa escala geográfica, distância, divisão social do trabalho e dos recursos pesqueiros formam um conjunto de relações dos pescadores com o espaço, de modo que as embarcações mais utilizadas são os barcos de cabine (ver figuras 5 e 6).

¹³ Instrução Normativa Interministerial Ministério da Pesca e Aquicultura / Ministério do Meio Ambiente Nº 10/2011.



Figura 5 - Embarcações utilizadas em pescarias mais distantes



Figura 6- Detalhe dos barcos de cabine

Fonte: Banco de dados do NUTEMC/UERJ.

Nota: na imagem 1 é possível observar a cabine da embarcação, um casario de madeira onde os pescadores pilotam a embarcação e descansam durante a noite; na imagem 2, aparece uma embarcação equipada com as caixas de isopor, nas quais os pescadores armazenam o gelo e os peixes durante o tempo em que estão no mar; na imagem 3, aparece outra embarcação pronta para sair para a pescaria, mas em vez das caixas de isopor os pescadores improvisaram um freezer doméstico para armazenarem o gelo.

Nessas relações dos pescadores com o espaço o cruzamento entre ações e objetos adquire certas peculiaridades. Ao uso da técnica se incorporam relações de trabalho – organização do trabalho e apropriação da natureza.

O aumento no custo do transporte até os pesqueiros mais distantes é um dos fatores que constituem uma condição de trabalho, na qual aumenta a necessidade de os pescadores conseguirem uma produção que compense os custos da pescaria. Algo que obriga os pescadores a permanecerem ainda mais tempo no mar, circulando por entre os pesqueiros, aumentando a quantidade de repetições dos lances de rede, gastando o combustível e os mantimentos do barco e desgastando os materiais de pesca, e consequentemente aumentando os custos do trabalho. Um processo contém os investimentos nos meios de trabalho, mais o esforço de pesca, que não é só as potências técnicas dos barcos e das redes, mas especialmente qualidade do trabalho humano, e o acúmulo de novos custos.

O pescador Vagner Amorim explica que “não compensa sair tão longe para pegar pouco peixe. Então ficamos três, quatro ou cinco dias no mar, às vezes até mais. Enquanto tiver diesel!”. Ele argumenta que para pescar nesses pesqueiros afastados acumula muitos custos com o combustível, mas também com os mantimentos para permanecer tantos dias longe de casa (café, pão, biscoitos, macarrão, gás para cozinhar os alimentos no barco) e com a manutenção do barco e da rede após a pescaria.

O tempo da pescaria se constitui por uma tensão entre o tempo da natureza e a temporalidade das pessoas envolvidas com a pesca artesanal – daquelas que vão ao mar atrás dos peixes e daquelas que ficam à espera dos pescadores, dos barcos e dos peixes em terra. O pescador Sandro conta que “para pegar o peixe tu tem que ficar atento no serão. Se perder o serão, tu perde o peixe”. O “serão” à que se referem os pescadores é a hora do sol nascente e hora do sol poente, momento em que os cardumes começam a circular no mar. Geralmente essa circulação dos cardumes ocorre nas mudanças de sentido da maré durante o dia (movimento de enchente e de vazante da maré) e na “barra do dia” (hora do sol nascente e hora do sol poente) – “cada espécie tem um jeito diferente”, complementa o pescador Sandro. De modo que existem os momentos certos, durante o dia e a noite, para realizar os lances de rede (soltar a rede no mar e depois recolhê-las), conforme a movimentação dos cardumes e da maré e às condições atmosféricas.

Caso o momento da captura do pescado não seja proveitosa, por erros na operação da pescaria ou pelo fato de o pesqueiro explorado não estar com peixe, o dia da pescaria pode ser perdido e o pescador terá de fazer novos esforços no próximo dia. No outro dia, é provável

que o cardume se desloque para outros pesqueiros, então, ao tempo do lance de rede se soma o tempo de procurar o peixe no mar. É um movimento de idas e vindas, com a tentativa em um pesqueiro aqui, mais tarde tenta em outro, no outro dia volta ao primeiro. Assim, os dias vão se passando, entre alegrias e tristezas; entre calmarias, com o mar “parecendo um tapete” e “os peixes dando na flor d’água”, e tormentas, quando o “mar encrespa”.

Voltar para casa com “pouco peixe” ou sem “matar nada” representa para os pescadores a tristeza pela frustração de um trabalho mau sucedido e, em alguns casos, vergonha diante dos parceiros de praia e de alguns pesquisadores que os recebem no cais. Por outro lado, voltar com o “barco carregado” representa alegria para compartilhar abraços e bebidas com esposas, filhos e parceiros, além do orgulho de posar com o peixe para a foto e sugerir: “mostra isso lá na faculdade”.

Mas a volta para casa é o momento também de pagar as contas – da rede, do diesel, da madeira do barco, do açougue, da padaria e do sacolão. Ao tempo do peixe e do barco no mar, se soma o tempo dos compromissos na praia, na casa e na praça.

O gasto de combustível para realizar esses trajetos é mais alto, um fator que altera consideravelmente a organização do trabalho. Como já mencionado, os pescadores que realizam esse trajeto podem permanecer mais tempo nas áreas onde se situam os pesqueiros, de modo que consigam uma produção rentável para compensar os gastos com a pescaria. O custo da pescaria passa a envolver o alto consumo de combustível para realizar o trajeto; o aumento no desgaste das redes, dos petrechos e das embarcações para a realização da pescaria; e o gasto com alimentação e equipamentos para os pescadores se manterem no mar durante a jornada de trabalho. De modo que, os pescadores só retornam para casa quando conseguem uma quantidade de pescado para recuperar o dinheiro que gastaram e suprir o sustento familiar.

3.4.3. Trajetos para outras baías

A terceira escala de circulação da pesca artesanal de Pedra de Guaratiba compreende os trajetos para realizar as pescarias em outras baías, especialmente no litoral fluminense. Nas entrevistas verificamos que esses pescadores realizam a pesca na Baía de Ilha Grande e na Baía de Guanabara (que destacaremos no mapa 04, abaixo) quando percebem a redução do

pescado na Baía de Sepetiba¹⁴. Esses trajetos estão diretamente associados com a busca por maiores quantidades de pescado, de modo que somente a pesca na Baía de Sepetiba não compensa os investimentos em embarcação, rede e equipamentos.

Nessa escala não são utilizados caícos, devido a impossibilidade de navegar com essas embarcações no mar aberto. Os caícos são barcos muito leves e que podem naufragar facilmente diante dos ventos mais fortes nas águas distantes da Baía de Sepetiba. Além disso, esses barcos não oferecem possibilidade de abrigo (dormitório e cozinha) para os pescadores permanecerem no mar durante dias e sua capacidade de carga é muito baixa.

Há casos em que os pescadores adaptam os caícos para pescarias mais distantes e para passar mais tempo no mar. Foram observados alguns caícos estruturados com pequenas coberturas de madeira, se assemelhando aos casarios das embarcações maiores, gerando alguma proteção dos raios solares, dos ventos e das chuvas. Nesses casos, os pescadores conseguem improvisar pequenas cozinhas, com fogareiros instalados sobre bancadas móveis, mas ainda assim, não são estruturas suficientes para jornadas mais longas de trabalho e navegação no alto mar.

Os trajetos dos pescadores de Pedra de Guaratiba para as Baías de Ilha Grande e da Guanabara se realiza em meio às condições técnicas e de organização do trabalho peculiares. Primeiro, são poucos os pescadores que saem da Baía de Sepetiba, com seus meios de produção (barco, redes, etc) porque não possuem embarcação adequada para esse tipo de pescaria e/ou o tipo de embarcação que resiste o mar aberto (Oceano Atlântico) e, em muitos casos, faltam também os conhecimentos acerca dos procedimentos de segurança na navegação. Segundo, os investimentos para a realização desse tipo de pescaria são bastante dispendiosos e não são compatíveis com a renda da maioria desses trabalhadores. Terceiro, Esse tipo de pescaria envolve um nível de burocratização quanto ao ordenamento pesqueiro e às normatizações do espaço marítimo com a qual poucos pescadores artesanais conseguem lidar, conforme veremos no próximo capítulo. Quarto, muitos pescadores não gostam desse tipo de pescaria, por razões distintas: esforço relativamente grande de trabalho, que também inclui o tempo maior de duração da pescaria; insegurança para viagens longas, que é consequência de experiências dos pescadores com acidentes ou por falta de costume com a navegação em alto mar; e preferência por pescar nos pesqueiros conhecidos ou por utilizar embarcações menores.

¹⁴ Optamos por mapear apenas os trajetos para as Baías de Guanabara e da Ilha Grande, conforme os dados levantados nas entrevistas. Mas é possível que alguns pescadores realizem pescarias em outras áreas do litoral fluminense e de outros estados.

Como poucos pescadores da Pedra de Guaratiba detêm as condições técnicas, aqueles que decidem trabalhar nesse tipo de pescaria buscam estabelecer parcerias com barcos em outros lugares da Baía de Sepetiba. Observa-se que nesse caso os pescadores não fazem parceria somente com aqueles que têm barco na Pedra de Guaratiba, mas também com pescadores de Sepetiba (bairro da zona oeste do Rio de Janeiro) e Ilha da Madeira (distrito do município de Itaguaí).

A Ilha da Madeira, no município de Itaguaí, possui destaque na realização das pescarias mais distantes devido a presença de famílias de pescadores que construíram frotas nas últimas duas décadas. Foi o processo histórico que levou a formação de um pequeno grupo de pescadores artesanais na Baía de Sepetiba, cujo alguns possuem frotas superiores à duas embarcações, é um elemento interessante para compreendermos os usos de técnica modernas e a organização social do trabalho mais complexo na pesca artesanal. No entanto, nos limitaremos a tratar exclusivamente dos casos de Pedra de Guaratiba, o que não nos permite explicar o processo em outros lugares da baía, como a Ilha da Madeira.

De modo que, dentre os pescadores entrevistados durante a pesquisa que informaram pescar em outras baías, a maioria explicou que fizeram empreitadas em barcos daquele lugar. Por essa razão, foi mapeado um trajeto entre a Pedra de Guaratiba e a Ilha da Madeira, que não é exatamente um trajeto do pescador com o seu barco para a pescaria, mas para embarcar nos barcos da Ilha da Madeira e de lá partirem para as pescarias em outras baías.

Geralmente o pescador que possui a embarcação faz um investimento para a pescaria: compra o gelo, combustível, prepara a rede e o barco e faz o acordo com os pescadores que vão trabalhar. Esses podem ser fixos ou trabalhar somente em algumas empreitadas, mas sempre são pescadores indicados por sua experiência ou por afinidades pessoais.

2.5. Técnicas/artes de Pesca

Os trajetos em direção aos pesqueiros possuem uma dinâmica relacionada com o movimento das espécies de pescado no mar. As principais espécies alvo dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba são o camarão vermelho, o camarão branco, a tainha, robalo, sardinha verdadeira, parati, pescadinha, lula e corvina. A variedade de espécies também resulta numa variedade de "artes de pesca" desenvolvida por esses trabalhadores. As artes de pesca identificadas durante a pesquisa foram: a "rede de espera" ou "emalhe"; as "cercadas"; e o "espinhel".

Dentre os pescadores entrevistados observamos que os pescadores de caíco trabalham com a "rede de espera", para a pesca do camarão branco e de diversos tipos de peixes, com o "espinhel" para fisgar algumas espécies específicas como o robalo e a lula e com as "cercadas" para a captura das tainhas. Já os pescadores das embarcações maiores, verificamos embarcações trabalhando com a "rede de espera" para a pesca do camarão branco, da tainha, pescada, anchova e corvina. Nas páginas seguintes iremos abordar as práticas espaciais dos pescadores na realização das duas artes de pesca mais observadas durante a pesquisa: a "rede de espera" e as "cercadas".

2.5.1. Pesca de espera ou emalhe

Na pesca do camarão branco e vermelho (este último também chamado de camarão ferro) os pesqueiros de curta e média distância são bastante explorados logo que essas espécies encerram a sua fase reprodutiva, ou seja, quando já podem ser capturados por meio de redes permitidas pela legislação e com tamanhos de maior valor de venda no mercado.

Quando o camarão surge em grande quantidade nos pesqueiros do fundo da baía, geralmente entre os meses de junho e julho, ocorre um grande movimento de pescadores saindo e voltando das pescarias e de compradores interessados na mercadoria pelas praias da Pedra de Guaratiba. “Aqui é a baía do camarão!” exclamou o pescador Wagner narrando esse momento de abundância na produção do camarão branco.

Esse período pode durar uma semana ou duas, nos anos em que a safra é boa, ou apenas dois ou três dias, nos anos em que a safra é baixa. Nos anos de 2016 e 2017, quando estávamos levantando os dados para a pesquisa, as safras do camarão foram bem fracas, de modo que observamos muitos pescadores retornando para a praia trazendo na rede somente pequenas quantidades de peixes – parati, pequenas robalos, sardinha, dentre outras espécies variadas –que capturavam para subsistência da família e para conseguirem uma pequena renda no mercado. Somente em 2018, quando essa pesquisa já se encontrava na etapa final de redação, é que presenciamos um ano de safra alta na pescaria do camarão branco em Pedra de Guaratiba. Nesse período, foram observados mais de 70 caícos saindo diariamente das praias para realizar as pescarias nos pesqueiros próximos, com uma dinâmica intensa de trabalho na preparação dos petrechos, redes, motores e embarcações e na venda do camarão para atravessadores e consumidores atraídos para essas praias.

Portanto, a safra do camarão tem um curto período, logo que se encerra o defeso dessa espécie, quando a produção e a comercialização desse tipo de crustáceo são mais intensas. Nesse período, os pescadores saem para as pescarias às quatro horas da manhã, quando a maré está vazando, e retornam por volta das quatorze horas, quando a maré começa a encher. Esse movimento é feito diariamente de segunda-feira à sábado, só reduzindo no domingo, dia em que os pescadores gostam de reservar para o descanso e o convívio familiar, além do hábito de frequentar os cultos dominicais nas igrejas católica ou evangélicas do bairro.

Na praia da Ponta Grossa os sábados e domingos são bastante agitados por conta de turistas e moradores de localidades próximas que passam os fins de semana nos bares e na pracinha ao final da rua enquanto outros turistas frequentam a pedra seja para pescar com linha e anzol, seja para passar a tarde observando o por do sol. Alguns bares aos sábados a tarde promovem shows com música ao vivo, tornando o lugar movimentado além da agitação dos pescadores e moradores do local. Em meio a essa movimentação toda, as conversas e comentários giram em torno da pesca do camarão, pois esse é o momento para os turistas que não circulam pelo lugar durante a semana ter a oportunidade de negociar com os pescadores algumas quantidades desse pescado.

A movimentação dos pescadores nas praias do bairro se caracteriza por um processo intenso de trabalhos, como a manutenção das redes de pesca, (ver figura 7) e o reparo das embarcações (ver figura 8). Depois das pescarias, as redes sempre precisam ser limpas, com a retirada das algas marinhas, dos peixes de pouco valor, capturados incidentalmente, e de lixos que ficam presos na rede. Os barcos também precisam de reparos, para reduzir os riscos de acidentes e melhorar a navegabilidade - um conjunto de trabalhos coletivos.



Figura 7 - Pescadores aendo manutenção nas redes de emale
Fonte: Banco de dados do NUTEMC/UERJ



Figura 8 - Reparo de embarcação
Fonte: Banco de dados do NUTEMC/UERJ.

Nos jornais de grande circulação no Rio de Janeiro esse período é chamado de “temporada do camarão”¹⁵, devido ao aumento da oferta do produto em bares e restaurantes e hotéis da cidade, especialmente na Barra da Tijuca e em bairros da Zonal Sul (Leblon, Ipanema, Copacabana, Leme, Flamengo, Botafogo, entre outros), onde são muitos os estabelecimentos com culinária especializada no preparo requintado desse crustáceo. Pratos como moqueca e a cascata de camarão chegam a ser comercializados nos restaurantes mais caros da cidade a preços entre duzentos e trezentos reais, fazendo sucesso de consumo nas classes mais abastadas da sociedade fluminense. Entre as classes mais populares, o camarão na brasa ou grelhado ao alho e óleo e o pastel de camarão, acompanhados de uma bebida gelada, são pratos cobiçados para recheiar os momentos de lazer em diversos lugares da metrópole fluminense.

Desse modo, junto com o aumento na movimentação da pescaria do camarão também se intensifica a presença de atravessadores nas praias da Pedra de Guaratiba. Os atravessadores estacionam os caminhões frigoríficos próximo aos pontos de chegada dos pescadores, quando estes retornam da pescaria. Os preços são negociados no local, conforme a oferta do produto na praia, numa lógica contraditória para o pescador, pois se por um lado uma pescaria rende grande quantidade de camarão, por outro lado, o fato de muitos barcos voltarem carregados do pescado, as condições de negociação com os atravessadores são desfavoráveis. Pesam contra os pescadores desse lugar uma lógica individual de venda – do pescador para o atravessador, de modo que quem compra define o preço que quer pagar – e a falta de recursos técnicos dos pescadores para armazenar o camarão para vender posteriormente com condições mais favoráveis, o que lhes obrigam a vender no preço que os atravessadores querem pagar.

Além desses dois fatores - negociação individual e impossibilidade de armazenamento do produto -, os pescadores precisam rapidamente fazer a manutenção dos petrechos, das redes e das embarcações, para ainda terem algum tempo de descanso até a próxima pescaria no dia seguinte. Desse modo, os pescadores procuram vender o produto de seu trabalho logo

¹⁵“Para alegria de todos e felicidade geral da nação carioca, o camarão está de volta às mesas. E em alto estilo. Com o fim da época do defeso, quando o crustáceo não pode ser pescado por três meses para garantir a reprodução em alto mar, os restaurantes já se agitam para oferecer o melhor do produto. Se criadores e comerciantes contaram nos dedos os dias para o reinício da temporada de pesca autorizada, os consumidores já podem parar de contar os minutos. Enquanto os pescadores fazem a festa no mar, na cidade está decretado: é hora de comer camarão” (Juliana Prado. Jornal O Globo. Publicada em 15/07/2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/rio-gastronomia-2013/e-epoca-de-camarao-9035872#ixzz5GGE2AmaO>).

que atracam os barcos na praia, ainda que tenham pouca margem de negociação com os atravessadores. A negociação direta com consumidores e os donos de restaurantes e peixarias, que surgem nas praias em busca do crustáceo fresco e à preços mais vantajosos que dos atravessadores, é mais vantajosa para os pescadores artesanais, pois conseguem vender por preços mais altos. Mas a ausência de uma organização coletiva para beneficiar o pescado e realizar a venda varejista dificulta esse tipo de comercialização, que acaba por se restringir às situações pontuais em que os consumidores e os comerciantes já possuem contatos prévios com alguns pescadores (SOUZA JUNIOR, 2015)

Após esse período de abundância do camarão nos pesqueiros próximos à Pedra de Guaratiba, o movimento nas praias diminui, reduzindo bastante à quantidade de pescadores saindo diariamente para as pescarias. Esse momento, pós-abundância, é definido pelos pescadores como o momento em que “agora só saem os pescadores de verdade”. A expressão “pescadores de verdade”, como oposição de sentido a expressão “pescador enganador”, foi utilizada diversas vezes pelos pescadores em referência ao surgimento de trabalhadores de outras atividades (pedreiros, mecânicos, comerciários, dentre outros) para trabalhar temporariamente com a pesca artesanal na Pedra de Guaratiba.

Esses pescadores temporários, ou de temporadas, constituem múltiplas situações, dentre as quais identificadas: pescadores que trabalham em outras áreas e aos fins de semana aparecem na praia para pescar; pessoas que são de famílias de pescadores, mas só trabalham na pesca em períodos de safras altas; pessoas desempregadas, que encontram na pesca um meio de sustento da família até conseguirem um novo emprego. Para esses pescadores, os momentos de alta na safra do camarão e de outras espécies são oportunidades de complementar a renda ou de garantir temporariamente o seu sustento e da família.

Portanto, com a redução do camarão nos pesqueiros mais próximos da Pedra de Guaratiba, ou seja, no fundo da baía, os pescadores temporários também diminuem, permanecendo os pescadores que trabalham quase que exclusivamente na pesca artesanal. Desses, aqueles que preferem a pescaria do camarão à captura de outras espécies iniciam jornadas de trabalho mais longas, com trajetos para pesqueiros situados próximos da entrada da baía e fora dela. “Agora o camarão está andando pela baía”, diz o pescador Isac, quando percebe o sumiço do camarão nos pesqueiros que ele e seus camaradas estavam explorando com grande produção nos dias anteriores. “Você ainda consegue matar camarão aqui” diz o pescador Vagner, mas explica que “em quantidades que já não compensam mais ao pescador, se ficar atrás do camarão só aqui (referindo-se aos pesqueiros próximos da Pedra de Guaratiba) o pescador vai morrer de fome”.

Segundo os pescadores entrevistados, o fundo da Baía de Sepetiba é um berçário para a reprodução do camarão. O camarão vermelho e o branco, espécies encontradas pelos pescadores desse lugar, realizam o seu processo de maturação nessa parte da baía, especialmente nas fozes dos rios e próximo dos mangues (manguezal de Guaratiba). Na medida em que os crustáceos continuam crescendo, migram para outras áreas da baía em direção ao Oceano Atlântico.

2.5.2. Cercadas

A técnica da cercada enquanto *techniques (artimanha)* é um método de extração do pescado por meio da construção de uma armadilha para reter os peixes em áreas cercadas no mar. Esse tipo de técnica é uma engenhosidade dos pescadores e seu funcionamento conta com estruturas fixas construídas no mar. É de origem remota, já conhecida entre as etnias indígenas no Rio de Janeiro. Ao longo da costa brasileira essa técnica recebe outros nomes, por exemplo, o “curral” (NASCIMENTO, 2014), no litoral da Paraíba, o “cacuri” (LIMA, 2012), nos estuários da bacia amazônica e o “cerco-fixo” (OLIVEIRA 2007), no litoral de São Paulo, e apresentam características diferentes quanto ao formato, a espécie alvo, a divisão do trabalho e ao modo de obtenção dos materiais.

Na Pedra de Guaratiba, o uso da técnica da “cercada” tem como principal alvo a pesca da tainha, que adentram a Baía de Sepetiba no período em que migram desde o sul do continente americano até a costa do estado do Espírito Santo. Esse processo migratório tem como objetivo a desova nas baías e estuários existentes ao longo do litoral, de modo que o interior da Baía de Sepetiba se constitui como berçário natural para essa espécie.

Entre os meses de março e maio ocorre o período de defeso da tainha, quando a pesca desse peixe é proibida na Baía de Sepetiba, com o propósito de proteger a reprodução. Além de suspender a captura das tainhas presas nas armadilhas durante o defeso, os pescadores selecionam as tainhas a serem extraídas das “cercadas”, de modo a evitar a pesca de peixes pequenos ou que estejam por desovar. Segundo os pescadores, essa estratégia para evitar a extinção dos peixes é utilizada porque os pescadores precisam “obedecer à natureza”.

Essa “obediência à natureza” à qual se referem os pescadores se explica pela “temporalidade lenta” (SANTOS, 2006) e pelo “conhecimento tradicional” (DIEGUES,

2004). É verdade que os pescadores desejam realizar “boas pescarias” – extrair peixes grandes e em quantidade que gere rentabilidade na comercialização –, e que por esta necessidade procuram aperfeiçoar o método de pesca e os materiais que utilizam. Mas, o modo como esses trabalhadores desenvolvem as suas práticas parte de uma racionalidade técnica que não se pauta pelo tempo do mercado.

Para analisarmos o uso das cercadas na espacialidade dos pescadores entrevistamos o seu Ivo, um mestre de cercadas de Pedra de Guaratiba. Ele nos explicou que trabalha para os “donos de cercada”, que são pessoas, pescadores ou não, que possuem recursos financeiros para investir na compra de material e no pagamento da mão de obra para a construção da armadilha. A equipe de trabalho para a construção da “cercada” tem integrantes fixos, que participam de todo o processo, e integrantes que são contratados somente para as tarefas que exigem maior mão de obra, como os mergulhadores, por exemplo, que precisam descer ao fundo do local escolhido para fixar de forma correta as madeiras do mangue. Esses profissionais do mergulho são trabalhadores temporários no processo de construção das cercadas de acordo com Ivo.

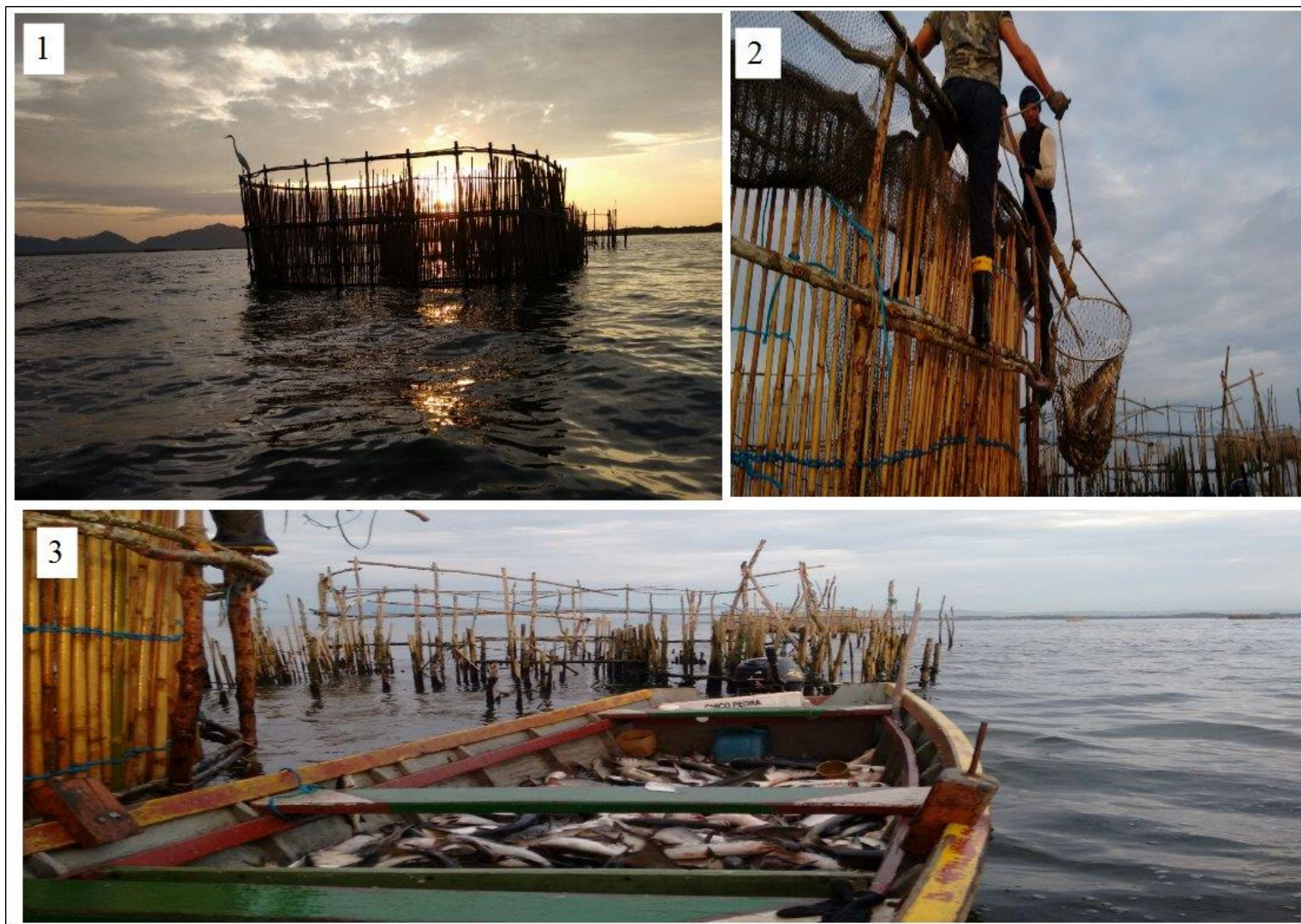


Figura 9 - IMAGENS DA PESCARIA NA CERCADA

Fonte: Banco de dados do NUTEMC/FFP/UERJ.

Nota: na imagem 1 é possível observar a parte denominada de “viveiro”, onde as tainhas permanecem presas até a extração pelos pescadores; na imagem 2, aparecem os pescadores realizando a extração da tainha, com a utilização de um puçá; na imagem 3, é possível observar o caíco sendo carregado do pescado. Com essa embarcação, os pescadores acessam as cercadas e transportam o pescado até a beira da praia onde vendem para os atravessadores.

Já as pescarias podem ser realizadas pelo mestre e seus ajudantes ou pelos “donos das cercadas” em parceria com outros pescadores. A partir da entrevista e da observação de campo, foi possível verificar que a técnica das cercadas consiste em um processo que se divide em três etapas: produção do pesqueiro; construção da cercada; e, realização das pescarias. Por motivo de segredo etnogeográfico, que significa conhecimento ancestral produzido espacialmente, optamos por não detalhar na dissertação o saber fazer das técnicas de armadilhas etnogeográfico. O respeito aos saberes é fundamentais para a manutenção da cultura e o respeito a ancestralidade.

Diferente do que acontece nas outras técnicas de pesca, como a “rede de espera”, no uso da cercada os pesqueiros resultam da intervenção dos pescadores no mar. Essa intervenção consiste da manipulação de troncos de árvores, que são fincados no fundo do mar, numa área próxima à margem da restinga da Marambaia (ver figura 2). Segundo o seu Ivo, esses troncos fincados no fundo do mar, chamados de “mourões”, ao permanecerem em contato com a água do mar passam por um processo químico de formação de um lodo. Esse lodo, rico em nutrientes, atrai pequenas espécies da fauna marina para essa área, formando um local de alimentação para diversas espécies de peixes, dentre elas a tainha.

Seu Ivo explica que essa etapa do trabalho é morosa, pois a formação de um pesqueiro demora cerca de seis meses. Ele explica que muitas vezes o processo não funciona, ou porque os mourões não resistiram no local ou porque a produção de nutrientes para atrair os peixes não ocorre como é esperada. Nesses casos o trabalho de escolha do local, separação dos mourões e o finco dos mesmos no mar é reiniciado, com nova espera por meses pela formação do pesqueiro.

Atualmente, os pescadores das “cercadas” utilizam como mourões os troncos de eucalipto, comprados de madeireiras da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Seu Ivo nos explicou que nem sempre foi assim. Antes, utilizavam os troncos dos mangues, que os próprios pescadores extraíam dos manguezais existentes no entorno da Baía de Sepetiba. Processo que gerava maior esforço devido a necessidade de extração da madeira, mas que era compensado pela maior qualidade do tronco de mangue para a produção do pesqueiro. Com a proibição de extração do mangue, os pescadores passaram a utilizar o tronco de eucalipto vendido no comércio.

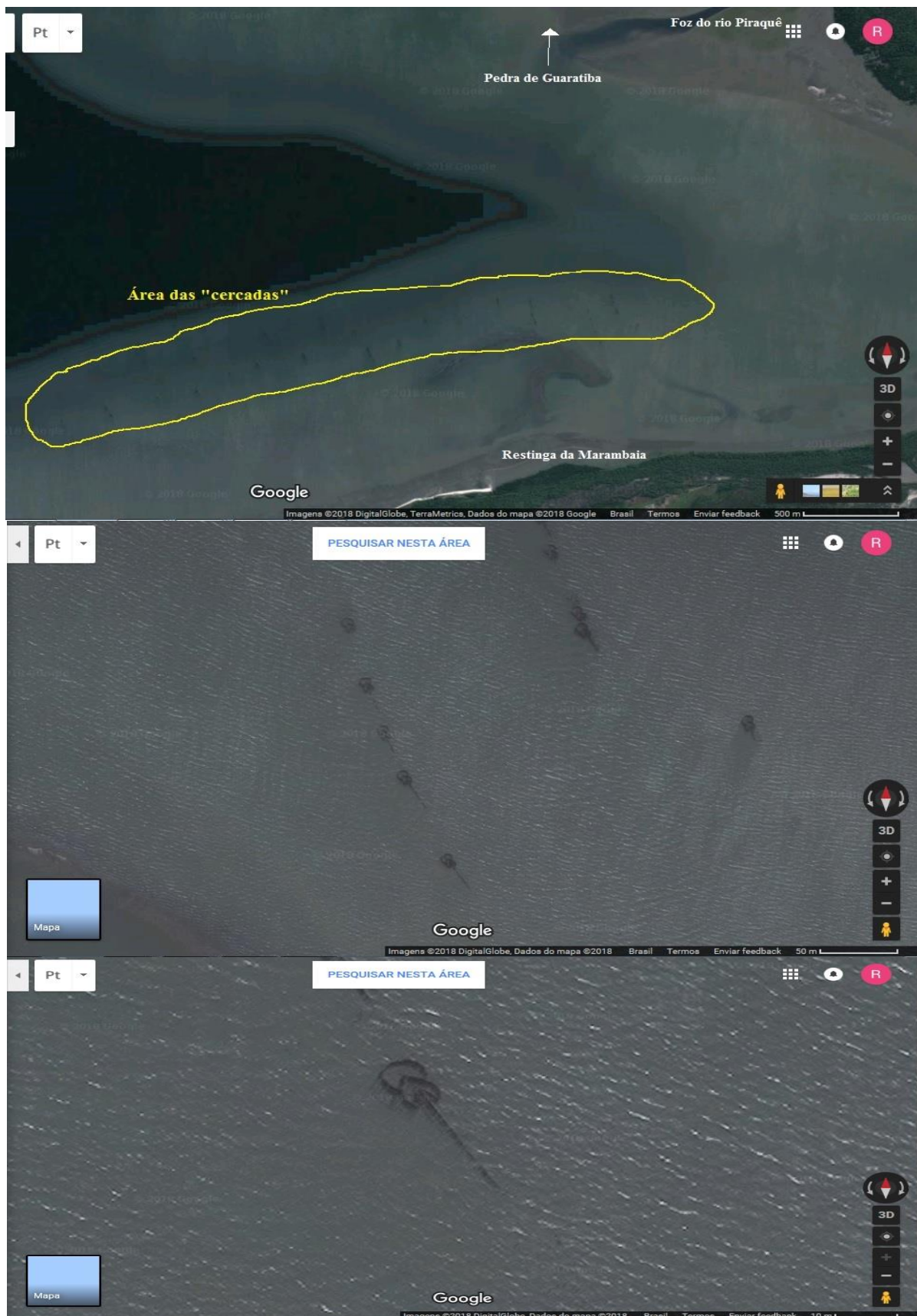


Figura 10 - IMAGENS DAS CERCADAS NA BAÍA DE SEPETIBA, POR SATÉLITES

Fonte: imagens extraídas do GoogleMaps em 10 de junho de 2018. <https://www.google.com.br/maps/@-23.0313665,-43.6619403,1553m/data=!3m1!1e3>.

Depois de fincados os mourões, o mestre de cercada passa a visitar o local durante meses, para acompanhar o processo de formação do pesqueiro no mar. Quando percebe a concentração dos cardumes entre os mourões, o mestre entende que já está na hora de iniciar a construção da armadilha. Essa fase do processo, assim como as outras, constitui-se de trabalhos na terra e no mar.

Em terra, os pescadores fazem o corte do bambu e iniciam o preparo das esteiras, amarrando os bambus lado a lado com cordas. Na figura 3 abaixo ilustramos a figura de uma esteira de cercada. As esteiras, confeccionadas com as varas de bambus e redes de nylon, formam as paredes da “cercada” e tem a função de impedir que os peixes escapem da armadilha.

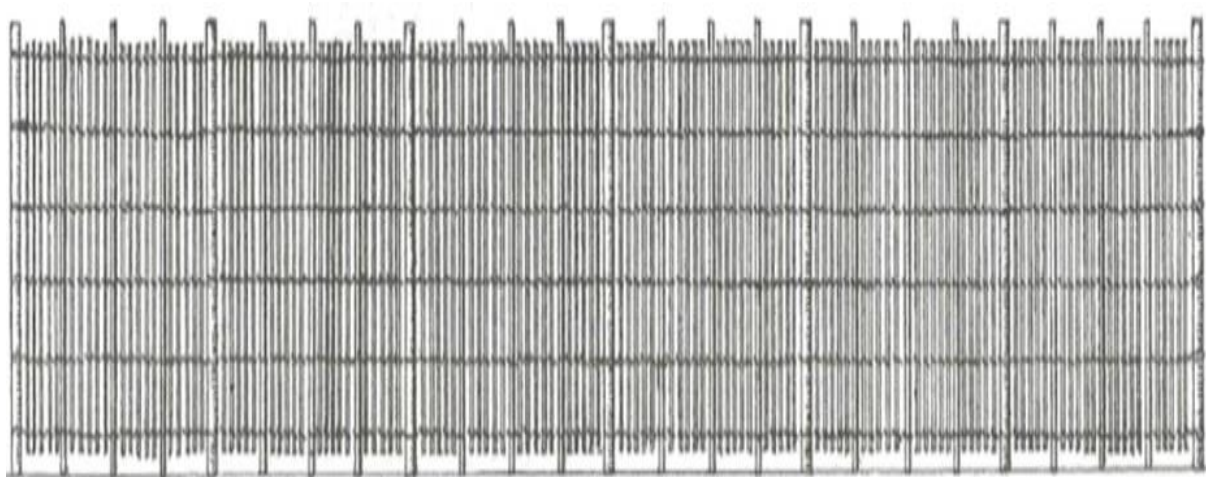


Figura 11 - Desenho da “esteira” das cercadas
Fonte: Nascimento (2012, p. 58).

Depois de prontas as esteiras, os pescadores realizam a construção da cercada no mar, prendendo as varas de bambus nos mourões estrategicamente fincados no fundo, dando a forma da armadilha. A “cercada” é composta por cinco partes: “espia”, “mourão de entrada”, “mourão mestre”, “casa do meio” e “viveiro”.

A “espia” consiste na espinha central da cercada, é uma fileira de varas de bambu que se estende desde a parte de fora da cercada até o seu interior. Depois que toda a estrutura está montada, a espia tem a função de conduzir os peixes para dentro da cercada, funcionando como uma armadilha. A correnteza bate na espia e quando os peixes estão desorientados se deslocam pela água seguindo os bambus da espia, acabando por entrar na cercada.

O “mourão de entrada” trata-se de um tronco forte, encravado no fundo do mar, com o propósito de sustentar a estrutura de entrada da cercada. Este mourão se situa no meio da espia, próximo a entrada da “casa do meio”. Junto a ele fica amarrada uma corda que se

estende pela “espia” até a cabeça cercada. Seu Ivo nos explicou que os mourões da cercada sempre foram feitos com o pau de mangue dos manguezais situados na Baía de Sepetiba, mas que, com a proibição de extração desse vegetal, os pescadores vêm usando o pau de eucalipto adquirido nas madeiras.

O “mourão mestre” exerce função similar ao mourão de entrada, porém sua localização é na cabeça da cercada. Nesse mourão ficam amarradas as cordas que ajudam a firmar a estrutura da cercada. A “casa do meio” é a área onde os peixes são recepcionados antes de finalmente entrarem no “viveiro”. E o “viveiro” trata-se de uma área onde os peixes ficam presos. É nessa área que ocorre a pescaria, quando os pescadores visitam a cercada.

3. PESCA ARTESANAL E ORDENAMENTO PESQUEIRO

A baía de Sepetiba, conforme já analisado ao longo desse trabalho, é o principal espaço de trabalho dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba. Apesar de alguns pescadores investirem em pescarias em outras baías ou até mesmo se empregarem em embarcações industriais¹⁶, o quadro de vida marinha da baía de Sepetiba é a principal fonte de recursos para o sustento desses trabalhadores. Além disso, é na baía de Sepetiba que os pescadores de Pedra de Guaratiba aprendem sobre a maré, os ventos e os peixes, que desenvolvem suas artes de pesca e que constroem relações de amizade e de conflitos no uso compartilhado da baía com outros pescadores e outros agentes do espaço.

No capítulo anterior, abordamos que a espacialidade dos pescadores na baía de Sepetiba tem como racionalidade o saber-fazer, tecido nas relações sociais e de apropriação do espaço. A partir do saber-fazer, é que os pescadores elaboram as suas técnicas de pesca e estabelecem critérios de apropriação dos recursos naturais, tomando como princípios o respeito ao tempo da natureza e a necessidade de obter o sustento da família. Nesse capítulo, o objetivo é problematizar que essas técnicas não são isoladas do conjunto de ações que configuram o fenômeno técnico, ou seja, que o uso da técnica pelos pescadores se insere em um processo histórico e geográfico.

3.1. Arranjo Institucional do Ordenamento Pesqueiro no Brasil

As práticas dos pescadores na baía de Sepetiba são direcionadas ações do Estado com a finalidade de controlar o que os campos da engenharia de pesca, biologia marinha e oceanografia denominam por "esforço de pesca". No próximo subcapítulo vamos detalhar a concepção das práticas espaciais dos pescadores por meio dessa categoria técnica, mas antes se faz necessária uma compreensão do arranjo institucional no qual são disputados os sentidos do ordenamento pesqueiro.

De acordo com a lei 6.981, de 13 de outubro de 2009, as instituições responsáveis pelo ordenamento dos recursos pesqueiros no Brasil são a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Essas duas instituições tem o dever

¹⁶ Em casos mais raros.

de realizar a gestão compartilhada dos recursos e definir as normas para a prática da atividade pesqueira. As ações dessas instituições são realizadas em diferentes escalas, podendo abranger desde a escala nacional até a escala da "área geográfica" ou "bacia hidrográfica" onde ocorrem as pescarias (Lei nº6.981, art.2º).

Para as práticas dos pescadores artesanais na baía de Sepetiba, as ações de ordenamento partem de duas instâncias regionais dessas instituições. A SEAP mantém no estado do Rio de Janeiro uma superintendência estadual, que é o órgão que faz a gestão da atividade pesqueira, administrando o Registro Geral de Pesca (RGP) e emitindo ou suspendendo as licenças de permissão de pesca. Já o MMA distribui a gestão dos recursos pesqueiros em grandes regiões, de modo que o monitoramento e a conservação dos recursos marinhos das regiões sul e sudeste do Brasil são de competência do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL). O CEPSUL é um órgão vinculado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) do MMA, com sede na cidade de Itajaí-SC.

Para a leitora e o leitor compreenderem o ordenamento da pesca no Brasil, fizemos dois levantamentos: primeiro, um resgate histórico¹⁷ da institucionalidade da atividade pesqueira no país, tendo como balizamento a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, na década de 1960, e as mudanças recentes promovidas pelo governo empossado pelo Congresso Nacional em 2016; segundo, uma descrição da estrutura institucional pela qual é realizado o ordenamento da atividade pesqueira, com repercussões nos usos das técnicas pelos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba.

3.1.1. Histórico da institucionalidade da gestão pesqueira no Brasil (1962-2018)

Esse arranjo institucional teve início na década de 1960, quando, a partir da lei delegada nº 10 de 1962, é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, órgão que funcionou entre os anos de 1962 e 1989 e era vinculado ao Ministério da

¹⁷ Sabemos dos problemas em fazer um resgate histórico, no qual não aprofundaremos os contextos em que os fatos ocorreram. Mas esse levantamento é importante para a compreensão do movimento na gestão da pesca pelo Estado brasileiro, que nos ajuda a compreender como as estruturas institucionais existentes foram criadas e como os seus propósitos se alteraram nas últimas décadas. Apesar do não aprofundamento dos contextos, que o limite do trabalho nos impõe, esse levantamento nos permite compreender, em parte, o distanciamento entre as ações da gestão e as práticas dos pescadores artesanais.

Agricultura. Segundo Silva (2015), a SUDEPE teve como principal atribuição promover a industrialização do setor pesqueiro no país, por meio de incentivos fiscais e da ampliação dos estoques pesqueiros à serem explorados.

Dias Neto (2003) classifica a década de 1960 como período de euforia para o setor pesqueiro, pois o governo federal passou a reconhecer a pesca como indústria de base para fins de financiamento e com os incentivos fiscais. Porém, na visão desse autor, a SUDEPE teve um desempenho rui no desenvolvimento da pesca, devido a diversos fatores, tais como:

1. Nos seus pouco mais de 26 anos de existência a Sudepe teve 18 superintendentes,28 o que representou cerca de 1,5 ano de duração de cada administração. Vale dizer, ainda, que desses superintendentes, grande parte não era servidor público, não tinha qualquer conhecimento ou vínculo com a área de pesca, mas tão-somente com os políticos ou grupos de interesse que os apoiaram para a ocupação do cargo. Esse mesmo comportamento foi verificado com os gerentes das representações estaduais do órgão.
2. O órgão era um aglomerado de “departamentos” em conflito quanto a objetivos e funções, à mercê de privilégio cíclico de estruturas informais e da supremacia dos poderes de influência pessoais sobre o corpo da organização, o que foi agravado pela elevadíssima rotatividade do corpo dirigente e da seqüência de más administrações;
3. A manifestação de interesse dos pescadores na Sudepe era mantida sob controle e era vista, quando ocorria, como uma insubordinação à tutela estatal, enquanto que a receptividade à manifestação dos empresários era bem recebida e vista quase como o único interesse privado existente. A autarquia, assim, controlava os interesses dos pescadores e se aliava aos dos empresários;
4. A definição de normas ou regulamentação para a pesca artesanal era dominada pela utilização de critérios técnicos; já para a pesca empresarial, outros fatores eram considerados mais relevantes que os critérios técnicos.
5. A análise da aplicação dos incentivos fiscais realizada pelo Ipea (1986) concluiu que a Sudepe se comportou mais como uma repassadora de recursos do que como uma agência de desenvolvimento e, mesmo assim, seu desempenho foi muito precário no que se refere à análise e fiscalização dos projetos.
6. O desaparelhamento da Sudepe e a pressão dos interesses açodados dos “pretensos novos industriais da pesca” (Timm, op. cit.), concorreu para que a autarquia descentralizasse o poder decisório sobre os projetos de incentivos fiscais, levando-a a referendar, por exemplo, a aprovação de 36 projetos do estado de Santa Catarina (analisados pelo Banco Regional do Extremo Sul – BRDE), o que resultou em um dos maiores, se não o maior fracasso dessa política (DIAS NETO, p. 122-125. 2003. Enumeração e ordenação nossa).

Partindo da caracterização de Dias Neto (2003), observamos que a SUDEPE resultou de um esforço do Estado brasileiro em desenvolver a atividade pesqueira aliado com os

interesses do empresariado que atua neste setor. As indústrias de pesca foram os principais favorecidos por essa política, recebendo financiamentos para aumentarem a produção com a modernização da frota e da infra-estrutura de armazenamento e transporte da mercado. No estado do Rio de Janeiro foram construídas fábricas de sardinha em conserva e os armadores de pesca receberam financiamento para a modernização de suas frotas, visando o aumento da produção em termos de quantidade e de exploração de estoques pesqueiros "subexplorados" (BARANOV, 1914 apud. DIAS NETO, 2003) no oceano.

Por outro lado, os pescadores artesanais foram inseridos nessa dinâmica ou como mão-de-obra na pesca industrial ou, no caso daqueles que se mantiveram na prática artesanal, como tutelados pelo estado. Segundo Dias Neto (idem), o controle de das atividades desses trabalhadores pela SUDEPE eram adotados por critérios técnicos, diferentemente do que acontecia com os empresários da pesca industrial, que detinham influência na escolha dos superintendentes e profissionais de cargos de chefia do órgão.

Dias Neto (2003) destaca ainda nesse período a elaboração dos quatro Planos Nacionais de Desenvolvimento da Pesca - PNDP entre os anos de 1963 e 1985. O autor explica que esses planos fracassaram devido a falta de estrutura administrativa da SUDEPE e de alocação de meios para a sua execução, além das denúncias de uso inadequado dos recursos financeiros e de corrupção (DIAS NETO, p. 125-126, idem). Ele pondera que esses planos estavam comprometidos com a então corrente dominante no país - a fase do "Brasil Grande" - na qual o crescimento econômico e a exportação eram os objetivos (idem).

Silva (2015) analisa ainda que o período da SUDEPE foi de uma acumulação e concentração de recursos financeiros e de infra-estrutura no setor pesqueiro em algumas regiões, com destaque para o sul do Brasil. Na visão da autora, os incentivos fiscais do órgão ajudou a fomentar grupos privilegiados do setor pesqueiro, formando uma intensa industrialização pesqueira nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Foi um período de financeirização dos grandes mercados pesqueiros e das grandes embarcações e tecnologias de captura, conformando a pesca industrial moderna (SILVA, 2015).

Desse modo, observamos que o período entre 1960 e 1989 foi da estruturação de uma institucionalidade da pesca voltada para o crescimento da produção e caracterizada pelo favorecimento de grupos de empresários, especialmente nas regiões sul e sudeste do Brasil. Como resultado, houve uma inclusão precária dos pescadores artesanais no processo de modernização da pesca: primeiro, pelo fato de que a frota industrial recebia os recursos

financeiros para modernização de suas embarcações e petrechos de pesca, aumentando a exploração dos estoques pesqueiros e, conseqüentemente, reduzindo gradativamente a quantidade de pescado; segundo, a ausência de políticas de financiamento para os pescadores artesanais fez com que poucos desses trabalhadores tivessem acesso às novas tecnologias; aqueles que não conseguiam acessar as novas tecnologias (especialmente a motorização dos barcos e as redes de nylon) passaram a ser impossibilitados de realizarem as suas práticas, devido às restrições que começavam a ser impostas para o uso de recursos naturais (por exemplo, a extração de componentes vegetais das restingas e manguezais para a produção dos artefatos) e a escassez crescente do pescado nos estuários e baías.

A SUDEPE foi extinta em 1989 e a gestão da atividade pesqueira no país passa a ser de responsabilidade do IBAMA, criado naquele mesmo ano. Silva (2015) destaca que a fase entre 1989 e 1998 se caracteriza pela regulação ambiental da pesca, com a passagem da gestão do setor do Ministério da Agricultura para o Ministério do Meio Ambiente. Naquele momento se intensificava a pressão para o controle da exploração dos recursos naturais na geopolítica internacional, com a promoção de fóruns e comitês internacionais pela Organização das Nações Unidas - ONU para discutir o desenvolvimento sustentável.

Para a atividade pesqueira foi marcante desse período a realização da "Conferência Internacional da Pesca Responsável" na cidade de Cancun (México), na qual se definiu que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO deveria elaborar um Código Internacional de Conduta. Esse debate sobre medidas para desenvolver o que veio ser denominado de "pesca responsável" ou "pesca sustentável" se inseria no contexto da Agenda 21 da ONU. (FAO, 2015).

Essa fase resultou em um importante marco para a institucionalidade da gestão pesqueira no Brasil, caracterizado por: desativação temporária de um arranjo institucional ligado aos interesses dos empresários da pesca, por um lado; criação de um arranjo institucional que passava a considerar os recursos pesqueiros como recursos ambientais e que, portanto, deveriam ser incluídos em um modelo de exploração com "práticas sustentáveis" (DIAS NETO, 2003).

Os centros de pesquisa sobre os recursos pesqueiros criados no período da SUDEPE, dentre os quais se inclui o CEPSUL, antes criados com o objetivo de gerar informações sobre os estoques pesqueiros com potenciais produtivos, passam a atuar na lógica de subsidiar dados para a preservação dos recursos. Dias Neto (2003) explica que as atividades antes desempenhadas pela SUDEPE na gestão da pesca passaram a ser realizadas pelo IBAMA, que

priorizava a implementação de políticas voltadas para a recuperação dos estoques pesqueiros em situação de sobrepesca ou ameaçados de exaustão.

O autor explica que o forte controle exercido pelo IBAMA na atividade pesqueira gerou conflitos com os empresários do setor, que "estavam acostumados a uma postura menos comprometida com o uso sustentável e com uma relação mais paternalista (clientelista) com o Estado" (DIAS NETO, p. 140, 2003). Esse conflito gerou repercussão dentro do governo, acirrando o "cabo de guerra" que já existia entre o MMA/Ibama e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Aliado á esse fato, crescia um processo de fragilização das instituições do Estado brasileiro, fruto, em parte, do projeto de aprofundamento da prática neoliberal, que contribuiu para a limitação da atuação do IBAMA (DIAS NETO, 2003).

Por outro lado, a atuação do IBAMA na gestão pesqueira gerou desgaste também com os pescadores artesanais, devido a elaboração de regras gerais sem coerência com as características específicas de cada lugar e das formas de manejo dos grupos de pescadores. Kalikoski (et al., 2002) destaca que a crise da atividade pesqueira está fortemente associada com o caráter centralizador das decisões sobre a preservação dos recursos, tomadas unilateralmente, sem diálogos com as comunidades locais.

Silva (2015, p.49) aponta para a emergência de um debate ideológico, no qual, de um lado se situam aqueles que caracterizavam a pesca como atividade extrativa predatória reivindicando o maior controle da pesca com a finalidade de conservar e preservar a biodiversidade; de outro lado, se situam aqueles que defendem os interesses dos pescadores artesanais, argumentando que esses trabalhadores extraem os recursos da natureza há centenas de anos e historicamente fazem a conservação da biodiversidade com uma produção em pequena escala.

A autora explica que nesse período foram criadas as políticas públicas de controle do acesso aos recursos pesqueiros, com proibições de captura em áreas onde os estoques eram considerados em situação de sobrepesca. Desse modo, as lutas dos pescadores artesanais pelo direito ao trabalho incluem a luta pelo acesso às condições de uso dos recursos pesqueiros (SILVA, p.50, 2015). Segundo Silva (2015), as pressões dos pescadores artesanais levaram a implementação da política do seguro defeso, na qual os pescadores recebem uma recompensa pelo tempo em que não podem realizar a captura da espécie.

O contexto de debilitação da atuação do IBAMA no fim da década de 1990 e os desgastes acumulados com o setor pesqueiro, especialmente os empresários da pesca industrial (DIAS NETO, 2003) conduziram a retomada da gestão pesqueira pelo MAPA. Dias Neto (2003) explica que essa mudança marcou a interrupção da ação direta do IBAMA no

controle da atividade pesqueira e de uma nova fase de atuação contemplativa e de economicidade do setor.

Assim, em 1998, com o decreto nº 2.681/1998, é criado o Departamento da Pesca e Aquicultura - DPA, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Silva (2015) explica que o DPA ligava-se diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do MAPA, que tem como finalidade desenvolver a pesca nacional por meio de acordos internacionais e de ações modernizantes. Nessa conjuntura, as políticas do Estado brasileiro para a pesca priorizavam a modernização do setor, com grande destaque para o desenvolvimento da aquicultura, que alinha uma medida de favorecimento dos latifundiários interessados nos recursos financeiros do setor pesqueiro com as pressões internacionais pela redução das extrações de pescado com a priorização do cultivo das espécies (SILVA, 2015).

Em 2003, já no governo Lula, cria-se a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, vinculada à Presidência da República. No segundo mandato daquele governo, por meio da Lei nº 11.958/2009, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura (SILVA, 2015). A partir desse período, a estrutura institucional do Estado voltada para o ordenamento pesqueiro vai ganhando maior autonomia. Nesse contexto de estruturação surge o “Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014”, um instrumento de projeção para tornar mais efetivas as políticas econômicas e sociais do governo federal voltadas à cadeia produtiva da pesca e aquicultura (SILVA, 2015).

Em 2015, no governo Dilma, é realizada uma reforma ministerial com diversas medidas de redução de cargos e secretarias no Poder Executivo, dentre as quais se inclui a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura. O setor pesqueiro voltou a ser competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. A mudança na organização do setor resultou de um contexto de pressões políticas no então governo para a redução de custos na administração pública. Possivelmente, essas pressões fazem parte de um projeto de redução do controle do Estado sobre os recursos naturais do país, dentre os quais se incluem os recursos pesqueiros, mas esse é um assunto que o limite do trabalho não permite aprofundar.

Em 2017, já no governo Temer, ocorrem novas mudanças na gestão do setor pesqueiro, com a transferência da pasta para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC. Essa mudança, tomando como base as manifestações da Associação Brasileira

das Indústrias de Pescados - ABIPESCA, agradou aos empresários da pesca industrial¹⁸. As notícias recentes informam a insatisfação das indústrias de pesca com atuação do MAPA na gestão da pesca. Como exemplo dessa insatisfação temos o episódio do embargo à importação do pescado brasileiro pela União Européia em 2017, quando a Abipesca considerou que o MAPA não defendeu os interesses dos empresários brasileiros¹⁹.

Por outro lado, os pescadores artesanais se posicionaram contra a mudança da gestão pesqueira para o MDIC, argumentando que as novas organizações institucionais (primeiro o fim do Ministério da Pesca e Aquicultura; depois, a transferência da gestão pesqueira para o MDIC) vem resultando no abandono das poucas políticas públicas até então existentes para a categoria. Além disso, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP denuncia que com essa mudança a emissão dos licenciamentos de pesca e das carteiras de pescador (RGP) e a administração do seguro defeso passariam a ser controlados por grupos políticos envolvidos nas fraudes investigadas pela "Operação Enredados e Arapaina" da Polícia Federal, em que políticos da base do governo e empresários do setor pesqueiro foram investigados por corrupção nos processos de licenciamentos de pesca²⁰.

Ainda em 2017, houve pressões dos aquicultores e piscicultores contra a mudança da gestão pesqueira para o MDIC. No Senado, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo - PDS nº33/2017, sustando o ato do presidente Michel Temer, no qual transferiu a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. A autoria desse PDS é dos senadores Paulo Bauer (PSDB-SC), Dário Berger (PMDB-SC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Benedito de Lira (PP-AL), Lasier Martins (PSD-RS), Ana Amélia (PP-RS) e Valdir Raupp (PMDB/RO), que integram a "Frente Parlamentar da Agropecuária"²¹.

Dessa "queda de braço" entre os aquicultores e indústrias de pesca resultou o Decreto da Presidência da República nº 9.330 de 5 de abril de 2018, determinando que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP passe a integrar a Secretaria-Geral da Presidência da República. A conjuntura que levou a essas mudanças recentes no arranjo institucional do

¹⁸ "O presidente da Abipesca, Eduardo Lobo, veio acompanhado de representantes da indústria pesqueira, setor que gera no Brasil, segundo dados da indústria, 35 mil empregos diretos e 100 mil indiretos. Segundo eles, a mudança de pasta é importante para que a indústria pesqueira seja o centro do desenvolvimento sustentável do setor. O ministro informou que a estrutura da secretaria ainda está sendo transferida, mas que as portas do MDIC já estão abertas para receber os pleitos relacionados ao órgão." (MDIC, 2017).

¹⁹ "Falando à Sputnik Brasil, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca), Eduardo Lobo, diz que a decisão é absurda, sem sentido, e que o Ministério da Agricultura não poderia concordar com o embargo. Ele cobra providências imediatas por parte do governo." (Jornal do Brasil, 05 de janeiro de 2018).

²⁰ <https://racismoambiental.net.br/2017/03/17/nao-a-secretaria-de-pesca-no-ministerio-da-industria-comercio-exterior-e-servicos-sob-o-comando-do-prb-2/> (acessado em 17/07/2018).

²¹ <http://fpagropecuaria.org.br/integrantes/todos-os-integrantes/#sobre>

ordenamento pesqueiro envolve múltiplas ações, que o limite desse trabalho não permite aprofundamento. Mas esse levantamento nos permite observar que a institucionalidade da atividade pesqueira é influenciada por disputas e solidariedades entre as frações da classe dominante do setor pesqueiro, à saber as indústrias de pesca (empresas que atuam na pesca industrial) e os aquicultores do país.

Portanto, o resgate histórico da formação dos arranjos institucionais existentes na gestão pesqueira pelo estado brasileiro revela uma trajetória em que as distâncias entre planejamento e práticas dos sujeitos. O espaço é projetado pelo Estado com o propósito de promover a produção em larga escala, atendendo o consumo global do pescado, insinuando investimentos dos capitalistas nas indústrias atuantes nas diferentes etapas da cadeia produtiva.

Nas regiões sul e sudeste do Brasil formou-se uma expressiva indústria de extração, beneficiamento e conserva de espécies de pescado como a sardinha e o atum. Para atender à essa indústria pesqueira, mobiliza-se: a produção de barcos de médio e grande porte incluindo o conjunto de insumos industriais para a produção naval (compensado, fibra, cola adesiva, etc.); produção dos motores na indústria automotiva; a usinagem de peças em galpões espalhados nos centros urbanos; a produção de equipamentos de rastreio da embarcação e dos cardumes; produção dos panos de rede à base de nylon multifilamento na indústria têxtil nacional ou importada da China e Taiwan; e, o consumo de equipamentos de segurança, cuja a produção e certificação são dominadas por grupos que atuam em escala global.

No nordeste brasileiro, depois de se expandindo para as outras regiões do país, formaram-se áreas de aquicultura em larga escala, maximizando a produção brasileira de pescado de cativeiro (ver gráfico da figura). Assim como no caso da pesca industrial, o desenvolvimento da aquicultura favorece o acúmulo de capital em diferentes etapas da cadeia produtiva: valorização da propriedade rural; produção dos alevinos (filhotes de peixe, estão para a aquicultura assim como as sementes estão para a agricultura); produção de ração; produção de equipamentos para montagem dos tanques de criação de pescado; importação de know how das corporações detentoras das tecnologias de cultivo.

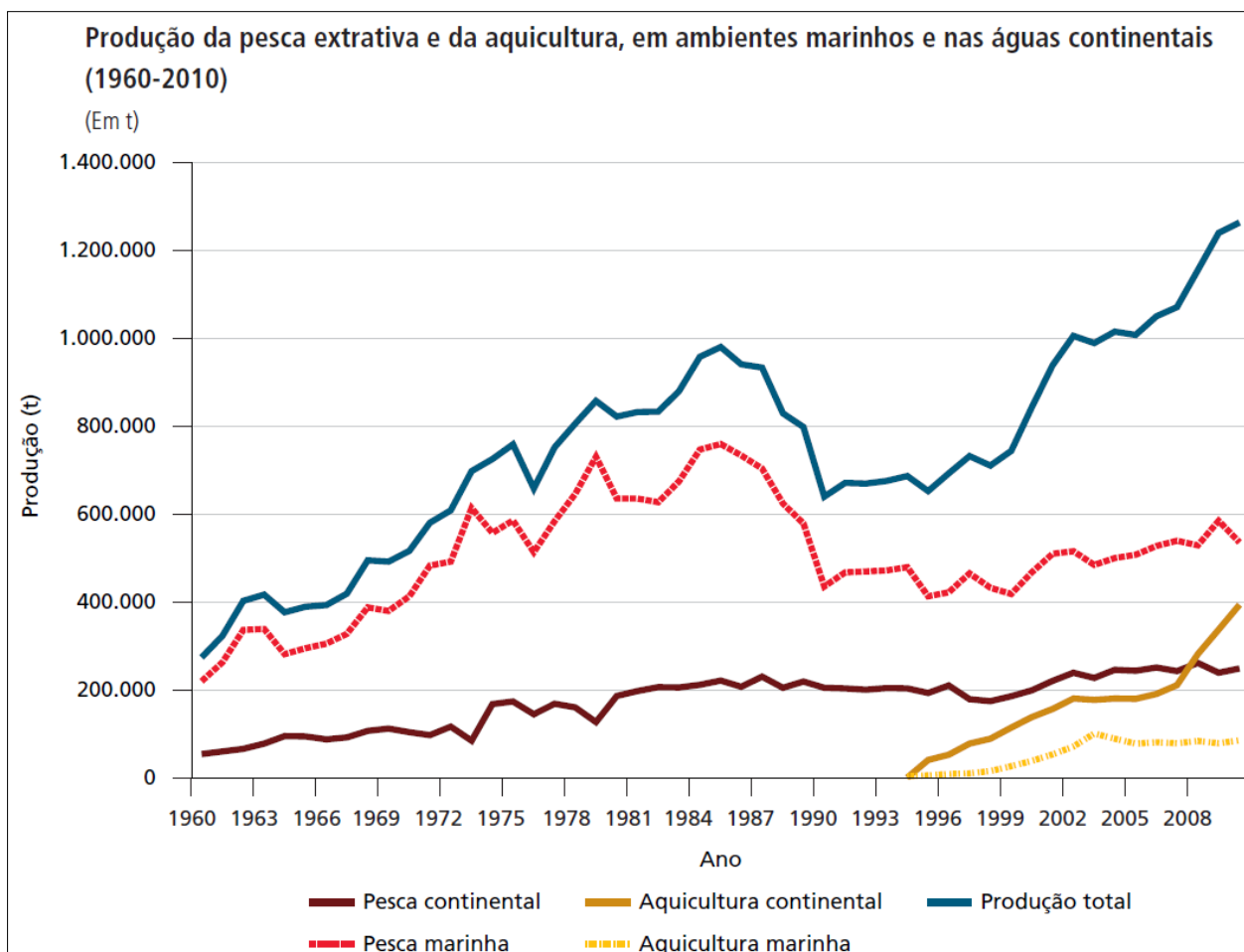


Gráfico 1 - Expansão da produção aquícola (décadas de 1990-2000). Fonte: Viana, 2013.

A gestão pesqueira no Brasil caminha aliada com a ampliação do acúmulo de capital, promovendo políticas estratégicas para acelerar a exploração dos estoques pesqueiros situados no mar territorial (até 12 milhas náuticas da costa) e na Zona Econômica Exclusiva - ZEE (a partir do mar territorial até 200 milhas náuticas da costa). Segundo Diegues (1983), os pescadores artesanais são concebidos por essas políticas como um "bolsão de força de trabalho barato para a frota empresarial-capitalista", preterindo o artesanato pesqueiro em favor das modalidades de pesca (industrial e aquícola) que pudessem maximizar a produção de pescado.

Veremos agora o panorama institucional existente no ordenamento pesqueiro no país, partindo da estrutura nacional até as instituições que se relacionam mais diretamente com o cotidiano dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba. Mais adiante, no terceiro subcapítulo do trabalho, vamos abordar a concretização dessas políticas em um conjunto de normatizações dos usos das técnicas de pesca.

3.1.2. Estrutura institucional do ordenamento pesqueiro no Brasil

A partir do levantamento histórico sobre a institucionalidade da pesca no Brasil observamos a atuação de duas estruturas do Poder Executivo do Governo Federal na gestão da pesca. Por um lado, a criação de um órgão - a SUDEPE - voltado para o desenvolvimento da atividade pesqueira, objetivando o crescimento da produção de pescado, com atenção para o abastecimento do mercado interno e a exportação. Por outro lado, com a extinção da SUDEPE, a gestão pesqueira foi transferida para o recém criado Instituto do Meio Ambiente, que passou a gerir a atividade pesqueira na perspectiva de conservar a fauna marinha, portanto, com políticas de controle do acesso ao recursos pesqueiros.

Em um terceiro momento, observamos a retomada das políticas de incentivo ao crescimento da produção pesqueira no fim da década de 1990, com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca- SEAP. A SEAP, que entre os anos de 2009 e 2015 ganhou status de ministério e agora se configura como um órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República. E num quarto momento observamos a construção da "gestão pesqueira compartilhada", com o trabalho conjunto da SEAP e do Ministério do Meio Ambiente na gestão dos recursos pesqueiros, com importantes repercussões nas técnicas dos pescadores artesanais.

No quadro 1, apresentamos os arranjos institucionais que atuam no ordenamento pesqueiro em diferentes escalas. Na coluna "atribuições" constam os objetivos traçados para cada um desses arranjos no que diz respeito ao ordenamento pesqueiro, conforme estabelece as legislações mencionadas na coluna "regulamentação". O objetivo desse quadro é apresentar ao leitor como está organizada a estrutura institucional da gestão pesqueira no Brasil e o papel de cada arranjo institucional no ordenamento da pesca.

Arranjos Institucionais	Atribuições	Escala de atuação	Regulamentação	Vínculo institucional
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP*	Implementação da Política Nacional Aquícola e Pesqueira; organização e manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP); normatização da atividade pesqueira; concessão de licenças, permissões e autorizações para a realização da atividade pesqueira e aquícola em território nacional; dentre outras.	Nacional	Lei nº11.959/2009; Decreto Presidencial nº 6.981/2009 Decreto Presidencial nº 9.330/2018.	Secretaria-Geral da Presidência da República
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Apoiar o processo de ordenamento pesqueiro nacional; Propor e avaliar proposições de normas de uso sustentável da biodiversidade aquática em apoio ao MMA; Subsidiar negociações do MMA relacionadas ao uso sustentável da biodiversidade aquática; Avaliar e subsidiar as propostas nos comitês de gestão e outros fóruns de debate sobre o uso sustentável da biodiversidade aquática; Executar ações de educação ambiental junto às comunidades pesqueiras e associações de pescadores; dentre outras.	Nacional	Lei nº 7735/1989; Lei nº 11.959/2009; Decreto Presidencial nº 6.981/2009	Ministério do Meio ambiente
Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade e Marinha do Sudeste e Sul - CEPESUL	Realizar pesquisas científicas e ações de manejo para conservação e recuperação de espécies ameaçadas e de monitoramento da biodiversidade do bioma marinho costeiro no Mar.	Regiões Sul e Sudeste do Brasil (espaço costeiro e marítimo)	Lei 6.981/2009; Lei nº11.959/2009; Decreto Presidencial nº 6.981/2009; Portaria ICMBIO Nº 16/2015	Ministério do Meio Ambiente / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade e Marinha do Nordeste - CEPENE	Realizar pesquisas científicas e ações de manejo para conservação e recuperação de espécies ameaçadas e de monitoramento da biodiversidade do bioma marinho costeiro no Mar	Região Nordeste do Brasil (espaço costeiro e marítimo)	Lei 6.981/2009; Lei nº11.959/2009; Decreto Presidencial nº 6.981/2009; Portaria ICMBIO Nº 16/2016	Ministério do Meio Ambiente / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte - CEPNOR	Executar pesquisas regionais nas áreas marinhas, estuarinas e de água doce; integrar as ações, programas políticos institucionais de gestão integrada da pesquisa em recursos naturais renováveis aquáticos, cabendo-lhe ainda, executar programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial da região.	Região Norte do Brasil (espaço costeiro e marítimo)	Lei 6.981/2009; Lei nº11.959/2009; Decreto Presidencial nº 6.981/2009; Portaria ICMBIO Nº 16/2017	Ministério do Meio Ambiente / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade e Aquática Continental - CEPTA	Realização de pesquisas científicas e ações de manejo para conservação e recuperação de espécies ameaçadas, especialmente peixes continentais, e de monitoramento da biodiversidade das bacias hidrográficas brasileiras; desenvolve pesquisas científicas, monitoramentos ambientais, ações para a conservação da biodiversidade e avaliações do estado de conservação dos peixes continentais brasileiros	Nacional (bacias hidrográficas brasileiras)	Lei 6.981/2009; Lei nº11.959/2009; Decreto Presidencial nº 6.981/2009; Portaria ICMBIO Nº 16/2018	Ministério do Meio Ambiente / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Capitania dos Portos	Cumprir e fazer cumprir a legislação, os atos e normas, nacionais e internacionais, que regulem os tráfegos marítimos, fluvial e lacustre, relativos à salvaguarda da vida humana e à segurança da navegação, no mar aberto e nas hidrovias interiores; Executar as tarefas de fiscalização necessárias à manutenção da boa ordem do tráfego aquaviário; Elaborar, manter atualizadas e divulgar as Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos.	Estadual (cada estado costeiro do Brasil possui uma Capitania dos Portos)	NPCP/NPCF - Normas e Procedimentos para as Capitâncias	Ministério da Defesa/ Marinha do Brasil
Secretarias e institutos estaduais nas áreas de meio ambiente e de gestão da pesca	Cooperar com a União e municípios na gestão dos recursos pesqueiros e no desenvolvimento da atividade pesqueira no estado; exercer o controle ambiental da pesca em âmbito estadual.	Estadual	Legislações estaduais; Lei Complementar nº 140/2011.	Governos estaduais
Secretarias e institutos municipais	Cooperar com a União e estado na gestão dos recursos pesqueiros e no desenvolvimento da	Municipal	Legislações municipais; Lei Complementar nº	Prefeituras municipais

nas áreas de meio ambiente e de gestão da pesca	atividade pesqueira no município.		140/2011.	
*Antigo Ministério da Pesca e Aquicultura				

Quadro 1 - ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ORDENAMENTO PESQUEIRO NO BRASIL

Fonte: produzido a partir de levantamento na legislação que regula a atividade pesqueira no Brasil (Legislação Pesqueira, 2013)

A SEAP é a forma como atualmente se encontra organizado o órgão responsável pela implementação das políticas para o desenvolvimento da produção pesqueira no Brasil. É esse órgão que emite as carteiras de pesca (RGP) e as licenças de pesca para os pescadores. No estado do Rio de Janeiro, esse órgão mantém uma superintendência estadual, localizada próxima à Praça Mauá, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Essa Superintendência funciona dentro do prédio do Ministério da Agricultura, local onde permanece desde a sua criação no período da SUDEPE, e atende no local os pescadores e presidentes de colônias e associações de todo o estado para fins de regularização das embarcações de pesca e do RGP.

O Ministério do Meio Ambiente - MMA distribui suas atribuições no que tange a gestão dos recursos pesqueiros entre duas instituições: O Instituto do Meio Ambiente - IBAMA; e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Essa divisão é fruto da separação entre, de um lado, as ações de fiscalização, controle e licenciamento ambiental, que continuam sendo competência do IBAMA, e de outro lado, a gestão das Unidades de Conservação, educação ambiental e os centros especializados em pesquisa sobre biodiversidade.

No estado do Rio de Janeiro, o IBAMA atua no controle da atividade pesqueira, fiscalizando as malhas de rede, o pescado desembarcado no retorno das pescarias e na contenção das pescarias em períodos de defeso das espécies. Na baía de Sepetiba observamos casos de apreensão de redes de pesca consideradas inadequadas com o tipo de pescaria realizada, conforme determina a legislação. Por outro lado, ouvimos de pescadores artesanais que as ações desse instituto ocorrem sempre no sentido de intimidar os trabalhadores, em vez de orientar quanto as normas e a correspondente adequação das práticas.

O ICMBio é a autarquia do MMA que detém os centros especializados em pesquisa sobre os recursos pesqueiros existentes no Brasil. Na tabela exposta acima, o leitor pode observar que existe um centro especializado em pesquisa sobre os recursos marinhos para cada região da costa brasileira e um centro especializado em pesquisa sobre os recursos das bacias hidrográficas do país. Os estudos do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da

Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPSUL constituem o principal subsídio de informações científicas para a elaboração do ordenamento pesqueiro nos estados das regiões sul e sudeste do Brasil, no qual se inclui a pesca artesanal realizada na baía de Sepetiba. O CEPSUL tem sua sede no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina, conta com um navio de pesquisa, o "Solancy Moura", e uma equipe formada por aproximadamente 50 pessoas, entre analistas e técnicos ambientais, técnicos administrativos, bolsistas e terceirizados, coordenada pela pesquisadora Roberta Aguiar dos Santos.

A Marinha do Brasil é a instituição responsável pelo controle do tráfego marítimo no país, atuando na emissão de autorização para a embarcação pesqueira, na fiscalização das condições de segurança das embarcações e das áreas navegadas pelos barcos de pesca. É também a Marinha do Brasil a instituição responsável pela prestação de socorro às embarcações que sofrem acidentes no mar, contado com o apoio de outras instituições militares, especialmente do Corpo de Bombeiros. O principal arranjo institucional da Marinha do Brasil presente no ordenamento pesqueiro é o conjunto de Capitania dos Portos, presentes em cada estado costeiro do país. Na baía de Sepetiba, as atribuições da Marinha do Brasil são executadas pela Delegacia da Capitania dos Portos em Itacuruçá, situada no município de Mangaratiba.

A partir de 2011, por meio da lei complementar nº 140/2011, foram fixadas as normas de cooperação entre a União, estados e municípios na gestão ambiental, na qual se inclui a gestão dos recursos pesqueiros. No estado do Rio de Janeiro a instituição que tem como atribuição a gestão da pesca e a cooperação no ordenamento pesqueiro é a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ. Esse órgão da administração estadual tem atuado na elaboração de estatísticas pesqueiras e no monitoramento da comercialização do pescado nos principais entrepostos de pesca do estado. Na baía de Sepetiba, verificamos também a atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaguaí e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, que tem realizado ações junto às colônias e associações de pescadores quanto as práticas da pesca na orla desses municípios. No caso do município de Itaguaí, observamos durante a pesquisa também a participação da Secretaria de Meio Ambiente na realização de fóruns de pesca promovidos pelos pescadores artesanais, com a finalidade de estabelecer acordos de pesca na baía e organizar difundir informações sobre os direitos dos pescadores e as normas ambientais.

No próximo subcapítulo vamos discutir a regulação da pesca na baía de Sepetiba, quando o leitor poderá compreender a atuação dessas instituições no ordenamento pesqueiro. A análise da regulação das práticas dos pescadores pelo estado brasileiro nos possibilita

compreender um das faces do conflito existente entre a apropriação do espaço pelos pescadores artesanais (analisada no capítulo anterior) e o planejamento do espaço pelas instituições que fazem a gestão da atividade pesqueira no país.

3.2. Regulação dos Usos das Técnicas de Pesca Artesanal

A baía de Sepetiba é o principal espaço de trabalho para os pescadores artesanais, constituindo um conjunto de materialidades para a realização das práticas dessas pessoas. As praias, restingas, manguezais, rios, ventos, maré e as espécies de peixes e crustáceos existentes nesse espaço são assimilados pelo saber-fazer dos pescadores, de modo que com a experiência espacial acumulada por gerações se produzem as técnicas de navegação e de capturas dos pescados. Por outro lado, as técnicas dos pescadores artesanais são objeto das ações de ordenamento pesqueiro, engendrado pelos órgãos que compõem o arranjo institucional da gestão pesqueira no país.

A baía de Sepetiba, por ser uma reentrância na costa brasileira, cujas costas pertencem a um único Estado nacional, é tratada nas legislações que se referem ao ordenamento pesqueiro com a classificação de "águas interiores" (ONU, 1982). A partir dessa classificação, a baía de Sepetiba é reconhecida na legislação brasileira como uma "zona brasileira de pesca" (Decreto Presidencial nº 4.810/2003), sendo portanto objeto de intervenção das ações de ordenamento.

Para obter o direito de realizar a atividade pesqueira na baía de Sepetiba, os pescadores artesanais precisam cumprir um conjunto de requisitos do ordenamento pesqueiro nacional. Esses requisitos resultam das ações promovidas por meio dos arranjos institucionais responsáveis pelo ordenamento, que se processaram nas últimas décadas, conforme explicado no subcapítulo anterior. Destacaremos aqui as principais normas que afetam os pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, promovendo em certa medida uma intervenção da estrutura administrativa do Estado brasileiro no cotidiano desses trabalhadores, á saber: documentação exigida; regulação das modalidades de pesca; regulação da rede de emalhe, regulação das artes fixas (cercadas); controle da pesca da tainha e do camarão.

3.2.1. Documentação exigida aos pescadores artesanais

Conforme apresentamos no quadro 2, para os pescadores terem o seu trabalho regularizado junto ao ordenamento pesqueiro é necessário que obtenham um conjunto de documentos junto à duas instituições do Estado brasileiro: a Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura - SEAP, no sentido de ser reconhecido pela gestão da atividade pesqueira no país; e, junto a Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, no sentido de possuir autorização para navegar nas águas interiores do Brasil (a baía de Sepetiba ou outras baías) e, em casos mais raros, no mar territorial do país, especialmente quando transitam da baía de Sepetiba para as baías de Guanabara e da Ilha Grande (ambas no litoral fluminense).

Instituição	Tipo de documento		Discriminação
Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura - SEAP	Registro Geral de Pesca (RGP)		Foi instituído há 45 anos pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e ratificado pela Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009. Trata-se de um registro para a gestão da atividade pesqueira no país.
	Permissão Prévia de Pesca (PPP)		Registro inicial da embarcação (exigido para construção e aquisição de embarcação e para qualquer embarcação sem registro. Tem validade de 2 anos, é gratuita e renovável por mais 2 anos ou até que o proprietário apresente a documentação para o Registro (definitivo) da Embarcação (art. 2º, VI da INI nº 10/2011).
	Autorização de Pesca		Ato administrativo discricionário e precário, condicionado ao interesse público, pelo qual é permitido ao proprietário ou arrendatário, detentor de permissão prévia de pesca dentro do prazo de validade, operar com embarcação de pesca, devidamente identificada, na pesca de determinada(s) espécie(s)-alvo, definida(s) em uma modalidade de permissionamento prevista na INI nº 10/2011 (art. 2º, VII).
	Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira		É o principal documento de permissionamento da pesca. Esse documento substitui a PPP e o pescador passa a ter a permissão de pesca permanente.
Capitania dos Portos - Marinha do Brasil	Inscrição da Embarcação de Pesca		É o registro da embarcação de pesca junto a Autoridade Marítima. Sem esse documento, a embarcação não pode atuar na atividade pesqueira. Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10/6/2011.
	Habilitação para Pescador	Pescador Profissional - Nível 1 - CFAQ-III C/M N1	Habilita o pescador na categoria de Pescador Profissional (POP), Para exercer a função de patrão de embarcações de pesca com AB menor ou igual a 10 e de potência propulsora até 170KW, empregadas na navegação interior e na navegação costeira, dentro dos limites estabelecidos pela CP/DL/AG de sua jurisdição.

		Pescador Profissional - Nível 2 - CFAQ-III C/M N2	Habilita o pescador na categoria de Pescador Profissional (POP), nonível de habilitação 2, para exercer a função de patrão de embarcação de pesca menores de 12 m (aproximadamente AB 20) e potência propulsora de até 300KW, empregadas na navegação interior e na navegação costeira, dentro dos limites estabelecidos pela CP/DL/AG de sua jurisdição.
		Pescador Profissional - Nível 3 - CFAQ-III C/M N3	Habilita o pescador na categoria de Pescador Profissional Especializado, com competências para serem desempenhadas em embarcações de pesca de qualquer tamanho ou arqueação bruta, empregadas em qualquer tipo de navegação para ascensão à capacidade de patrão de embarcações de pesca de Arqueação Bruta (AB) de até 100, empregadas na navegação costeira e na navegação interior.

Quadro 2 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A PRÁTICA DA PESCA ARTESANAL

Fonte: Adaptado de Brasil (2017)

Devido ao fato de a SEAP ser a instituição responsável pela gestão da atividade pesqueira, a regularização junto a este órgão é indispensável para que o pescador possa realizar trabalhar na pesca e, conseqüentemente, participar das políticas públicas voltadas para a categoria. Neste sentido, o principal documento é o Registro Geral de Pesca - RGP, com o qual o pescador passa a ter uma identificação enquanto trabalhador da pesca. Essa identificação é exigida quando os pescadores são abordados pelos órgãos ambientais (IBAMA e INEA) nas ações de fiscalização, quando solicitam o "seguro defeso" e para receber compensações ambientais.

Conforme já mencionado anteriormente, a SEAP mantém uma superintendência estadual na cidade do Rio de Janeiro, que atende aos pescadores de todo o estado. Durante a pesquisa observamos que os tramites junto à este órgão são mobilizados pelos presidentes das entidades que representam os pescadores artesanais: a colônia Z-15 (Colônia de Pescadores de Pedra de Guaratiba); e, a Associação dos Pescadores Artesanais de Pedra de Guaratiba - APAPG. Devido ao fato de que a maioria dos pescadores que entrevistamos e observamos as ações de trabalho são membros da APAPG, nossa principal referência de informações dizem respeito a forma como essa entidade interage com a Superintendência Estadual da SEAP no Rio de Janeiro.

O RGP precisa ser renovado anualmente, até sessenta dias à contar da data de aniversário do pescador²². Para realizar a renovação, pescador artesanal deve realizar procedimento burocrático junto à superintendência da SEAP, apresentando um conjunto de itens (relatório de exercício da atividade pesqueira artesanal, cópia do Numero de Inscrição do

²²Conforme determinam as Instruções Normativas nº 6/2012 e nº 15/2014 do antigo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA.

Trabalhador - NIT e fotografia). Observamos que os pescadores tem muito dificuldade no trato com esses documentos e no acesso as informações sobre os procedimentos à serem realizados e acabam recorrendo à associação para se orientarem.

Além do RGP os pescadores precisam regularizar também à sua embarcação junto a SEAP, por meio da Permissão Prévia de Pesca - PPP e do Certificado de Registro e Autorização da Embarcação Pesqueira. Esses documentos são os que definem o tipo de pesca permitida para a embarcação de pesca operar, de modo que cada embarcação possui um permissão de pesca para trabalhar em uma das modalidades (ver tabela) definidas pelo ordenamento pesqueiro. Por meio desse registro, o Estado busca fazer um controle sobre a quantidade de embarcações atuando sobre os estoques pesqueiros do país (veremos mais adiante).

A regulamentação junto a Capitania dos Portos diz respeito á autorização para o pescador circular no mar. A Inscrição da Embarcação de Pesca junto à Marinha é um documento obrigatório para a embarcação circular no mar e atuar na extração de pescado. A Habilitação para pescador é um certificado de que o pescador recebeu curso da Capitania dos Portos, adquirindo competência para comandar a embarcação pesqueira.

3.2.2. Regulação das Modalidades de Pesca

O ordenamento pesqueiro regulamenta as técnicas de pesca com especificações para cada modalidade. No quadro 3, podemos observar a distinção de seis modalidades: pesca de linha; a pesca com rede de espera ou emalhe; a pesca de arrasto embarcado (em nossa pesquisa na baía de Sepetiba não encontramos a prática do "arrasto de praia"²³); o cerco (não confundir com cercada); as artes fixas, que são as armadilhas construídas no mar, dentre as quais se incluem as cercadas; e, outras modalidades, dentre as quais as pescarias de caíco.

²³ O arrasto de praia é técnica de pesca em pequena escala bastante comum em alguns lugares da costa brasileira. Consiste em uma prática na qual o pescador estende a rede desde a praia até o mar e forma de curva, de modo que as duas pontas extremas da rede fiquem fixadas na areia, enquanto a rede fica fundeada na água. A rede costuma ser estendida na água no fim da tarde e início da noite (varia de lugar para lugar) e é puxada na manhã do dia seguinte. A "puxada de rede" costuma ser um momento marcante nos lugares onde essa técnica é realizada, envolvendo a participação de toda a comunidade - homens, mulheres, crianças e idosos participam, puxando a rede do mar e dividindo o pescado extraído. Na baía de Sepetiba não observamos essa prática. Em trabalho anterior (EUZEBIO, 2012) descobrimos que essa técnica era utilizada na Pedra de Guaratiba até a década de 1990, mas que devido ao agravamento do assoreamento das praias, se tornou impraticável. Na região metropolitana fluminense, temos conhecimento da prática dessa técnica na praia de Itaipu, no município de Niterói (EUZEBIO; SOUZA JUNIOR, 2015).

MODALIDADE DE PESCA	DEFINIÇÃO	TIPOS	DETERMINAÇÕES LEGAIS
Linha	Emprego de linha simples, com ou sem o auxílio de caniços ou varas, ou múltipla com anzóis ou garateias encastoados, do tipo espinhel; operação requer embarcação de pesca.	• Espinhel • Linha de mão • Linha de vara • Linha garateia	-
Redes de Espera ou Emalhe	Emprego de rede de espera não tracionada, à deriva ou fundeada; operações de lançamento e recolhimento requerem embarcação de pesca.	• Emalhe	A INI nº 12/2012 estabelece diversos requisitos para as redes de emalhe, levando em consideração o comprimento da rede, o tamanho da embarcação e a distância da costa.
Arrasto (embarcado)	Emprego de rede de arrasto tracionada, com recolhimento manual ou mecânico; operação requer embarcação de pesca.	• Arrasto	• Proibida, na Baía de Sepetiba e demais áreas costeiras do Rio de Janeiro, a pesca de arrasto pelos sistemas de porta e parelhas por embarcações maiores que 10 toneladas de AB a menos de 2 milhas náuticas (Portaria Ibama nº 43-N, de 11 de abril de 1994) • Proibido o uso de arrasto com parelha e de arrasto com rede de couro (Portaria Ibama nº 107-N/1993) • Obrigatório o uso de dispositivo de escape para tartarugas marinhas (TED), na pesca de arrasto do camarão por embarcações com comprimento superior a 11 metros (IN MMA nº 31, de 13 de dezembro de 2004)
Cerco	Emprego de rede de cerco, com recolhimento manual ou mecânico; operação requer embarcação de pesca.	• Cerco/Traineira	Proibido, na Baía de Sepetiba, o emprego de rede de cerco (ou cerco com rede) com traineiras (Portaria Ibama nº 107-N/1993)

Artes fixas	O que se realiza com a construção de armadilhas fixas no mar; operações de captura dos peixes nas armadilhas requerem embarcação de pesca.	• Cercadas/Currais	A IN do MMA nº14/2005 determina o comprimento máximo das cercadas, as distâncias entre uma e outra, a distância mínima que as cercadas deverão ser construídas da "barra-mar" e dos recifes de corais e arenitos, o tamanho da rede para a pesca e os requisitos burocráticos que o pescador deve reunir.
Outros	-	• Puçá • Diversificada Costeira (embarcações com propulsão a remo ou a vela, e, quando motorizadas, com potência de motor até 18 HP, comprimento até 8 metros e arqueação bruta até 2. Espécies-alvo: peixes e crustáceos diversos não controlados por regulamentação específica)	Na modalidade de pesca "diversificada costeira", é proibida a prática de arrasto tracionado e a captura de espécies sob controle de esforço de pesca (Instrução Normativa MPA/MMA nº 10/2011)

Quadro 3 - REGULAÇÃO DAS MODALIDADES DE PESCA

Fonte: Adaptado de Brasil (2017) – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CARTILHA PESCA LEGAL, 2017.

Essas modalidades são determinadas pela Normativa Interministerial do MPA e MMA nº 10 de junho de 2011, e configuram o modo como a Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura - SEAP controla a emissão das permissões de pesca. Em entrevista realizada na Superintendência Estadual do Rio de Janeiro da SEAP, foi explicado que o ordenamento pesqueiro controla a quantidade de embarcações de pesca licenciadas para operar cada modalidade nas áreas de pesca. Na baía de Sepetiba, a pesca do arrasto se tornou proibida a partir da Portaria Ibama nº 43-N, de 11 de abril de 1994. Nesta portaria ficou determinada a proibição do uso do arrasto na costa do estado do Rio de Janeiro, dentro de uma distância de duas milhas náuticas a partir da linha de costa. Essa medida resulta de um período em que o IBAMA acirrava o controle da pesca, especialmente nas áreas consideradas como "berçário" de diversas espécies (MPF, 2017).

Em relação aos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, que estudamos durante a pesquisa, as modalidades que se aplicam às técnicas de pesca são as modalidades de "rede de espera ou emalhe", de "artes fixas" e de "diversificada costeira".

A modalidade "pesca de emalhe" se refere às embarcações de pesca que atuam nas chamadas "águas jurisdicionais brasileiras", ou seja, nas águas interiores, no mar territorial e na zona econômica exclusiva do Brasil. O ordenamento pesqueiro determina regras para a prática desse tipo de técnica nas águas jurisdicionais brasileiras adjacentes ao litoral das regiões sudeste e sul do Brasil, do estado do Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, por meio Instrução Normativa Interministerial do MPA/MMA nº 12/2012 (MPF, 2017).

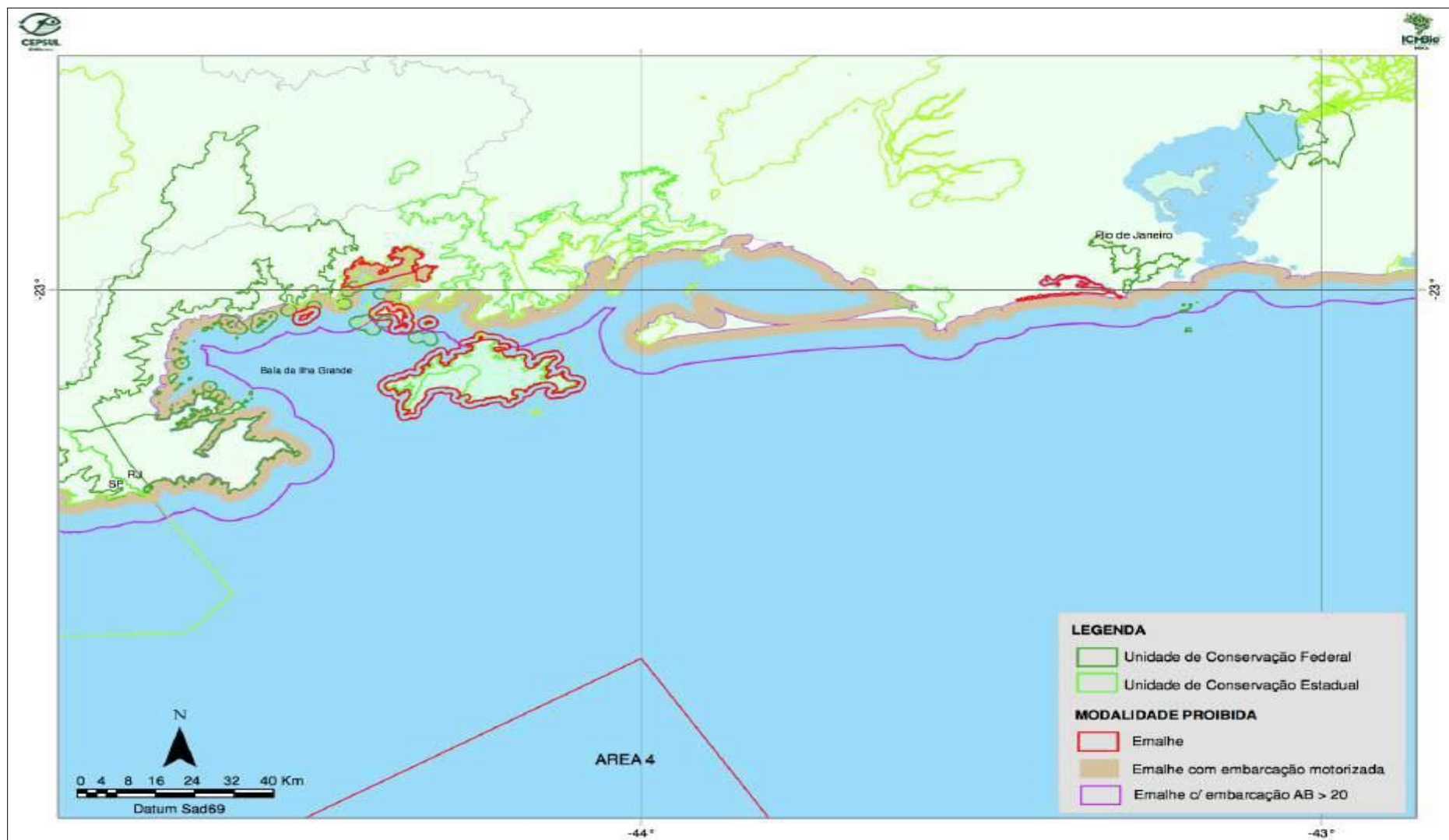
No que se refere ao estado do Rio de Janeiro, a INI nº12 determina o comprimento máximo da rede e o tipo de embarcação que podem praticar a pesca do emalhe até certas distâncias do litoral. Na tabela, observa-se as determinações constantes na legislação, de modo que na baía de Sepetiba o tamanho de rede máximo permitido é de 7.000 metros e o tamanho máximo da embarcação é de 20 AB (Arqueação Bruta). O ordenamento determina ainda a identificação das redes, a medida das malhas de rede e as adaptações das embarcações quanto aos dispositivos de segurança na navegação (ver quadro 4) – MPF, 2017.

Após o quadro, apresentamos os mapas 7, 8 e 9, com os quais é possível observar o ordenamento das modalidades do emalhe/espera, arrasto e do cerco no litoral sul do Rio de Janeiro. Esses mapas nos ajudam a compreender a espacialidade do ordenamento pesqueiro na Baía de Sepetiba, onde os pescadores com os quais realizamos a pesquisa praticam as suas pescarias.

COMPRIMENTO MÁXIMO PERMITIDO DA REDE DE EMALHE	TAMANHO DA EMBARCAÇÃO	DISTÂNCIA DE PROIBIÇÃO DE PESCA A PARTIR DA LINHA DA COSTA	ALTURA MÁXIMA	TAMANHO DA MALHA	MATERIAL	IDENTIFICAÇÃO	EXIGÊNCIAS/OBSERVAÇÃO	REGULAMENTAÇÃO
1.000	Embarcações não motorizadas	Sem restrições	4 metros.	Mínimo de 70 milímetros e máximo de 140 milímetros (medida tomada entre nós opostos).	As panagens devem ser confeccionadas exclusivamente com náilon monofilamento, não sendo permitido o transporte a bordo de panos reserva.	Na tralha superior da rede, no mínimo, a cada 1.000 metros com o número do RGP da embarcação autorizada a operar com aquele petrecho.	-	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 12, de 22/8/2012 e pela Portaria MPA/MMA nº 04, de 14/5/2015.
3.000	Embarcações até 8 metros; inferior a 2AB e até 18 HP	1 milha náutica (equivalente a 1,85 quilômetros da costa)					Modalidade Diversificada Costeira	
3.000	AB menor ou igual a 10	1 milha náutica					Mapa de Bordo	
7.000	AB maior que 10 e menor ou igual a 20	1 milha náutica					Mapa de Bordo e Adesão ao Preps	
10.000	AB maior que 20 e menor ou igual a 50	3 milhas náuticas (equivalente a 5,55 quilômetros)						
13.000	AB maior que 50	3 milhas náuticas						

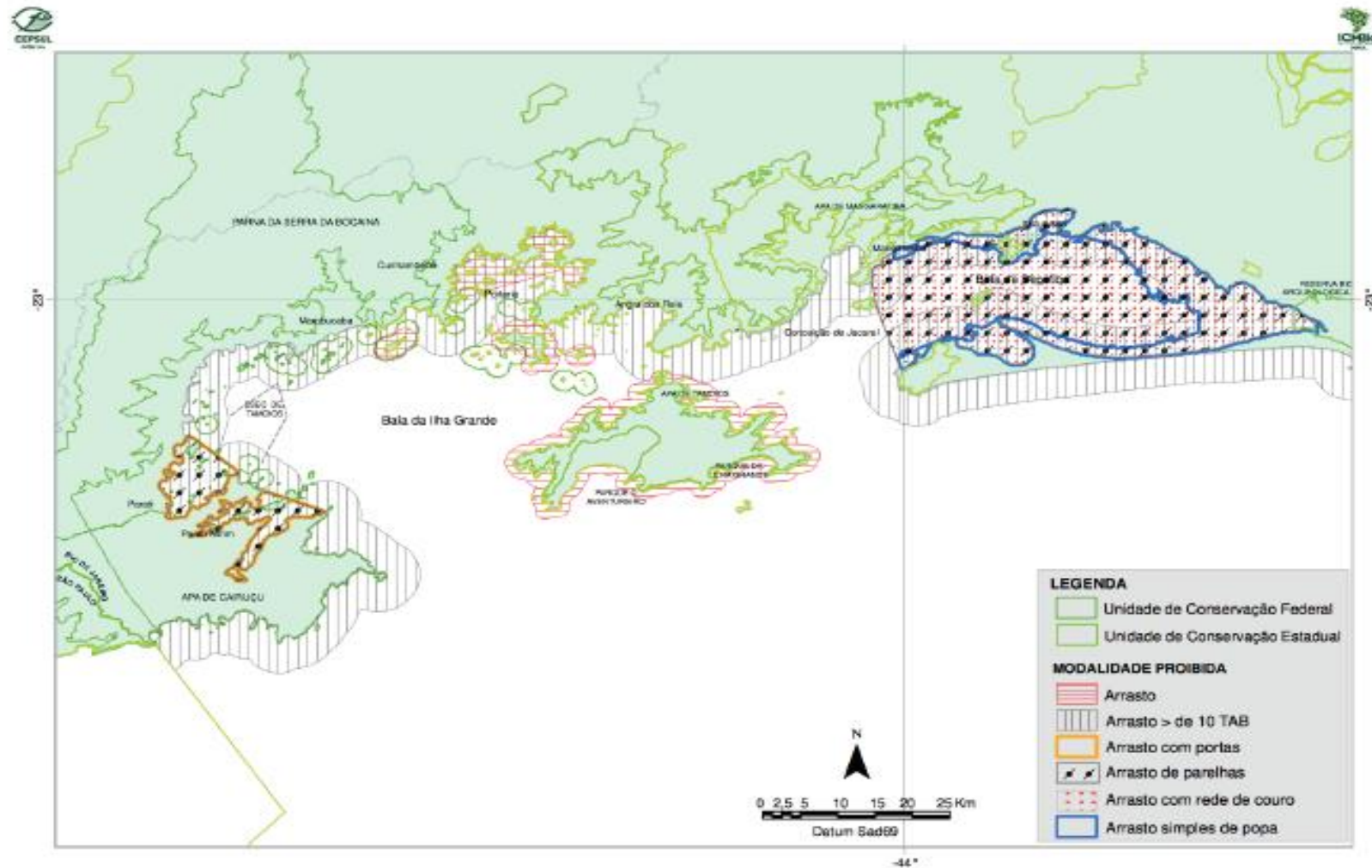
Quadro 4 - REGULAMENTAÇÃO DO USO DA REDE DE EMALHE

Fonte: Adaptado de Brasil (2017). MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CARTILHA PESCA LEGAL, 2017.



Mapa 7 - ORDENAMENTO DA PESCA DE EMALHE NO LITORAL SUL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Fonte:CEPSUL/ICMBio. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/area_prot/rjrj_emalhe_sul.pdf. Acesso em: jun. 2018. Contribuições de MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CARTILHA PESCA LEGAL, 2017.

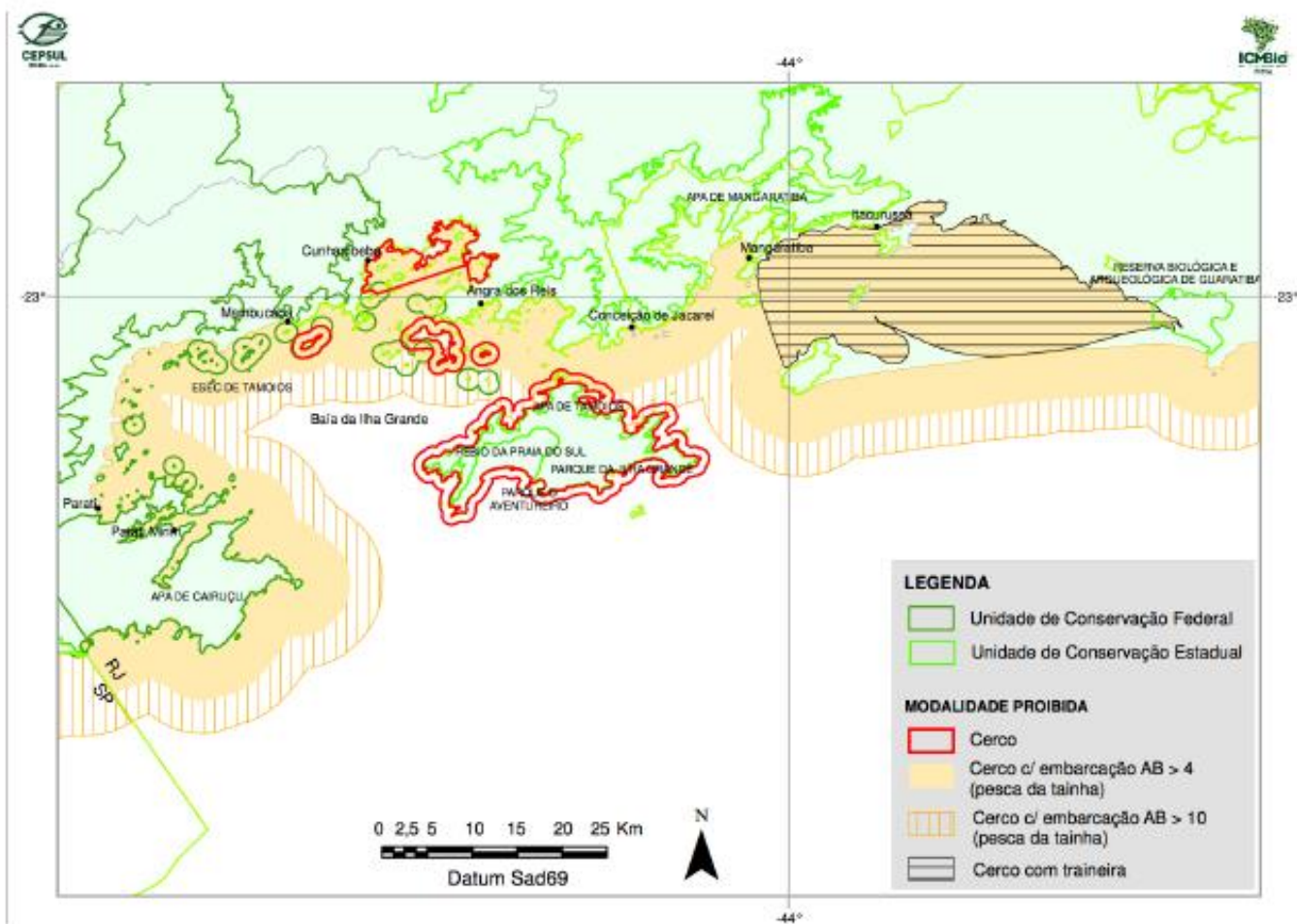


Mapa 2: Áreas de exclusão da pesca de arrasto nas Baías de Ilha Grande e Sepetiba

Fonte: CEPsul/ICMBio. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/area_prot/rj/rj_arrasto_regiao_sul.pdf>. Acesso em: ago. de 2017.

Mapa 8 - ORDENAMENTO DA PESCA DE ARRASTO NO LITORAL SUL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Fonte: CEPsul/ICMBio. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/area_prot/rj/rj_emalhe_sul.pdf>. Acesso em: jun. 2018. Contribuições de MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CARTILHA PESCA LEGAL, 2017.



Mapa 2: Áreas de exclusão da pesca de cerco nas Baías de Ilha Grande e Sepetiba

Fonte: CEPSUL/ICMBio. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/area_prot/rj/rj_cerco_regiao_sul.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

Mapa 9 - ORDENAMENTO DA PESCA DE CERCO NO LITORAL SUL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Fonte: CEPSUL/ICMBio. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/area_prot/rj/rj_emalhe_sul.pdf. Acesso em: jun. 2018. Contribuições de MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CARTILHA PESCA LEGAL, 2017.

No mapa 7 elaborado pelo CEPSUL, podemos observar o ordenamento da pesca de emalhe por área, no litoral sul fluminense. Conforme já visto no quadro 4, o uso de embarcações acima de 20AB (pesca industrial) é proibida na baía de Sepetiba. Neste mapa, é possível observar também a proibição do uso do emalhe por embarcações motorizadas até 1.000 milhas náuticas do litoral, o que inclui também os pescadores artesanais que utilizam os caicos motorizados (MPF, 2017).

No mapa 8 é possível observar que as modalidades de arrasto de parelhas, com rede de couro e de popa são proibidas dentro da Baía de Sepetiba. A proibição do arrasto é determinada pela portaria 167/1970 da extinta SUDEPE. O pescador que for surpreendido pela fiscalização ambiental realizando alguma dessas práticas na Baía de Sepetiba será indiciado como criminoso ambiental e pode ter a rede apreendida pelos fiscais e ter de pagar multas (MPF, 2017).

No mapa 9, que apresenta o ordenamento do cerco no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, é possível observar a proibição da pesca de cerco na baía de Sepetiba. Cabe destacar que a referência à pesca de cerco diz respeito às frotas pesqueiras especializadas nesse tipo de pesca, o que não inclui os caicos. A pesca com caícos, para fins de ordenamento pesqueiro, se inclui na modalidade de "diversificada costeira" e não tem restrição quanto ao uso das redes de emalhe ou de cerco.

3.2.3. Regras para a pesca da tainha e do camarão

Conforme já mencionado, o contexto da década de 1990, com a participação do Ministério do Meio Ambiente na gestão pesqueira, especialmente com as ações do IBAMA no ordenamento da pesca, muitos instrumentos passaram a ser utilizados para proteger as espécies marinhas dos efeitos da "sobrepesca". Nesse sentido, o ordenamento pesqueiro utiliza instrumentos de redução e/ou proibição da pesca de determinadas espécies em determinados lugares. Dentre esses instrumentos, destacam-se: os "Defesos de Pesca"; as portarias ministeriais e interministeriais do MMA e do antigo MPA²⁴; as "Áreas de Exclusão de Pesca"; as "Unidades de Conservação - UCs marinhas"; os "Comitês de Gestão

²⁴ Conforme explicado na seção deste trabalho, o Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto em 2015. Desde abril de 2018 até a conclusão desse trabalho, a gestão da atividade pesqueira é competência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP.

Compartilhada dos Recursos Pesqueiros"; e, outras medidas locais de ordenamento pesqueiro. Devido aos limites do trabalho vamos focar a análise no ordenamento da tainha (*Mugil liza*) e dos tipos de camarão (ver quadro 5).

Espécie	Período de Defeso	Regulamentação das redes	Regulamentação das embarcações	Legislação
Tainha (<i>Mugil liza</i>)	I) entre 1º de junho e 31 de julho (cerco) II) entre 15 de maio e 31 de julho (emalhe costeiro com anilhas) III) entre 1º de maio e 31 de julho (pesca desembarcada ou não motorizada) IV) entre 15 de maio e 15 de outubro (emalhe costeiro de superfície – embarcações de até 10 AB) V) entre 1º de junho e 31 de julho (emalhe costeiro de superfície – embarcações acima de 10 AB até 20 AB) VI) entre 1º de maio e 31 de dezembro (desembarcada – não motorizada)	I) corpo da rede composto por panagem confeccionada com fio monofilamento de poliamida, com malha mínima de 10 cm (dez centímetros), medida tomada entre nós opostos; II) ausência de uso de ensacador; e III) comprimento máximo de 800 m (oitocentos metros), medidos pela tralha superior, e altura máxima de 60 m (sessenta metros), medidos com as malhas esticadas.	I) estar devidamente autorizada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura desde o ano de 2013, na modalidade de emalhe costeiro de superfície; II) Arqueação Bruta menor ou igual a 10 AB; III) não possuir convés, casario habitável e porão, sendo admitida a existência de abrigo para os tripulantes; e IV) não utilizar caíco motorizado para cerco dos cardumes, polia de força hidráulica (power block) e sonar para a localização de cardumes.	Portaria MPA/MMA/MDIC nº 23, de 27/04/2017; Portaria Interministerial MMA e MAPA nº 23, de 27 de abril de 2017;
Camarões-rosa (<i>Penaeus brasiliensis</i> e <i>F. brasiliensis</i>)	1 de março a 31 de maio.	A pesca de camarão em toda a área da Baía de Sepetiba só será permitida com aparelhos que tenham malhas mínimas de 50 mm (cinquenta milímetros), medidas esticadas (ângulos opostos)	Não especificada	IN Ibama nº 189, de 23/09/2008; Portaria da SUDEPE nº 167, de 11 de março de 1970; Portaria da SUDEPE nº 508, de 20/8/1970; Portaria da SUDEPE nº 20, de 14/04/1983; Portaria Sudepe nº 55, de 20/12/1984.
Camarão sete barbas (<i>Xiphopenaeus Kroyeri</i>)				
Camarão branco ou verdadeiro (<i>P. schmitti</i>)	1º/Mar a 31/Mai (permitida a pesca no período de defeso, desde que não seja feita por arrasto com tração motorizada)			

Quadro 5 - ORDENAMENTO DA PESCA DA TAINHA E DO CAMARÃO
 Fonte: Adaptado de Brasil (2017)

A escolha desse recorte se deu pelo fato de que durante a pesquisa com os pescadores de Pedra de Guaratiba no período de abril de 2016 à maio de 2018, foram observadas as práticas das "cercadas" para a captura da tainha e da "pesca de emalhe" para a captura da tainha e do camarão.

Sendo assim, no quadro 5 separamos as regras para a captura das espécies de pescado mencionadas, destacando os seguintes aspectos: período de defeso, período em que a pesca da espécie é proibida; regulamentação das redes; e, regulamentação das embarcações de pesca. Esse quadro, assim como as anteriores que apresentamos ao logo dessa sessão, foi construída a partir dos dados constantes no documento elaborado pelo Procurador da República Sergio G. Suiama, denominado de "Cartilha da Pesca Legal" (BRASIL, 2017) no âmbito do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, além de consultas às normas legais pertinentes ao tema.

Outro tema importante é o período de defeso de pesca é um instrumento de ordenamento que discrimina o período de proibição da pesca por espécie e por área geográfica; no caso da tainha, discrimina também o período por técnica de captura. Desse modo, buscamos analisar a Portaria Interministerial MMA/MAPA/MDIC²⁵ nº 23, de 27 de abril de 2017, que passou a estabelecer normas específicas para a pesca da tainha, do camarão e de outras espécies no litoral das regiões sudeste e sul do Brasil.

3.3.Conflitos entre o ordenamento pesqueiro e a espacialidade dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba

As práticas espaciais dos pescadores artesanais se realizam no lugar e no cotidiano, a partir da mobilização solidária do saber-fazer entre esses sujeitos e da experiência com as contradições inscritas na pluralidade desse grupo e no conflito com outros interesses ativos no espaço. As ações do ordenamento pesqueiro podem ser compreendidas como algo situado entre os componentes dos conflitos vividos pelos pescadores artesanais em seu lugar de trabalho e reprodução das relações sociais. Neste sentido, observamos um jogo de escalas geográficas da ação política, em que, por um lado, Estado estabelece ações de planejamento estratégico da atividade pesqueira na costa brasileira, com repercussões no cotidiano dos pescadores, e, por outro lado, os pescadores se mobilizam para enfrentar tais ações.

²⁵ Nesse período, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca estava em transição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para o Ministério de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC.

O ordenamento pesqueiro, como visto nas páginas anteriores, tem uma história e uma estrutura institucional que busca congrega sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico. Duas perspectivas que, apesar das possíveis contradições, seja por questões filosóficas ou pelas prioridades objetivadas pelos atores que compõem o poder executivo do Estado brasileiro, vem sendo conjugadas por políticas nacionais revestidas de discursos e proposições de desenvolvimento sustentável.

Essa perspectiva do ordenamento pesqueiro no Brasil não é uma exclusividade nacional, pois tem sua fase embrionária nas convenções internacionais sobre a "pesca responsável" da FAO/ONU, materializada por meio do "Código de Conduta da Pesca Responsável" (FAO) e na sua implementação em países da União Européia, América Central e na Bacia do Rio da Prata (Uruguai e Argentina). Trata-se de um conjunto de políticas visando a exploração dos recursos pesqueiros com a implementação de normas para disciplinar as práticas dos pescadores ao atendimento daquilo que se convencionou como "pesca sustentável", incluindo o uso de tecnologias pautados no controle informacional das condições sanitárias e ambientais da extração do pescado.

No Brasil, essa tendência de "desenvolvimento sustentável" da atividade pesqueira se expressa geograficamente por meio de políticas de controle do acesso aos recursos pesqueiros e de financiamento das inovações tecnológicas no setor. Em ambos os casos, observamos que as ações não tem representado ganhos para os pescadores artesanais, mas, pelo contrário, tem acirrado as dificuldades de acesso aos recursos pesqueiros e as desigualdades de suporte do Estado em comparação com a pesca industrial e a aquicultura. Além disso, essas ações não apresentam soluções para os problemas vividos pelos pescadores no cotidiano como a escassez do pescado, a degradação ambiental, a desvalorização do trabalho em mercados dominados pelos atravessadores e os perigos de ordem climática (tempestades e ventos fortes).

Na escala nacional, o ordenamento pesqueiro qualifica o espaço de trabalho dos pescadores a partir das divisões em: "águas continentais", referente aos rios e lagoas; "águas interiores", que são os corpos hídricos situados antes da linha de costa, como as baías, deltas e estuários existentes ao longo da costa brasileira; "mar territorial", que é uma faixa marinha delimitada até doze milhas náuticas da linha de costa; e, a Zona Econômica Exclusiva, uma área de duzentas milhas náuticas delimitadas a partir do limite do mar territorial. Os pescadores artesanais, de um modo geral, por pescarem com embarcações do tipo caíco, canoas caiçaras, jangadas, baleeiras, dentre outros modelos presentes nos rios e costa do

Brasil, que não possuem condições tecnológicas para a pesca em áreas mais distantes da costa, se restringem a pesca nas águas continentais e interiores.

Na gestão pesqueira pelo estado brasileiro, a Zona Econômica Exclusiva - ZEE é vista como o espaço à ser explorado, com estoques disponíveis para a extração de espécies como bonito-listrado (*Katsuwonus pelamis*), de grande valor comercial. Neste sentido, o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA PESQUEIRA do governo federal foi implementado a partir de 2005 para subsidiar as empresas da pesca industrial na exploração da ZEE brasileira. Segundo Garcia (et al. 2018) esse programa tinha como objetivo a geração de empregos no setor pesqueiro, atraindo a mão de obra dos pescadores artesanais para as frotas industriais, além de outros trabalhadores para os serviços de beneficiamento do pescado nas fábricas e terminais pesqueiros.

A estratégia adotada é o subsídio para a pesca industrial, no sentido de desenvolver a atividade pesqueira no país, com a ocupação dos trabalhadores na pesca nas águas da ZEE e nas águas internacionais, conjugando a tendência da "pesca sustentável" com a redução da exploração dos estoques pesqueiros ameaçados de extinção e/ou em estado de sobre-exploração situados nas águas mais próximas da costa brasileira, com os interesses das indústrias de pesca em modernizar suas embarcações tornarem-se mais competitivas no mercado internacional.

Na avaliação de Garcia (et al. 2018) no período de funcionamento do PROFROTA PESQUEIRA não gerou impactos significativos na oferta de empregos no setor pesqueiro, como também não provocou aumento de renda para os pescadores empregados nas indústrias de pesca. Esses autores argumentam que historicamente as políticas de investimentos na pesca de grande escala (pesca industrial) tem poucos resultados na geração de empregos no setor, já que é na pesca de pequena escala (a pesca artesanal) que a maioria dos pescadores se mantém. Além disso, o PROFROTA PESQUEIRA ficou restrito à poucas empresas que permaneceram pescando nos estoques que já exploravam, aqueles situados no mar territorial, o que também compromete os compromissos com a "pesca sustentável" (GARCIA et al., 2018).

Quanto ao acesso aos recursos pesqueiros, foi visto no subcapítulo anterior um conjunto de normas para regulamentar os petrechos de pesca, embarcações e a documentação necessária para o pescador poder exercer a atividade. Essas normas repercutem sobre o trabalho dos pescadores artesanais, com o Estado buscando exercer controle sobre as práticas desses sujeitos, estabelecendo quem pode pescar, quantos podem, onde, quando e como. Um

tipo de controle que encontra muitas contradições no espaço vivido, em que a apropriação do espaço pelos pescadores se orientam por motivos distintos da racionalidade ambiental e econômica com a qual se realiza o ordenamento da pesca.

Em escala nacional, a SEAP administra o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), com a justificativa de identificar os trabalhadores aptos a trabalharem na atividade pesqueira - é a definição do *quem pode pescar*. Com o RGP os pescadores passam a ser registrados no Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura (SINPESQ), criado pelo decreto nº 1.694 de novembro de 1995. Mais do que acumular informações sobre os trabalhadores que atuam na atividade pesqueira para o estabelecimento de políticas voltadas à essas pessoas, o RGP tem funcionado para distinguir o "pescador legal", aquele que consegue se cadastrar no sistema, do "pescador ilegal", aquele que no momento de uma fiscalização ambiental ou de reivindicações de direitos como o "seguro defeso" e compensações ambientais não conseguem comprovar que são legalmente pescadores.

Esse instrumento do ordenamento pesqueiro favorece uma articulação das relações de poder entre as escalas nacional e local. A SEAP cria diversos empecilhos para a emissão e renovação do RGP (não basta o pescador conseguir se cadastrar no sistema, é necessário renová-lo anualmente). Uma série de burocracias e de termos técnicos são mobilizados para dificultar o acesso do pescador ao seu registro legal, fazendo com que em muitos lugares tenha pescadores artesanais trabalhando sem a regularização de sua ocupação profissional junto ao Estado. Dias Neto (2017) aponta uma série de problemas relacionados com o RGP e o acesso a política do "seguro defeso", dentre as quais, analisa o autor, se verifica o uso político do sistema, em que a regularização do pescador é condicionado à interesses eleitoreiros e ao dominação exercida por representantes dos pescadores.

O "seguro defeso", como é popularmente conhecido a política de seguro desemprego para os pescadores artesanais, foi implementada com a lei nº 8.287/1991 e era uma demanda dos pescadores artesanais por uma compensação financeira pela proibição de realização da pesca por tempo determinado. Na prática, tem se tornado um instrumento para o Estado determinar quando o pescador pode pescar determinadas espécies em determinados lugares e junto com o RGP incrimina o pescador artesanal pela prática da atividade pesqueira em período não autorizado para o tipo de licença de pesca que o mesmo possui.

As licenças de pesca de também são mantidas emitidas pela SEAP e definem o tipo de pesca (técnica de captura, tipo de embarcação e espécie alvo) que o pescador pode praticar. Com esse instrumento, o ordenamento pesqueiro visa controlar a quantidade embarcações

licenciadas para a prática de cada tipo de pesca, atendendo uma racionalidade ambiental em que a conservação dos recursos pesqueiros pode ser assegurada pelo controle do esforço de pesca.

O defeso das espécies e o controle do esforço de pesca são medidas contraditórias com as práticas espaciais dos pescadores, por não compreenderem a lógica de apropriação do espaço orientada pelo saber-fazer desses trabalhadores. Diegues (2004) nos explica que o manejo dos recursos pesqueiros pelos pescadores artesanais leva em conta a relação dessas pessoas com o mar, o vento, a distribuição dos cardumes nos estuários, manguezais e baías. Os pescadores de Pedra de Guaratiba conhecem a época em que o camarão está adequado para a extração, tendo tamanho e, portanto, sabor e cheiro agradáveis ao consumo no mercado. Vimos nas pescarias e nas conversas na beira da praia que esses sujeitos definem o momento da pesca e o lugar para extrair o "melhor peixe" ou o "camarão graúdo" a partir da observação no mar, da experiência na prática espacial e no acúmulo de conhecimentos socialmente compartilhados.

Também as regras quanto aos petrechos são demasiadamente deslocadas do cotidiano desses trabalhadores, revelando distâncias inclusive na linguagem com que caracterizam as redes e as malhas. Por outro lado, ao analisar as práticas espaciais dos pescadores artesanais verifica-se que a utilização das redes de pesca é orientada pelas necessidades concretas do cotidiano. De modo geral, os pescadores não tem interesse em pescar com malhas pequenas para o determinado tipo de espécie, pois sabe que o resultado de sua pescaria não será satisfatório na comercialização do pescado. Mas além disso, os pescadores artesanais não tem interesse em acabar com o estoque, pois não pode explorar estoques em outras áreas (como fazem as embarcações industriais) se o pescado da baía acabar.

Desse modo, observa-se que não são as normas do ordenamento pesqueiro que assegura a conservação da fauna marinha na Baía de Sepetiba - em seus manguezais, estuários e lajes marinhas. Os conhecimentos desses trabalhadores, suas capacidades de inovação tecnológica, as regras comunitárias da "lei do respeito" e as necessidades concretas de sustento da família, configuram-se como potencialidades mais significativas de conservação ambiental. As ações do ordenamento pesqueiro poderiam ser mais eficazes se não fossem tão marcadas por elitismos acadêmicos, em que os saberes populares são vistos como ingênuos ou maliciosos, e por uma lógica em que a natureza é uma reserva de valor à disposição dos capitalistas.

Assim, verificasse que as práticas espaciais dos pescadores artesanais se realizam em contradição com as ações do Estado na busca de controlar as suas técnicas. O uso da técnica por esses trabalhadores não envolve somente as relações com a natureza e a produção dos artifícios. Tendo em vista que a técnica está para os pescadores artesanais como um meio de apropriação do espaço e, sendo o espaço uma totalização da sociedade, as práticas desses sujeitos se inserem no conjunto de contradições existentes no "espaço banal" (SANTOS, 2006).

A Pedra de Guaratiba, a passo que é o lugar de encontro dos muitos saberes e cosmovisões do mundo da pesca artesanal, é também o lugar de experiência dos conflitos inscritos pela racionalidade normativa do Estado. O lugar é a escala da construção de sentidos para os pescadores organizarem a ação política - sentidos de consciência dos valores que esses sujeitos desejam defender e das ameaças que precisam enfrentar (SILVA, 2016). Silva (2015) nos ensina que a existência desses sujeitos se concretiza no lugar e no cotidiano, onde são tecidas as relações de amizade e familiares, as confraternizações de alegrias e de memórias, e onde são vividas também as angústias com as ações da dominação.

Observasse que nos últimos anos os pescadores artesanais vem articulando suas ações políticas em diferentes escalas, seja na disputa das políticas nacionais e no âmbito da instituições da gestão pesqueira pelo governo federal, seja no enfrentamento de problemas regionais, seja na busca de soluções imediatas para o pescador que perdeu o barco e a rede para a fiscalização ou que não consegue se aposentar ou receber assistência em momento de doença. Desse modo, serão abordadas agora as ações políticas desses sujeitos na escala nacional, regional e local, de modo que o lugar é onde se concretizam os efeitos da articulação entre essas escalas luta.

Na escala nacional, verificamos a criação do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP. O MPP foi criado em 2009, durante a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, organizada por diversos sindicatos e movimentos sociais do campo, tais como o Movimento dos Sem Terra e o Movimento dos Atingidos por Barragens, instituições vinculadas a Igreja Católica (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Conselho Pastoral dos Pescadores) além de diversas entidades e movimentos locais dos pescadores artesanais de todo o Brasil.

O contexto de criação do MPP é o período em que foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, durante o Governo Lula. A criação desse ministério atendia uma expectativa dos movimentos sociais engajados nas lutas dos pescadores artesanais em

conseguir que o atendimento de suas demandas junto ao Governo Federal. No entanto, o MPP avaliou que as políticas elaboradas pelo órgão privilegiavam a pesca industrial e a aquicultura e não atendia as reivindicações dos pescadores artesanais. Assim, em 2012 foi lançada a "Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Pesqueiras", com o objetivo de organizar os pescadores artesanais no enfrentamento às políticas de gestão pesqueira.

Na trajetória de lutas do MPP foram se explicitando as limitações do movimento nacional em enfrentar questões regionais na gestão pesqueira. Ocorre que a normatização da atividade pesqueira no que diz respeito à extração das espécies e utilização das técnicas (embarcação e petrechos) é definida por meio dos estudos regionais do ICMBIO, que, através dos centros especializados regionais, estabelece os critérios para a realização da pesca. Nas regiões sul e sudeste do Brasil, o CEPSUL é o instituto que realiza os estudos que subsidiam as normas para a prática pesqueira, que se concretizam por meio de instruções normativas e portarias ministeriais.

Desta forma, em 2016, membros do MPP realizaram a I Articulação Sudeste e Sul do MPP, com o propósito de organizar as bases locais do movimento para enfrentar as questões mais específicas envolvendo os pescadores dessas regiões. O primeiro encontro da articulação foi na cidade de Paranaguá-PR, reunindo lideranças dos pescadores dos sete estados das regiões sudeste e sul do Brasil (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Em 2017 foi realizado o segundo encontro da articulação, desta vez na cidade de Barra do Camacho-SC, reunindo as lideranças de cada estado e contando com o apoio do Conselho Pastoral do Pescador - CPP para organizar o evento. O terceiro encontro está marcado para ocorrer em agosto de 2018 na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Pedra de Guaratiba, tendo a APAPG como instituição à frente da organização do evento.

Nos dois primeiros encontros da "Articulação Sudeste e Sul do MPP" verificamos o esforço de construção de uma organização dos pescadores no sentido de acumular conhecimentos sobre as intervenções do Estado na atividade pesqueira, os danos causados por tais intervenções e as possibilidades de defesa dos direitos. Os encontros duraram cinco dias, cada um, com a mesma previsão de duração de tempo para o encontro do Rio de Janeiro, e são constituídos por quatro diferentes momentos.

Os momentos de reuniões entre as lideranças da pesca artesanal para tratar da organização do evento e traçar diretrizes para o movimento. Cabe destacar que os encontros

contam com a participação das comunidades locais, de pesquisadores, ONGs, representantes de órgãos do governo, dentre outros. De modo que, os pescadores separam momentos para a participação exclusiva das lideranças para organizar o evento e avaliar os resultados do encontro, além de deliberar ações.

Nos encontros observamos os momentos de mobilizações frente aos temas relacionados às lutas dos pescadores do local de realização do encontro. No encontro de Paranaguá, o espaço de realização do encontro e de alojamento dos pescadores e apoiadores (pesquisadores e membros do Conselho Pastoral do Pescador) vindos dos outros estados foi na sede da Associação dos Professores do Paraná -APP SINDICATO. De modo que a mobilização da articulação foi em solidariedade aos professores daquele estado, que na ocasião do encontro, estavam lutando contra as medidas do governo estadual na gestão da educação²⁶. No encontro de Barra do Camacho-SC, a manifestação foi em função da reivindicação dos pescadores locais pela abertura do Canal da Barra (limite entre os municípios de Barra do Camacho e Laguna), de modo a facilitar a circulação dos pescadores artesanais.

Os encontros são compostos por mesas de discussões sobre os temas pertinentes à luta dos pescadores, com destaque para o debate sobre a legislação que regulamenta a pesca artesanal e os territórios pesqueiros. Nessas mesas participam as lideranças dos pescadores e pesquisadores de universidades e ONGs, com o propósito de promover uma análise dos limites e desafios da gestão pesqueira. Nos dois primeiros encontros, foram convidados a participarem os representantes dos órgãos que participam da gestão pesqueira, especialmente do CEP SUL e da SEAP, mas os mesmos não compareceram.

Os encontros são formados também por momentos de confraternização entre os pescadores e apoiadores do movimento, com especial envolvimento dos pescadores artesanais locais. Tem muito significado para esses momentos a realização da cozinha comunitária, tarefa realizada pelas mulheres, com a produção de pratos típicos do lugar do encontro e troca de saberes e sabores entre as pessoas dos diferentes estados. Há também os momentos de trocas culturais, por meio das músicas, compartilhamento de histórias e de petrechos de pesca.

²⁶ Em abril de 2016 houve uma grande manifestação dos professores do Paraná na cidade de Curitiba, em função do projeto do Governador Beto Richa de alterar o custeio do Fundo de Previdência do Estado. Esse projeto fazia parte de um pacote de medidas do governo estadual, duramente criticados pelos sindicatos dos servidores daquele estado. Na cidade de Paranaguá, observamos que a APP-SINDICATO presta solidariedade à luta dos pescadores artesanais daquela região do litoral paranaense, tendo como retribuição a mobilização da articulação sudeste e sul do MPP durante o encontro.

Além da organização do MPP e de sua "articulação sudeste e sul", os pescadores artesanais se organizam localmente, por meio das colônias e associações de pesca e da construção de fóruns de pesca. Essas organizações tem como objetivos mobilizar a luta dos pescadores frente às questões que afetam a atividade pesqueira no lugar.

As colônias de pesca são as entidades mais antigas na representação dos pescadores artesanais, mas, conforme aponta Resende (2014), sua criação não se deu em função das demandas dos pescadores artesanais mas em função do projeto do Estado nacional em estabelecer o domínio do território. As associações de pescadores surgem dos conflitos entre os pescadores com a representatividade estabelecida pelas colônias de pesca, de modo que é comum que em lugares onde vivem os pescadores artesanais existirem colônia e associação. de modo que ocorrem divisões também entre os pescadores do lugar, tendo o grupo dos pescadores filiados à colônia, outro de pescadores filiados à associação, além daqueles pescadores que são filiados tanto na colônia como na associação e os pescadores que não são filiados em nenhuma das entidades.

Em Pedra de Guaratiba existe a Colônia Z-14 e a Associação dos Pescadores Artesanais de Pedra de Guaratiba - APAPG. A APAPG é o nosso principal meio de contato com os pescadores desse lugar, de modo que a maioria dos pescadores que entrevistamos, ou são filiados somente nessa associação, ou são filiados na associação e na colônia Z-14, ou não são filiados mas estão sempre em contato com os pescadores da associação. Desse modo, nossa proximidade com a APAPG nos permitiu observar a rotina de ações da associação com os pescadores do lugar e na articulação com outras associações de pescadores artesanais da Baía de Sepetiba.

Verifica-se que a APAPG é uma entidade que os pescadores procuram para buscar soluções que precisam ser imediatas, tais como a regularização do RGP junto a SEAP, o acesso ao seguro defeso, a regularização das embarcações de pesca, dentre outras. Também é a APAPG o espaço onde os pescadores se reúnem para discutir os problemas da Baía de Sepetiba, tais como a degradação ambiental, repressão da fiscalização ambiental, nas quais são confiscadas rede e embarcação de pesca, e a reivindicação de compensação ambiental pelos prejuízos causados aos pescadores pelas empresas situadas na baía.



Figura 12 - REUNIÃO DOS PESCADORES DA APAPG
Fonte: Banco de dados do NUTEMC/FFP/UERJ.

As reuniões da APAPG costuma serem abertas à todos os pescadores da Pedra de Guaratiba, não havendo restrição quanto ao pescador ser filiado ou não (ver figura 8, acima). Desse modo, verifica-se uma pluralidade de demandas nesses encontros e muitas vezes conflitos também, que fazem desses momentos um espaço de debate sobre a ação política frente às demandas apresentadas pela coletividade e das possibilidades e limites da convivência comum no lugar.

Outra escala de ação política dos pescadores artesanais é a da Baía de Sepetiba, um espaço de trabalho que os pescadores de Pedra de Guaratiba compartilham com pescadores de diversos outros lugares situados à margem da baía e nas ilhas e rios que compõem esse espaço. Em 2016, diversas associações de pescadores artesanais resolveram criar o Fórum dos Pescadores Artesanais em Defesa da Baía de Sepetiba. Observa-se que o nome utilizado para identificar o fórum remonta a história de lutas dos pescadores dessa baía contra os diversos impactos ambientais que vem prejudicando a pesca artesanal, dos quais o passivo ambiental da Companhia Ingá, na Ilha da Madeira (Itaguaí) e a implantação da TKCSA (no limite entre os municípios do Rio de Janeiro e Itaguaí) são os exemplos mais citados por essas pessoas.

A construção desse fórum tem sido uma frente de enfrentamento das dificuldades que os pescadores artesanais dessa região encontram para regularizar suas documentações e para discutir a conservação dos recursos pesqueiros na baía. As reuniões são sempre marcadas na cidade de Itaguaí, devido ao apoio institucional que as associações encontram na Secretaria de Meio Ambiente daquele município e contam com a presença do Ministério Público Federal (MPF) das cidades do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis (ver figura 9). Nessas reuniões os pescadores organizam uma pauta de reivindicações quanto à medidas do estado frente à degradação ambiental provocada pelas indústrias e pela atividade portuária e sobre a normatização da pesca artesanal.



Figura 13 - REUNIÃO DO FÓRUM DE PESCADORES EM DEESA DA BAÍA DE SEPETIBA
Fonte: Banco de dados do NUTEMC/FFP/UERJ.

Portanto, verifica-se que o ordenamento pesqueiro se materializa no cotidiano dos pescadores artesanais com muitas contradições com as práticas espaciais desses trabalhadores. É necessário que os arranjos institucionais responsáveis pela gestão pesqueira estabeleçam meios de diálogo com os pescadores artesanais, cujos conhecimentos construídos na experiência, na ancestralidade e nas redes de solidariedades estabelecidas nos lugares, representam potencialidades para a conservação ambiental e a garantia da atividade pesqueira como fonte de renda para os mais pobres.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais considerações que podemos tecer nesse final de dissertação, nos remete à relação entre a técnica, a pesca e o espaço geográfico. A análise da pesca artesanal como atividade das comunidades pesqueiras artesanais nos ensinou que esses sujeitos também produzem o espaço geográfico e o concebem de outras formas e produzem outras leituras socioespaciais.

A técnica é a mediação entre o sujeito e o espaço, a técnica reconhecida na sua dupla dimensão: como arte e artimanha, construída e concebida pelos pescadores no momento de trabalho, na atividade do mar e na captura e nos vínculos sociais e sociabilidades cotidianas; entretanto, diante do mundo moderno, as técnicas são também construções de meios e conhecimentos produzidos por abstração técnico-científica, ou seja, pela matematização e calculabilidade produzida pelos engenheiros de pesca, pelos engenheiros de embarcação, pelos biólogos e oceanográficos. É esse duplo sentido que torna complexo o estudo da problemática da pesca. Se no capítulo dois, buscamos compreender o saber-fazer do pescador por meio de seus trajetos no mar, no capítulo três, observamos que quem comanda o ordenamento institucional, ou seja, por meio do Estado os agentes das tecnologias, que como discursos competentes se impõem muitas vezes contra os saberes ancestrais dos pescadores. Além disso, existem o mercado e as leis ambientais que alteram o cotidiano e o fazer do pescador ao oferecer a ele novos objetos técnicos industriais (motores, rede de nylon, chumbo, isopor, etc).

Em relação aos conflitos, as estratégias têm sido a organização em diferentes escalas de movimentos sociais. Assim as diferenças locais e as questões dos pescadores de outros estados permitem organizar em redes frente as ações do Estado, no que concerne a problemática da proibição/legalização dos petrechos.

A análise e organização das referências conceituais e teóricas que aparecem no capítulo 1 resultou de um trabalho demorado, que necessitou dos avanços nos levantamentos de dados que deram origem aos capítulos 2 e 3. A revisão bibliográfica sobre os conceitos de técnica, espaço, trajetos, pesca artesanal buscando diálogo da Geografia com a Filosofia, Antropologia e Sociologia foi que nos deu sustentação para a análise crítica dos dados empíricos levantados.

E concluímos, pelo menos preliminarmente, que a pesca artesanal, que aparece nos estudos inicialmente como categoria de Estado, possui um universo bastante complexo,

diferenciado e que guarda forte relação com a escala do lugar, ou seja, com as geomorfologias e oceanografias locais e regionais, com as sociabilidades e os comportamentos dos corpos e de seus petrechos e embarcação de acordo com a realidade local.

Os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba circulam pela baía e por outros mares, circulam pela cidade do Rio de Janeiro e pela Metrópole fluminense quando vão comprar a rede no mercado de Niterói e de Seropédica e ou vender seu produto. O significado de trajeto dos pescadores artesanais moradores da Pedra de Guaratiba, da realidade de atracadouros no fundo da baía, área de forte sedimentação e baixa profundidade, área periférica da metrópole fluminense, ganha assim um sentido ontológico – corpografia e da apropriação do espaço pelos sujeitos subalternos - que merece reflexão mais aprofundada no sentido de verificar como por meio de seus trajetos, os sujeitos concebem e produzem reflexões críticas frente às ações do Estado, das empresas e das poluições causadas pelo crescimento da urbanização periférica.

Da mesma forma, intencionamos compreender paradoxos da estrutura do ordenamento pesqueiro em que leis e práticas estatais ora permite, ora impede, que ora constrói novas sociabilidades mediadas por técnicas impostas, ora cria fronteiras, negações e processos de criminalização. Desse modo, essa dissertação buscou tratar dessa relação entre técnica, pesca e espaço (nas suas dimensões território e lugar) e ao tratar dessa relação contribuiu para abrir caminhos para essa reflexão em que elementos gerais e elementos peculiares locais marcam o desafio escalar para os estudos geográficos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, J. A Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, I., GOMES, P. C., CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009. P. 239-269

ARRUZZO, R. C. **Relações entre técnica trabalho e espaço na agricultura moderna em Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BERNARDES, J. A. Técnica, trabalho e espaço: as incisivas mudanças em curso no processo produtivo. In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A.G. **Redescobrimdo o Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. P.277-290.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcante. & BERNARDES, Nilo. A Pesca no Litoral do rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**: Ano XII Janeiro-Março de 1950. Nº 1. Pág. 17-53.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. **A sociedade em rede**. Vol. 1. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 19. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012.

CRUZ. V. C. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. Tese de Doutorado. UFF: Niterói, 2011.

CRUZ. Valter do Carmo. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. Tese de Doutorado. UFF: Niterói, 2011.

DEMARZO, M. A. **Certificação de Madeiras para Uso Industrial**. Revista Madeira Arquitetura e Engenharia, n. 17, ano 6. 2005.

DIAS NETO, J. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Brasília: Ibama, 2003. 242 p.

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES. A. C. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP-PROBIO-MMA, 1999.

DIEGUES. A. C. **Saberes Tradicionais e Etnoconservação**. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2004.

- ELLUL, J. **A Técnica e o Desafio do Século**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.
- ELLUL, J. **As técnicas e o desafio do século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GATTO, F. **Paradigma tecnológico neo-fordista y reorganización productiva**. Série IEU/ILPES-07, Santiago do Chile, 1989.
- HAIMOVICI, M.;Ávila-da-Silva, A. O.;Rossi-Wongtschowski, C. L.D.B. **Prospecção pesqueira de espécies demersais comespinhel-de-fundo na Zona Econômica Exclusiva da Região Sudeste-Sul do Brasil** — São Paulo : Instituto Oceanográfico — USP, 2004.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 23ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- KALIKOSKI, D. C.; ROCHA, R. D.; VASCONSELLOS, M. C. Importância do conhecimento ecológico tradicional na gestão da pesca artesanal no estuário da lagoa dos patos, extremo sul do Brasil. **Ambiente & Educação**. Rio Grande, RS,v. 11, n. 1, p. 87-112, 2006.
- LEFEBVRE, H.**A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LEFEBVRE, H.**O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACHADO, J. F. **Produção de painel compensado para uso exterior com madeira de paricá e embaúba**. Dissertação de Mestrado. Irati-PR: Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais – UECOPR, 2016.
- MARX, K. **O Capital** - Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Fronteira, 1988. Volumes 1, 2,3, vol 4.
- MASSEY, D. **Pelo Espaço**: Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MUMFORD, L. **Técnica y Civilización**. Barcelona: Alianza Universidad, 1971.
- MUNFORD. L. **Arte y técnica**. Buenos Aires: editorial nuevavisón, 1957.
- PAULA, C. Q. Tecendo uma rede de geografias da pesca. In: SILVA, Catia Antonia da. **Brasil e Moçambique**: diálogos geográficos sobre a pesca artesanal. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.
- PAULA, C. Q.. **Gestão compartilhada dos territórios da pesca artesanal**: Forum do Delta do Jacuí (RS). Dissertação de Mestrado. UFRGS: Porto Alegre, 2013.
- PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Barqueiros do São Francisco. In: IBGE. Tipos e Aspectos do Brasil. 6ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2006.

QUINTIÈRE, Leia. Casa do Praiano. In: **IBGE**. Tipos e Aspectos do Brasil. 6ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

RAINHA, F. A. **A Pesca Artesanal e a Política Pública: A trajetória de um pescador artesanal na busca pelo crédito do PRONAF**. Monografia de Especialização. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

RESENDE, Alberto Toledo. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. In: SILVA, Catia Antonia da. **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

RIBEIRO, A. C. T.; SILVA, C. A. **Impulsos Globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo**. In RIBEIRO, A. C. T. (org.) O rosto urbano de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 56-68.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Urbanidade e Vida Metropolitana**. Rio de Janeiro: Jobran, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5ª edição – São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único a consciência universal**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5ª edição – São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SILVA, C. A. Economia da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro: desafios de método. In: SILVA, C. A. **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

SILVA, C. A. História da pesca no Brasil (1912-1990): entre as geografias das existências e o território normatizado. In: CATHERINE PROST; CATIA ANTONIA DA SILVA. (Org.). **Espaços costeiros brasileiros**. 1ed. Rio de Janeiro: Letracapital, 2016, p. 34-50.

SILVA, C. A. **Política pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, C. A.. Sobre a geografia das existências. In: SILVA, C. A. **Brasil e Moçambique: diálogos geográficos sobre a pesca artesanal**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

SILVA, C. A. Espaço, técnica e saber: labirintos da qualificação do trabalho. In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A.G. **Redescobrimo o Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SILVA, L. A. G. C. **Certificação Florestal**. Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

SOUZA JÚNIOR, Luis. Os circuitos da economia urbana na metrópole fluminense: uma análise sobre os mercados de pescados no município de Niterói (RJ). Dissertação p. 1-127. São Gonçalo, UERJ: 2015.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós global**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.